

ISSN 1679-5679

CONEXÃO **ciência**

REVISTA CIENTÍFICA DO UNIFOR-MG

Centro Universitário de Formiga - UNIFOR-MG
Mantenedora: Fundação Educacional Comunitária Formiguense - FUOM
Formiga - Minas Gerais

| | | | | | |
|-------------------------------|---------|------|------|---------|----------------|
| Con. Ci.: r. cient. UNIFOR-MG | Formiga | v. 5 | n. 1 | p.1-148 | ago./dez. 2010 |
|-------------------------------|---------|------|------|---------|----------------|

© 2010 UNIFOR-MG

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores.

É permitida a reprodução, desde que citada a fonte.

Pede-se permuta. We request exchange. Se solicita canje.

Com uma tiragem de 1.000 exemplares, a Conexão ciência: revista científica do Unifor-MG será distribuída às instituições e bibliotecas que nos solicitarem, por sistema de permuta.

Disponível em: <http://www.uniformg.edu.br>

Endereço para correspondência e permuta:

Centro Universitário de Formiga – UNIFOR-MG

Mantenedora: Fundação Educacional Comunitária Formiguense

Av. Dr. Arnaldo de Senna, n. 328 - Água Vermelha

Formiga – MG

CEP: 35 570 000

Telefax: (37) 3329 1400

E-mail: conexaociencia@uniformg.edu.br

Conexão ciência: revista científica do UNIFOR-MG – v. 1,
n. 1, (2003) -- Formiga: UNIFOR-MG, 2003-

v. : il.
Semestral
ISSN 1679-5679

1. Ensino Superior - Periódicos.

EXPEDIENTE

A Conexão ciência: revista científica do UNIFOR-MG, publicação semestral do Centro Universitário de Formiga, é um veículo de divulgação da produção científica para toda a comunidade acadêmica, por meio de artigos, relatos de experiências, resenhas, resumos de trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses, com proposta interdisciplinar e multidisciplinar.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FORMIGA – UNIFOR-MG

Mantenedora

Fundação Educacional Comunitária Formiguense - FUOM

Reitor

Marco Antonio de Sousa Leão

Vice-Reitor

Sebastião Alves da Silveira

Diretora Geral de Ensino

Inêidina Sobreira

Diretora de Planejamento e Finanças

Adriana Alves Silva

Assessora Educacional

Marilene Nepomuceno Amaral e Castro

Coordenadora do CEPEP

Ivani Pose Martins de Pádua

Coordenadora Geral de Curso

Rachel Eduardo de Castro Matias

Conselho Editorial

Ineidina Sobreira

Ivani Pose Martins de Pádua

José Cleomar de Matos

Juliano Vitor Lima

Jussara Maria Silva Rodrigues Oliveira (Co-editora)

Leyser Rodrigues de Oliveira

Luís Carlos Ferreira de Sousa Oliveira (Editor)

Ricardo Cárpio Carrasco

Equipe Técnica

Lucimar Aparecida Torres

Normalização da publicação

Sandra Mara Lasmar

Virginia Alves Vaz

Diagramação e projeto gráfico

José Cleomar de Matos

Clayton Castilho de Almeida

Ana Patrícia Pieroni

Juliana Costa Khouri

Fotolito e impressão

Gráfica À Jato - Formiga-MG

Apresentação

Estamos em pleno ano letivo de 2010 e, com ele, mais uma edição da revista científica do UNIFOR-MG – “Conexão ciência” – está sendo apresentada aos seus ilustres leitores. A obra visa levar à comunidade informações, trabalhos acadêmicos e resultados de pesquisas organizados por alunos, professores e cooperados.

A Revista “Conexão ciência”, fruto de um esforço gigante de nossos colaboradores, prima pela veracidade dos fatos apresentados, pela responsabilidade editorial e pela ética e organização de seus conteúdos, tudo com vistas a uma boa e recompensadora leitura.

Temos certeza de que não é tarefa das mais fáceis manter uma revista científica nos dias atuais, no âmbito de uma Instituição de Ensino Superior (IES), pois os gastos são imensuráveis e muitos são os empecilhos para se chegar ao seu “fechamento”. Porém, mesmo diante de todas as dificuldades encontradas, a Reitoria do UNIFOR-MG não tem medido esforços no sentido de incentivar, colaborar e financiar um projeto de tal magnitude.

O projeto da revista científica do UNIFOR-MG tornou-se realidade, há um bom tempo, e esta edição é prova disso. Por isso, nesta oportunidade, recomendamos a sua leitura.

O leitor da revista “Conexão ciência” vai viajar pelas diversas áreas do conhecimento científico, desvendando o mundo mágico do saber, conhecendo as ideias e o pensamento de nossos escritores, que, muito gentilmente, colaboram para o sucesso da revista.

Pensar grande é um lema consagrado do Centro Universitário de Formiga – UNIFOR-MG, por isso, a grandiosidade de nossa IES também é comprovada por intermédio da revista “Conexão ciência”, um orgulho para todos nós!

Uma boa leitura a todos!

Marco Antonio de Sousa Leão
Reitor

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| <i>CIÊNCIAS HUMANAS</i> | 9 |
| UMA NOVA ORDEM NA DIVULGAÇÃO DA CIÊNCIA: RUMO A UM CONTRATO NATURAL E A PROPOSTA DE UM CONTRATO TECNOLÓGICO | 9 |
| OS PASSOS METODOLÓGICOS PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS | 19 |
| <i>CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS</i> | 33 |
| COOPERATIVISMO E ESTRATÉGIAS COMPETITIVAS: UM ESTUDO DE MULTICASOS NAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO MÚTUO E DE CRÉDITO RURAL NAS CIDADES DE MINAS GERAIS | 33 |
| ORIGENS E FUNDAMENTOS DO CONCEITO DE ESTRATÉGIA: DE CHANDLER À PORTER | 47 |
| ANÁLISE DAS SÚMULAS VINCULANTES FRENTE AOS PRÍNCÍPIOS DA CELERIDADE PROCESSUAL E DO DEVIDO PROCESSO LEGAL | 63 |
| A DEMOCRATIZAÇÃO DA FAMÍLIA | 71 |
| PRIMEIRAS LINHAS SOBRE A COISA JULGADA INCONSTITUCIONAL E SUA RESCISÃO | 85 |
| <i>CIÊNCIAS DA SAÚDE</i> | 95 |
| INSUFICIÊNCIA RENAL CRÔNICA UM ENFOQUE DA INSERÇÃO FISIOTERAPÊUTICA A PARTIR DAS NECESSIDADES DOS SUJEITOS | 95 |

| | |
|---|------------|
| IDADE MATERNA X SÍNDROME DE DOWN EM QUATRO MUNICÍPIOS DO CENTRO-OESTE MINEIRO..... | 107 |
| PREVENÇÃO E TRATAMENTO DE ÚLCERA DE PRESSÃO..... | 117 |
| | |
| <i>CIÊNCIAS HUMANAS.....</i> | 133 |
| | |
| A HUMANIZAÇÃO HOSPITALAR: UM OLHAR SOBRE O PROJETO “LEITURA: ASAS DA LIBERDADE” NA SANTA CASA DE CARIDADE EM FORMIGA-MG..... | 133 |
| | |
| NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS..... | 147 |

Uma nova ordem na divulgação...

CIÊNCIAS HUMANAS

**UMA NOVA ORDEM NA DIVULGAÇÃO DA CIÊNCIA: RUMO A UM
CONTRATO NATURAL E A PROPOSTA DE UM CONTRATO TECNOLÓGICO**

Camila de Melo Silva¹

RESUMO

O presente artigo toma como referência a idéia que a divulgação científica e tecnológica deve assumir um novo olhar. A forma com que o ser humano trata o meio natural atualmente, se distancia do que, realmente, deveria ser proposto, pois o homem é integrante da natureza. A partir das idéias propostas pelo contrato social, adota-se uma nova visão, que busca uma ordem. A proposição de um contrato natural que estabeleça um convívio harmônico entre o homem e a natureza se faz interessante na contemporaneidade. O controle do uso de novas tecnologias, que possam atrapalhar a relação do homem com a natureza, impulsiona para a proposição de um contrato tecnológico, que reconheceria o equilíbrio.

Palavras-chave: Contrato natural. Contrato tecnológico. Divulgação científica.

A NEW ORDER IN THE SPREADING OF SCIENCE: ROUTE TO A NATURAL CONTRACT AND THE PROPOSAL OF A TECHNOLOGICAL CONTRACT

ABSTRACT

The present article takes as reference the idea that the scientific and technological spreading must assume a new view. The form with that the human being currently treat the environment it's distant of what really it would have to be considered, therefore the man is part of the nature. From the ideas proposed for the social contract a new vision is adopted that searches an order. The proposal of a natural contract that establishes a harmonic conviviality between the man and the nature becomes interesting in the contemporaneity. The control of the use of new technologies, that can confuse the relation of the man with the nature, stimulates for the proposal of a technological contract, that would recognize the balance.

¹ Professora do Centro Universitário de Formiga (UNIFOR-MG) e da Fundação Educacional de Divinópolis –Universidade do Estado de Minas Gerais (FUNEDI/UEMG). E-mail: camilamelob@hotmail.com.

Keywords: Natural contract. Technological contract. Scientific spreading.

1 INTRODUÇÃO

Quando se pensa em divulgação científica no Brasil, deve-se ter em mente duas questões: primeiramente, a possibilidade de se tornar disponíveis à população os meios de se usufruir benefícios do desenvolvimento científico e tecnológico, e em segundo lugar, a capacidade de produzir ciência e tecnologia de modo que o país possa desempenhar um papel na ordem mundial (DRUCK, 2005).

Observa-se que a divulgação científica não é tão ampla e verídica, fazendo com que a população receba da mídia um baixo teor de divulgação. Assim, o uso das tecnologias fica restrito a apenas algumas classes. Discutir a divulgação se faz importante para que haja uma compreensão do papel desempenhado pela ciência e tecnologia, no contexto da sociedade contemporânea (BAZZO; VALÉRIO, 2006).

A forma com que o homem usufrui das tecnologias, em muitos casos, impacta o meio ambiente. A natureza passa a ser percebida também como recurso natural ou matéria-prima e energia a ser apropriada no processo produtivo (WALDMAN, 2003). Assim, busca-se uma nova visão de tratar o ambiente com respeito. É condição de vida que o meio ambiente seja conservado. Firmar um contrato natural em que o homem e a natureza tenham critérios e requisitos para se relacionarem. Analogicamente, tem-se o Contrato Social, proposto por Hobbes, em que o homem abandona certos princípios ou vontades para formar uma sociedade sem violência. A partir de Contrato Social pode-se chegar a um contrato natural, que, conseqüentemente, necessitará de uma mediação do uso das tecnologias. Um contrato tecnológico pode ser algo proposto para o equilíbrio de tecnologias e de alterações ambientais.

2 DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

Ciência e tecnologia percorreram, ao longo dos tempos, caminhos relativamente distintos, até tornarem-se praticamente indissociáveis e constituindo fatores centrais do progresso da humanidade (LONGO, 1989).

Os recursos tecnológicos vão criar redes de comunicação eficientes. Fato que tornou o acesso ao conhecimento dinâmico. No que tange à velocidade de aplicação dos novos conhecimentos, há uma tendência em ser cada vez menor o tempo de propagação dos mesmos. O ato de se gerar novas informações por unidade de tempo fez com que o conhecimento acumulado tenha sido um crescimento exponencial, o que alterou o modo de vida dos indivíduos (LONGO, 1989; HOBBSAWM, 2006).

Verifica-se um papel desempenhado pela ciência e tecnologia que influencia, diretamente, no contexto da sociedade contemporânea. A relação e a função dessas devem ser constituídas de fatores sistêmicos, que buscam re-significar as inovações

e impactos sociais (BAZZO, VALÉRIO, 2006; CAPRA, 1996).

As recentes evoluções em áreas como informática, automação e genética, por exemplo, provocaram um intenso impacto social, fato que vem contribuindo para o despertar de um interesse do âmbito público sobre esses assuntos (BAZZO e VALÉRIO, 2006).

Segundo Hobsbawm (2006, p. 509), a tecnologia “revelou ter um amplo potencial para o uso diário”. A partir disso, a ciência e a tecnologia tornaram-se praticamente indissociáveis e sendo, portanto, um fator central do vertiginoso progresso da humanidade (LONGO 1989; HOBBSAWM, 2006).

A divulgação científica no âmbito público é dotada de um potencial de atender a demanda por relações com a ciência e tecnologia (BAZZO; VALÉRIO, 2006). Segundo Arendt (1983, p. 59), o ato de um fato vir a público significa que ele “pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível”. Assim, a divulgação da ciência na atualidade assume um papel político de maior abrangência, pois somente a partir da conscientização social haverá uma nova visão de mundo, em que a esfera pública será crítica e reflexiva, através da democratização dos conhecimentos (BAZZO; VALÉRIO, 2006).

3 DESENVOLVIMENTO E IMPACTOS: CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Cada época vivida pela humanidade fornece características próprias, sendo que a intervenção humana marca, constantemente, a transformação das relações naturais e sociais (BACCEGA, 2005). Nos últimos anos, verificou-se uma profunda mudança na relação entre conhecimentos gerados e os passados ao público. O advento dos microcomputadores e redes de informação faz com que esta seja repassada sem uma prévia seleção. Alfabetizar cientificamente a população tornou-se uma arma para inserção das pessoas no contexto atual. Desta forma, a mídia proporciona uma espécie de cultura científica, mesmo que amplamente reduzida ou com ampla distorção (CHASSOT, 2001; BARROS, 2005).

Segundo Bazzo e Valério (2006), “as preocupações sobre o desenvolvimento científico e tecnológico e o uso de seus resultados têm sido cada vez mais evidentes”. A moderna tecnologia disponibilizada nos diferentes setores de mercado pode oferecer comodidades e economias, criando uma idéia de que é possível atingir graus elevados de bem estar e saúde. Essas tecnologias, desenvolvidas a partir de um conhecimento gerado pela ciência, tem um preço, o qual é determinado pelo mercado.

A abertura de novos mercados se torna fundamental para garantir o desenvolvimento de novas tecnologias e a manutenção do fluxo de capital. Tais desenvolvimentos vão requerer dos usuários, no caso a sociedade, conhecimentos que não sofreram, em muitos casos, uma grande divulgação. Fato que torna necessário que as pessoas, potencialmente, tornem-se conhecedores dos novos produtos utilizados. Daí uma notória importância da divulgação da ciência como ferramenta educativa,

inserida num contexto amplo, para que a sociedade possa-se relacionar com novos parâmetros tecnológicos. Somente um público bem informado poderá efetivamente, debater as ramificações que ciência e tecnologia trazem para a vida cotidiana, sejam elas de cunho positivo ou negativo (BAZZO; VALÉRIO, 2006; BARROS, 2005).

Há um preço que não pode ser calculado pela matemática e/ou economia. Ele diz respeito ao impacto destrutivo que pode ser gerado ao meio ambiente. Tal preço, certamente, é mais elevado que o custo do desenvolvimento de novas tecnologias (PRIMACK, 2001). Segundo Barros (2005, p. 113), “até o momento, não se viu satisfeita a aposta de que o trabalho de pesquisa virá a apontar para formas mais limpas de tecnologias”.

Deve-se dar conta de que os recursos hídricos contaminados ou mesmo gerenciados de maneiras inadequadas, longo prazo, poderão comprometer o sistema econômico. Tal fato exprime uma condição em que a falta de proteção dos recursos naturais não pode continuar sendo externalidade, e sim uma ameaça ao modo de produção capitalista no futuro (SOUZA-LIMA, 2004).

“Não há relação do ser humano com a natureza externa que possa ser caracterizada como neutra” (SOUZA-LIMA, 2004 p. 124). Sabe-se que “a relação do homem com a natureza externa é sempre mediada por relações sociais” (SOUZA-LIMA, 2004, p. 123). Vislumbra-se um futuro aterrador, em que noticiários, a cada dia, retratam catástrofes naturais, consequentes de uma interação destrutiva do homem com a natureza. Esgotamento da água e desertificações são itens da paisagem natural do cotidiano de inúmeros locais do planeta. O interessante é que o desenvolvimento científico é fundamental para que se compreenda e busque soluções aos impactos ambientais produzidos (BARROS, 2005).

A divulgação da ciência pode trazer conhecimentos sólidos à sociedade, que poderá optar pelo não uso de determinadas tecnologias que se demonstrarem não tão significativas a longo prazo. Futilidades, pequenos avanços que alimentam apenas a preguiça ou apresentam poucos diferenciais podem não ser utilizados ou trocados em larga escala. É importante considerar que podem existir incertezas sobre a aplicabilidade e acesso a esses avanços, além de que eles podem exibir riscos potenciais, merecedores de atenção em maior escala que seus benefícios. Uma nova lógica deverá surgir para que a espécie humana não seja comprometida (BAZZO; VALÉRIO, 2006; BARROS, 2005).

4 UMA NOVA ORDEM: CONSIDERANDO O MEIO AMBIENTE

Vários pensadores, no passado, supuseram a existência de um Contrato Social que normalizava as relações sociais. Um deles é Hobbes, que constrói uma Teoria Contratualista de Estado com o objetivo maior de contribuir para desenvolver a paz social, com a finalidade de estabelecer uma ordem racional no Estado. Segundo tal concepção, o homem é definido por sua natureza, como um animal social e que é

dotado de emoções e desejos, sendo capaz de viver em sociedade. O homem é capaz de abdicar da sua liberdade e poder em favor de titular da Soberania que poderia ser, no caso, o Estado Absoluto (QUIRINO; SOUZA, 1992; HOBBS, 1983; BOBBIO, 1986).

No *Leviatã*, Hobbes parte de um princípio em que os homens são egoístas e que o mundo, por si, não satisfaz todas as suas necessidades, defendendo, por isso, um *Estado Natural*, em que há competição entre os homens pela riqueza, segurança e glória. A luta que se segue é a espécie de uma guerra de todos voltada a todos, na formulação de Hobbes (HOBBS, 1983).

A solução para tal situação é procurar a paz, por meio de um contrato social, que é visto por Hobbes como uma superação da violência e insegurança coletiva no Estado Natural. Conforme ressaltado por Norberto Bobbio, o homem, para Hobbes, vivia no Estado da Natureza, no qual todos os homens têm sua igualdade, sendo que cada um tem direitos em usar da força para defender seus interesses e não existe uma certeza de que a lei será respeitada ou cumprida por todos (BOBBIO, 1995).

Rousseau trata do Contrato Social com uma abordagem diferente na formação do Estado. O mesmo relatou sobre esse contrato em que as relações sociais seriam normalizadas através da implicação de restrições. Parte-se de um conceito de direito natural em que um indivíduo, por natureza, tem direito à vida, ao necessário à sobrevivência e à liberdade (QUIRINO; SOUZA, 1992; ROUSSEAU 1969).

Assim, um contrato ou um pacto depende da aderência das partes com seu consentimento geral com o que está sendo pactuado. Rousseau trata da aderência a um contrato: “Estas cláusulas, bem entendidas, reduzem-se a uma só, a saber: a alienação total de cada associado com todos os seus direitos a favor de toda a comunidade, porque, primeiramente, entregando-se cada qual por inteiro, a condição é igual para todos (...)” (ROUSSEAU, 1969, p. 49).

Este contrato fez dos homens o que, realmente, são hoje. “A partir do pacto, tudo se passa como se o grupo que o assinou, ao despedir-se do mundo, não mais se enraizasse senão em sua história” (SERRES, 1991, p.47). O êxodo rural, claramente, mostra o esquecimento do homem com o privado e a busca do público que, agora, perdura devido à vivência coletiva.

Desequilíbrios sucessivos foram lançados e Serres os relaciona:

Existem um ou muitos equilíbrios naturais, descritos pelas mecânicas, pelas termodinâmicas, pela fisiologia dos organismos, pela ecologia ou pela teoria dos sistemas; da mesma forma, as culturas criaram um ou mais equilíbrios de tipo humano ou social, decididos, organizados, preservados pelas religiões, ou direitos ou as políticas. Falta-nos pensar, construir e colocar em ação um novo equilíbrio global entre esse dois conjuntos (SERRES, 1991, p.50).

Resta-se pensar em um conjunto entre as esferas que busque ocasionar um maior equilíbrio. A partir dos pensamentos e da observação do uso das tecnologias,

Michel Serres, em 1991, lança bases para uma nova forma de convivência, que é harmônica com a natureza. O Contrato Natural proposto lança bases de uma teoria que partiu do Contrato Social, tão debatido por vários pensadores. Tal Contrato com o meio natural reconhece o equilíbrio entre a potência atual tecnológica e as forças do mundo. Considera-se o mundo a partir de sua totalidade (SERRES, 1991). Um contrato Natural como figura jurídica capaz de outorgar os sistemas vivos (SOUZA-LIMA, 2004). Assim como um contrato, o homem e a natureza teriam seus limites, suas mediações no relacionamento para que nenhuma das partes seja prejudicada.

A questão ambiental contemporânea é, fundamentalmente, uma questão de direito. A volta à natureza significaria um contrato social que juntaria os interesses naturais formando uma espécie de simbiose. Deixar-se-ia o domínio e a posse guerreadora para basear-se em escuta, reciprocidade, contemplação e respeito (SOUZA-LIMA, 2004; SERRES, 1991).

“Um dos impactos mais inquietantes das novas tecnologias tem sido o seu efeito sobre o meio ambiente” (SEVCENKO, 2001, p. 95). O grande salto tecnológico e de produtividade obtido após a Segunda Guerra Mundial foi o espantoso desenvolvimento, que levou consigo grandes danos aos ecossistemas terrestres. Os limites ecológicos do crescimento ainda não foram assinalados de modo preciso (ALBAGLI, 1998).

Um parasita apenas toma tudo, não oferece nada. O hospedeiro pode dar, porém, não toma nada. “O direito de domínio e propriedade se reduz ao parasitismo” (SERRES, 1991, p. 51). Então o direito de uma simbiose se define através de uma reciprocidade em que a natureza oferta ao homem e o mesmo restitui ou proporciona novas coisas ao meio natural.

A simbiose entre o homem e o meio natural pode permitir que haja trocas e que as armas e técnicas de alcance global não façam as feridas infligidas no ambiente. Fato que não repercutirá na vida humana. O mundo em sua totalidade deve ser considerado e o homem está inserido neste total relacionamento com a natureza (CAPRA, 2001; SERRES, 1991).

Segundo Waldman (2003) a noção de cidadania ambiental pressupõe o estabelecimento de uma relação mais harmoniosa com a natureza, para garantir o usufruto da mesma. Um contrato natural deve reconhecer o equilíbrio entre as forças do mundo além dos potenciais atuais do homem em agir e modificar o ambiente. A divulgação da ciência deve assumir uma postura de adequação e intermediação dessas normas para a boa convivência que um contrato visa buscar (SERRES, 1991).

5 UMA NOVA ORDEM: CONSIDERANDO AS TECNOLOGIAS

Mudanças notáveis na maneira de viver das pessoas aconteceram a partir dos avanços científicos e tecnológicos, gerando, assim, um aumento na qualidade de vida. Inclusive a expectativa de vida sofreu grandes alterações e transformações de

caráter social e, conseqüentemente, na economia. As tecnologias, os hábitos e necessidades são outros, devido ao grande progresso da ciência. Assim, mudou-se a maneira de conceber o mundo e resolver problemas.

Os recursos tecnológicos criaram redes de comunicação eficientes. Fato que tornou o acesso ao conhecimento dinâmico. No que tange à velocidade de aplicação dos novos conhecimentos, há uma tendência em ser cada vez menor o tempo de propagação dos mesmos. O ato de se gerar novas informações por unidade de tempo fez com que o conhecimento acumulado tenha sido um crescimento exponencial (LONGO, 1989).

Fazendo uma leitura das conseqüências trazidas pela revolução científico-tecnológica, apresentam-se benefícios e malefícios. Foram construídas armas de extermínio em massa, bomba atômica, poluição ambiental. Em contrapartida, no decorrer do século XX, a longevidade foi crescente e a mortalidade infantil diminuiu. Inúmeras mortes ocorriam por causas hoje consideradas banais e nem tanto se conhecia fisiologicamente de doenças. Soros, vacinas, antibióticos, descobertas de doenças e exames avançados mudaram, radicalmente, as condutas e diagnósticos no campo da saúde (ISOPPO *et al*, 2006).

Em contrapartida, muitos filósofos vêem, na velocidade das transformações tecnológicas, certa perda de referências do passado e falta de compromisso com o futuro. Vários questionamentos remetem a problemas causados pelo uso extensivo de tecnologias que são, em grande parte, pouco comprometidas com o uso sustentável do ambiente natural (BARROS, 2005).

A divulgação da ciência assume, agora, um papel político, pois só com uma conscientização social acerca dos modelos de uso das tecnologias é que se poderá pensar em progresso e desenvolvimento efetivos (BARROS, 2005). As inovações interferem, diretamente, no contexto social. Desta forma, “as relações entre ciência, tecnologia e sociedade precisam ser reconstruídas” (SOUZA-LIMA, 2004).

As preocupações sobre o desenvolvimento científico e tecnológico e o uso de seus resultados devem ser cada vez mais evidentes, à medida que se está longe de se “chegar a um acordo sobre as chances de uma nova aliança sustentável ou a um contrato natural” (CARVALHO, 2001, p. 45).

Segundo Holton (1979, p. 17) “Os cientistas e os não cientistas precisam agora, certamente, também de um maior contato com as discussões substanciais sobre o impacto da ciência e tecnologia sobre os valores humanos e éticos” Nesta perspectiva deve haver uma preocupação com o futuro do ambiente e tecnologia alicerçada em atitudes que serão agentes de mudança.

Um público científica e tecnologicamente informado poderá debater os múltiplos impactos na vida cotidiana. Assim, a partir da informação continuada e da apreensão de percepções do que realmente impactam negativamente o meio ou podem causar benefícios ao ambiente e a vida humana, pode-se pensar na proposição de um Contrato Tecnológico (BARROS, 2005). Este que, como um contrato social, nor-

malizaria as relações com a tecnologia, implicando restrições na medida em que tais avanços não se demonstrem inclusivos e com maiores perspectivas.

Tal Contrato poderá ser pensado a partir do momento em que a sociedade tenha informação necessária para optar e pensar no futuro em termos de grupos de interesses. Nesse parâmetro, a divulgação da ciência assume um papel político de alta relevância, pois, a partir da pesquisa científica, é que se saberiam os limites de aplicabilidades das descobertas. Para que esse Contrato ocorra, é necessário que a sociedade esteja informada e capaz de “abrir mão de avanços que trazem conforto a curto prazo” (BARROS, 2005, p.117).

Tal quadro aponta para uma crescente necessidade de investimentos na ciência para que se possa, com responsabilidade, selecionar tecnologias que poderão ser disponibilizadas sem o risco de perda em uma escala de tempo mais longa do que a do imediatismo do cotidiano. As tecnologias iniciam um período de descartabilidade em curto prazo, pois, com a globalização, o fluxo de mercado aumenta e, a cada dia, se tem mercadorias novas que não se consertam, e sim trocadas (BARROS, 2005; HOBBSAWM, 2005).

Um pacto tecnológico não se configura em renúncia ao conhecimento. É uma opção de responsabilidade social com as gerações futuras, a partir do conhecimento presente. É importante considerar que existem incertezas em relação à aplicabilidade e o acesso aos avanços, além disso, eles podem ensejar riscos potenciais merecedores de atenção tanto quanto seus benefícios (BAZZO, VALÉRIO, 2006).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia prioriza o lucro como um fim em si, porém, deveria projetar as necessidades sociais como fundamentais, afinal, o homem gerencia suas atividades para seu próprio bem, mas não conceituou que o bem dele está projetado também na sua qualidade de vida (SOUZA-LIMA, 2004).

Cabe ao cidadão a tarefa de decidir que tipo de desenvolvimento científico e tecnológico é necessário e/ou aceitável, para que, assim, se aproxime a melhoria da qualidade de vida de todas as pessoas. Para tal, deve-se contar com uma educação científica e tecnológica com qualidade, não apenas na formalidade de ensino, mas em vários espaços sociais onde o caráter pedagógico possa ser considerado.

A tecnologia passou a fazer parte do cotidiano das pessoas, porém, em distribuição extremamente desigual. Fato crescente, devido à desigualdade social acentuada. Máquinas com alto teor de conceitos científicos podem ser operadas por qualquer pessoa, mesmo que seja ignorante cientificamente (HOBBSAWM, 1995). Daí surge a necessidade de se alfabetizar cientificamente, os cidadãos e promover uma eficiente divulgação científica (CHASSOT, 2001).

O desequilíbrio que os danos e usos desenfreados causavam já são praticamente irreversíveis. Considerar contratos com o meio natural, tecnológico, além do

social, seria uma sugestão para a convivência harmoniosa entre a natureza e parte dela: os seres humanos.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita. **Geopolítica da biodiversidade**. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1998.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1983.

BARROS, Henrique Lins. Um novo papel da ciência: rumo a um contrato tecnológico. In: WERTEIN, Jorge; CUNHA, Célio (Orgs.). **Educação Científica e desenvolvimento: o que pensam os cientistas**. Brasília: UNESCO: Instituto Sangari, 2005.

BAZZO, Marcelo; VALÉRIO, Walter Antônio. O papel da divulgação científica em nossa sociedade de risco: em prol de uma nova ordem de relações entre ciência, tecnologia e sociedade. **Revista Iberoamericana de Ciência, Tecnologia, Sociedad e Innovación**, n.7, dez. 2006. Disponível em: <<http://www.oei.es/revistactsi/numero7/articulo02b.htm>> Acesso em: 11 jun. 2008.

BOBBIO, Norberto; BOVERO, Michelangelo. **Sociedade e Estado na filosofia política moderna**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BOBBIO, Norberto. **O Positivismo Jurídico, Lições de Filosofia do Direito**. Tradução de Márcio Pugliesi, Edson Bini e Carlos E. Rodrigues. São Paulo: Ícone, 1995

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix, 1996.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Qual educação ambiental? Elementos para um debate sobre educação ambiental e extensão rural. **Revista Agroecologia e desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 43-51, abr./jun. 2001.

CHASSOT, Ático. **Alfabetização científica: Questões e desafios para a educação**. 2. ed. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2001.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. 3. ed. São Paulo: Abril, 1983.

HOBBS, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HOLTON, Gerald. **A imaginação científica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1979.

ISOPPO, Felipe Kaue *et al.* O outro lado da tecnologia.. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENSINO DE ENGENHARIA, 34, 2006, Passo Fundo. **Anais ...** Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2006.

LONGO, Waldimir Pirró. Ciência e Tecnologia: evolução, inter-relação e perspectivas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 9, 1989, Porto Alegre. **Anais ...** [Porto Alegre]: [s.n.], 1989.

PENA-VEGA, Alfredo. **O despertar ecológico: Edgar Morin e a ecologia complexa**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

PRIMACK, Richard B. **Biologia da conservação**. Londrina: Editora Rodrigues, 2001.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Contrato social: princípios de Direito Político**. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1969.

SERRES, Michel. **O contrato Natural**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

SEVCENKO, Nicolau. **A corrida para o século XXI: no loop da montanha russa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SOUZA-LIMA, José Edmilson. Economia ambiental, ecológica e marxista versus recursos naturais. **Revista. FAE**, Curitiba, v. 7, n. 1, p. 119-127, jan./jun. 2004.

QUIRINO Célia Galvão; SOUZA, Maria Teresa Sadek. **O pensamento político clássico: Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau**. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1992.

WALDMAN, Maurício. Natureza e sociedade como espaço de cidadania. IN: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla (Orgs). **História da cidadania**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003. p.

OS PASSOS METODOLÓGICOS PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS

Bruno Alvarenga Ribeiro¹

RESUMO

Neste ensaio teórico é apresentada uma proposta de reflexão sobre os passos metodológicos para a elaboração de projetos sociais, e esta reflexão se reveste de importância em função da proliferação de intervenções que tentam minimizar as sequelas produzidas pelas desigualdades sociais. Muitas vezes estas intervenções são instrumentalizadas com muito empirismo e pouca ciência. Por isso é urgente propor uma sistematização dos passos que constituem o processo de formulação de um projeto social. Por sistematização entende-se o esforço de tornar científica a tarefa de elaborar projetos sociais, e não propor um roteiro rígido que engesse a realidade social dentro dos cânones de uma ciência fria e neutra.

Palavras-chave: Planejamento. Passos metodológicos. Projetos sociais.

METHODOLOGICAL STEPS FOR THE ESTABLISHMENT OF SOCIAL PROJECTS

ABSTRACT

In this research note is a proposal for consideration of the methodological steps for the development of social projects, and this reflection is of importance in the light of the proliferation of interventions that attempt to minimize the consequences produced by social inequality. Often these interventions are manipulated with much empiricism, but with little science. Therefore it is urgent to propose a systematization of the steps that constitute the process of formulating a social project. By systematic we mean the effort to make the development of social projects a scientific enterprise, and not to propose a road map that holds the social reality within the canons of natural science.

Keywords: Planning. Methodological steps. Social projects.

¹ Psicólogo pós-graduado em Liderança e Gestão de Pessoas, pós-graduando em Políticas de Assistência Social e Gestão do SUAS, prof. do Curso de Serviço Social do UNIFOR-MG. E-mail: br.alvarenga@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

Em tempos marcados por tantas desigualdades sociais e pela proliferação de intervenções que tentam minimizar as sequelas provocadas por estas desigualdades, é urgente que se busque construir uma reflexão sobre os passos metodológicos para a elaboração de projetos sociais.

São vários os motivos que nos levam a pensar sobre os passos que culminarão na confecção de um projeto social. O primeiro motivo é que o projeto social é o principal meio pelo qual as políticas sociais são operacionalizadas, portanto, os projetos são os elos da política que estão mais próximos da realidade: “O projeto é a unidade mais específica e delimitada dentro da lógica do planejamento, é a unidade mais operativa de ação, o instrumental mais próximo da execução.” (CURY, 2001, p. 41).

O segundo motivo diz respeito à pouca efetividade das políticas sociais brasileiras. Segundo relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) de 2003, um dos fatores para a pouca efetividade das políticas sociais brasileiras é a focalização. Se existem deficiências na focalização das políticas sociais, possivelmente também existem deficiências no planejamento que prevê os meios pelos quais estas políticas são operacionalizadas. Esta é uma justificativa mais do que plausível para refletirmos sobre os passos metodológicos para a elaboração de projetos sociais. Focalização diz respeito à capacidade da política em atingir o público-alvo ao qual ela é destinada.

O terceiro motivo é consequência do segundo. Em função da precariedade das ações do Estado, surge um novo espaço dominado pelas instituições privadas sem fins lucrativos. A proliferação destas instituições é acompanhada por uma multiplicação das iniciativas que tentam dar conta das sequelas produzidas pelas desigualdades sociais.

Todavia, a proliferação das instituições privadas sem fins lucrativos e a multiplicação dos projetos sociais não são seguidas de perto por um robustecimento na produção científica. Ou seja, a produção científica sobre os passos metodológicos para a elaboração de projetos sociais não cresce na mesma proporção das instituições privadas sem fins lucrativos e das intervenções que tentam corrigir os déficits gerados pelas desigualdades sociais.

Portanto, ao se propor uma discussão sobre os passos metodológicos para a elaboração de projetos sociais, estamos tentando tornar a tarefa de elaborar um projeto social menos empírica e mais científica. Para isso, a elaboração de projetos sociais no universo do planejamento, demonstra, assim, que a construção de um projeto social segue o mesmo raciocínio da produção do saber científico. Desta forma, acredita-se que esta reflexão possa contribuir para incrementar a produção científica que versa sobre a elaboração de projetos sociais.

2 INSERINDO A ELABORAÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS NO UNIVERSO DO PLANEJAMENTO

No Dicionário Aurélio pode ser encontrada a seguinte definição para planejamento: “trabalho de preparação para qualquer empreendimento, segundo roteiro e métodos determinados”. Duas palavras se destacam nesta definição: roteiro e métodos.

Fica fácil entender o que é um roteiro e posteriormente entender o projeto social como roteiro, lembrando de um mapa. Um mapa é uma representação de um determinado espaço geográfico, e como representação ele fornece as diretrizes necessárias para que sejam efetuados movimentos dentro deste espaço. Alguém que deseja sair de um ponto A e chegar a um ponto B, mas não sabe qual caminho tomar, provavelmente utilizará um mapa. A utilização do mapa permitirá a visualização do caminho para se chegar ao ponto B antes que ele seja atingido.

Um projeto social não é muito diferente de um mapa. Como o mapa, ele fornecerá as diretrizes necessárias para guiar uma intervenção em uma determinada realidade social. Permitirá também a visualização dos resultados que se pretende atingir com a intervenção tão somente por causa da especificação dos meios necessários ao alcance das metas pretendidas.

Então, todo projeto social como qualquer outro empreendimento científico está fundamentado num equacionamento entre meios e fins. Os fins são visualizados antecipadamente, mas tudo o que se tem é o ponto de partida, ou seja, tudo o que se tem é a realidade que deverá ser mudada. Mas esta só vai sofrer alterações se os meios utilizados permitirem um profundo conhecimento de todas as suas dimensões.

Se o projeto social é como um mapa, não pode ser esquecido o fato de que os mapas são simplificações da realidade que eles representam, e neles são destacados apenas os elementos mais importantes do espaço geográfico representado. O mesmo raciocínio é válido para os projetos sociais, ou seja, os projetos sociais também são simplificações da realidade social para a qual propõem soluções. Se são simplificações, apenas os elementos mais importantes desta realidade merecerão destaque.

Mas como saber quais são os elementos mais importantes da realidade social? É aqui que entram os métodos e as reflexões sobre como construir conhecimento científico sobre a realidade social. A realidade social é fluída e dificilmente pode ser congelada em uma fotografia. Ela tem uma fluidez própria que se forma a partir da interação de suas diferentes dimensões, e estas dimensões só serão captadas se o todo for entendido como algo que é mais do que a soma das partes.

Partes deste todo social podem ser quantificadas. É bom que determinados aspectos da realidade social sejam quantificados, pois a quantificação pode ajudar a revelar tendências históricas. Este é o trabalho dos indicadores sociais: revelar aquilo que está se processando na realidade social. Destaca-se o conceito de indicador

social:

Um indicador social é uma medida em geral quantitativa, dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para a formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão ocorrendo na mesma (JANNUZZI, 2002, p.55).

O que se faz quando um projeto social é planejado é dar corporeidade a conceitos que a princípio são muito abstratos. Estes só se tornam concretos quando transformados em indicadores sociais. Por sua vez os indicadores sociais serão utilizados para alimentar o processo de planejamento que culminará na elaboração de um projeto social.

Esta questão será tratada posteriormente. No momento, o que interessa é inserir a elaboração de projetos sociais no universo do planejamento e demonstrar que a atividade de planejar é intrínseca ao processo de construção de um projeto social. Em última instância, é o planejamento que confere ao projeto social um caráter racional e científico.

Se parte da realidade social pode ser quantificada, outra parte muito significativa não pode ser apreendida matematicamente. Todavia, não se faz ciência somente quando se usa da matemática. E mesmo que toda realidade social pudesse ser quantificada, a quantificação não é capaz de revelar o significado que o sujeito histórico atribui aos eventos que fazem parte de sua experiência subjetiva e do universo simbólico em que está inserido.

A experiência subjetiva do sujeito histórico e o universo simbólico em que ele está inserido não podem escapar ao planejamento. Estas são duas dimensões que constituem junto com outras incontáveis dimensões a realidade social, e merecem a devida atenção, pois podem colocar em risco todas as atividades previstas no planejamento de um projeto social. Também como os conceitos operacionalizados pelos indicadores sociais, tudo o que se refere a estas duas dimensões pertence a um universo muito abstrato e, como os primeiros, precisam ser operacionalizadas, não matematicamente, e sim funcionalmente.

As dimensões da experiência subjetiva e do universo simbólico em que ela acontece são operacionalizadas quando é localizado o lugar que estas dimensões ocupam dentro de um dado sistema social. Não existe paralelo na literatura científica para a expressão operacionalização funcional. A expressão foi cunhada para demonstrar que os aspectos qualitativos da realidade social precisam ser apreendidos na relação que assumem com o todo, ou seja, precisam ser apreendidos em função do lugar que ocupam dentro de um dado sistema social. A expressão não guarda qualquer relação com o funcionalismo da sociologia de Durkheim, e talvez seja mais prudente aproximá-la da sociologia compreensiva de Weber, na medida em

que ela expressa a preocupação com a compreensão dos aspectos qualitativos da realidade social. Talvez também pudéssemos aproximá-la do funcionalismo de Skinner na Psicologia, pois reflete a intencionalidade de entender os fenômenos estudados a partir da relação de dependência que estabelecem com as variáveis de contexto. Vale dizer ainda, que a cunhagem desta expressão é uma maneira de romper com o paradigma de causalidade mecânica da Física Newtoniana, e demonstrar que os fenômenos sociais são multideterminados. O que nos interessa é identificar a função que uma determinada experiência subjetiva, que é atravessada pelo simbolismo do contexto histórico, assume dentro da rede de relações sociais. Então, neste sentido, as expectativas do sujeito histórico com relação ao mundo em que vive podem atuar como fatores potencializadores ou como fatores limitadores na elaboração e execução de um projeto social. Conhecer estas expectativas é fundamental para o sucesso de qualquer projeto, e trabalhá-las para minimizar ou potencializar os seus efeitos é algo que deveria estar inscrito na genética de qualquer intervenção social.

Portanto, ao ser inserida no universo do planejamento, a elaboração de projetos sociais evidencia que o processo de construção de um projeto social segue os mesmos passos do processo de construção do conhecimento científico. Em outras palavras, o processo de elaboração de um projeto social é tão racional quanto o processo de construção do saber científico. Construir um projeto social é também fazer ciência, e se não fosse assim não teríamos motivos para acreditar que as intervenções de cunho social teriam qualquer possibilidade de produzir mudanças na realidade.

Desta forma, fica claro que a posição assumida neste artigo vai contra o empirismo, contra o fazer sem reflexão, contra o agir sem análise crítica, como muitas vezes se faz quando o assunto é elaboração e implantação de projetos sociais. Um projeto social só se torna uma ferramenta de transformação de realidades quando a sua construção reflete uma preocupação com a busca de um profundo conhecimento dos contextos em que pretende atuar.

3 O CICLO DE VIDA DE UM PROJETO SOCIAL

Quando se afirma que um projeto social tem um ciclo de vida, refere-se ao fato de que ele é formado por fases que se inter-relacionam para gerar um produto final, e o produto final que se espera de um projeto social são as modificações que ele pretende introduzir na realidade onde é implantado.

Em geral, na literatura científica encontramos as seguintes fases de um projeto social: planejamento, implementação e avaliação. Segundo Cury (2001), estas etapas possuem o mesmo grau de importância e se relacionam intimamente num movimento dinâmico e não-linear.

Muitas vezes o conceito de implementação é tomado como sinônimo de implantação. Baptista (2007) é mais criteriosa com a definição destes conceitos e trata-

os como fases distintas, mas inter-relacionadas do planejamento social.

Implementar significa tomar providências concretas para a realização de algo planejado. A fase de implementação pode ser considerada como a busca, formalização e incorporação de recursos humanos, físicos, financeiros e institucionais que viabilizem o projeto, bem como a instrumentalização jurídico-administrativa do planejamento (BAPTISTA, 2007, p.103).

A implementação não pode ser confundida com a implantação, pois ela é o momento de preparação para a execução do projeto. Então, de acordo com o raciocínio de Baptista o ciclo de vida de um projeto social é constituído pelas seguintes fases: planejamento, implementação, implantação, controle e avaliação.

Deste ponto em diante, será dada atenção às fases assinaladas por Baptista. Atenção especial será dirigida à fase do planejamento, pois é interesse desse artigo percorrer os passos metodológicos que fazem parte do processo de elaboração de um projeto social.

A fase do planejamento é dividida em pelos menos dois passos. O primeiro recebe o nome de análise situacional. O segundo é a elaboração do projeto propriamente dita. Analisemos estes dois passos identificando todos os momentos que os constituem.

3.1 Análise Situacional

Antes da elaboração de um projeto social é necessário conhecer a realidade em que ele será implantado. Esse conhecimento produzirá as informações que ajudarão a compor o roteiro de intervenção do projeto e sua construção se dá de forma sistemática e analítica.

Dizer que esse conhecimento se processa de forma sistemática e analítica é o mesmo que afirmar que ele é produzido por uma profunda investigação da realidade e, a essa investigação, conceitua-se de análise situacional. A análise situacional também é conhecida por outros nomes: análise de contexto, avaliação de marco zero, diagnóstico social, análise de cenário ou avaliação ex-ante.

Todos estes termos utilizados para se referir à atividade de produzir conhecimento sobre a realidade social em que será implantado um projeto social têm algo em comum. Todos eles apontam para a real necessidade de se conhecer a realidade e o problema que motiva a intervenção antes de se construir um projeto.

O conhecimento da realidade vai permitir ao planejador identificar os fatores que podem atuar como limitadores e potencializadores dos efeitos da intervenção. Além do mais, esse conhecimento vai permitir que o planejador entre em contato com os indicadores sociais do problema que demanda uma resolução, e são estes indicadores que vão fornecer as primeiras pistas sobre as dimensões deste problema.

Aliás, é bom salientar que todo projeto social é construído com o fim de resol-

ver ou minimizar um determinado problema social, e todo problema social tem dimensões quantitativas e qualitativas. As dimensões quantitativas são aquelas operacionalizadas pelos indicadores sociais, e conhecê-los é essencial para o sucesso do projeto.

Se um projeto pretende minimizar a violência doméstica contra a mulher numa determinada comunidade, o primeiro passo é levantar os indicadores sociais sobre este fenômeno que ocorre num contexto específico e que por isso será afetado pelas variáveis deste contexto. Então será necessário conhecer os índices de violência contra a mulher, quais os tipos de violência mais comuns (física ou psicológica), quem geralmente é o agressor (marido, namorado, amante etc), o perfil sócio-econômico do agente agressor e também da vítima da agressão etc.

O levantamento dos indicadores sociais permitirá que algumas hipóteses sejam construídas para explicar o fenômeno que no momento da realização da análise situacional é o objeto de estudos e que posteriormente se tornará o objeto da intervenção. Levantados os indicadores sociais, o planejador pode vir a descobrir que a maior parte dos casos de violência tem relação com a utilização de substâncias entorpecentes e, se este for o caso, o seu planejamento terá que contemplar ações que tratem não somente dos efeitos da violência contra a mulher, mas que também criem condições para que o envolvimento com estas substâncias possa ser trabalhado.

O envolvimento com substâncias entorpecentes pode acontecer como uma forma do agressor lidar com problemas de diversas ordens, inclusive com problemas materiais. Pode ser que grande parte dos agressores estejam desempregado, e encontrem nas substâncias entorpecentes um alívio para a angústia gerada pela condição em que se encontram. Sendo assim, o projeto social poderá prever ações que aumentem as chances de empregabilidade dos agressores.

O momento da análise situacional é também o momento de se construir um olhar teórico sobre o problema pesquisado. Se o projeto pretende abordar o problema da violência contra a mulher, é preciso, portanto, compreender o que é a violência contra a mulher, quais são suas possíveis causas e seus possíveis efeitos. Para isso é necessário buscar dados de outros projetos e pesquisas que tratam do mesmo problema e levantar os indicadores sociais que já foram produzidos por estudos de diversas ordens. Recorrer aos bancos de dados governamentais também é de grande valia, pois eles fornecem ao planejador informações sobre a amplitude do problema que demanda intervenção.

Todavia, é necessário ir além das dimensões quantitativas do problema e abordar também as suas dimensões qualitativas.

Hoje, tem-se a clareza de que, para que o planejado se efetive na direção desejada, é fundamental que, além do conteúdo tradicional de leitura da realidade para o planejamento da ação, sejam aliados à apreensão das condições objetivas o conhecimento e a captura das condições subjetivas do ambiente em que ela ocorre (...). (BAPTISTA, 2007, p.17).

Não é tarefa das mais fáceis tomar conhecimento das dimensões qualitativas de um problema social. É necessário que o planejador se aproxime do problema e isso só é possível na medida em que ele também se aproximar dos sujeitos históricos que vivenciam o problema que é alvo de investigação e ao mesmo tempo é alvo de intervenção. Não há um distanciamento entre planejador (pesquisador) e o sujeito histórico que é objeto de sua intervenção, portanto, o modelo de ciência que vai referenciar o estudo que produzirá os dados para o planejamento da intervenção não pode estar comprometido com a busca de um conhecimento neutro e objetivo.

O conhecimento tem que ser racional, passível de validação, mas não pode ser reduzido aos critérios da objetividade mecânica, de uma objetividade que invalida tudo o que não pode ser mensurado, descrito e classificado segundo os padrões taxionômicos das ciências biológicas e matemáticas. O planejador não pode esperar conseguir enquadrar as experiências subjetivas de mulheres violentadas, dentro de cânones que excluam a compreensão (ou a não compreensão) que essas mulheres têm da violência que sofrem. Inclusive o planejador terá que se perguntar: que sentido essas mulheres atribuem aos atos de violência? Por que elas se sujeitam a estes atos? Que ideologias perpassam as decisões de se submeter à violência?

Por último resta dizer antes de findarmos este tópico que, para conhecer as dimensões qualitativas de um problema social, diferentes métodos podem ser utilizados: pesquisa participante, pesquisa-ação, estudo de caso etc. Advogamos a utilidade do método da pesquisa-ação, método que, segundo Thiollent (2000), é usado em estreita associação com uma ação e esta ação tem o objetivo de minimizar ou resolver um problema social. Ainda segundo este autor, o método da pesquisa-ação promove uma constante interação entre planejador (pesquisador) e pessoas envolvidas com a situação problemática.

Por conseguinte, esta interação tende a tornar mais rico o entendimento da realidade, além de permitir o desvelamento da rede simbólica que perpassa a percepção que o sujeito histórico tem do contexto em que está inserido. Cabe acrescentar que esta interação também colabora para a criação de um clima de cooperação entre planejador e pessoas envolvidas com o problema que demanda a construção do projeto social.

3.2 A formulação dos objetivos do projeto

Após a realização da análise situacional, também conhecida por outros nomes, como já assinalado, é chegado o momento de formular os objetivos do projeto social. Os objetivos só são formulados depois da realização da análise situacional, pois é com este estudo da realidade que levantamos as informações necessárias à formulação dos mesmos.

É importante definir a expressão projetos sociais: “um projeto é uma ação social planejada, estruturada em objetivos, resultados e atividades, baseados em uma

quantidade limitada de recursos (...) e de tempo” (ARMANI, 2000, apud STEPHANOU; MÜLLER; CARVALHO, 2003, p. 11). Três palavras se destacam nesta definição: objetivos, resultados e atividades.

Objetivos, resultados e atividades constituem o tripé que sustenta um projeto social. Podemos assim interpretar este tripé: as atividades de um projeto são implantadas com vistas a alcançar certos resultados previstos nos objetivos. Todos os resultados de um projeto social já estão previstos nos objetivos. Então, é evidente o quão importantes são os objetivos.

Sem sombra de dúvidas, pode-se afirmar que os objetivos são os elementos que formam a alma do projeto. A alma é aquilo que anima, que dá vida. Portanto, os objetivos dão vida ao projeto social na medida em que apontam para os resultados que se pretende alcançar com a intervenção. Neste sentido, é lícito dizer que eles têm uma intencionalidade.

Os objetivos expressam a intencionalidade da ação planejada, direcionada para algo ainda não alcançado. A definição de objetivos antecipa os resultados esperados, fornecendo o eixo analítico para a escolha de alternativas. Ao propor objetivos, o planejador nega a realidade posta – o problema objeto do planejamento – e afirma a possibilidade de alcance de outra, desejável e possível, dadas as condições objetivas da situação analisada, em uma dialética de adequação entre ideal/real, intenção/resultado (BAPTISTA, 2007, p. 79).

Quando os objetivos de um projeto social são traçados, o planejador deve agir de modo semelhante a um motorista que pretende sair de um ponto A e chegar a um ponto B. Para não errar o caminho, antes o motorista visualiza o trajeto que terá que fazer. E se ele é um bom motorista, tenta imaginar mais de um trajeto, assim terá alternativas para escolher caso as outras se mostrem inviáveis.

O lugar a que o motorista pretende chegar é o resultado previsto pelo objetivo geral do projeto. Os trajetos que ele pode utilizar para chegar ao resultado são os objetivos específicos. Neste ponto não podemos levar muito adiante a nossa metáfora, pois os objetivos específicos não são rotas opcionais. Uma vez que eles foram escolhidos como caminhos possíveis para se chegar aos resultados, todos devem ser percorridos paralelamente. E a forma de percorrer esses caminhos (bicicleta, veículo motorizado, veículo de tração animal etc) são as atividades que implantadas operacionalizam os objetivos específicos. Há, então, dois conjuntos de objetivos: objetivo geral e objetivos específicos.

Tecnicamente, o objetivo geral pode ser definido assim: “Os *objetivos gerais* [grifo da autora] expressam os valores principais e a intencionalidade da organização. Indicam a natureza do conjunto dos resultados pretendidos pelo planejamento que está sendo desenvolvido.” (BAPTISTA, 2007, p. 82).

Já os objetivos específicos podem ser definidos da seguinte maneira:

Os *objetivos específicos* [grifo da autora] expressam uma decomposição do

objetivo geral, que aponta resultados a serem alcançados em áreas determinadas. Representam a previsão das características desejáveis de resultados da ação sobre aspectos determinados da situação objeto do planejamento. Devem ser explicitados em metas concretas que definam a dimensão de seus resultados (em termos do volume e extensão) em um tempo determinado. (BAPTISTA, 2007, p. 82).

É preciso ter o cuidado para que todos, ou a maior parte dos objetivos específicos, sejam alcançados, caso contrário, o projeto ficará comprometido.

O conjunto dos objetivos específicos deve se constituir em um todo coerente e viável: não devem ser considerados fins em si mesmos, mas partes de uma totalidade – o que significa que o alcance de apenas alguns objetivos específicos não garante o alcance dos objetivos gerais. (BAPTISTA, 2007, p. 83).

Disso tudo pode se concluir que os objetivos de um projeto social são as variáveis condicionantes de todas as atividades que se desenrolam após a definição dos mesmos. Eles apontam os resultados a serem alcançados e a forma de se alcançá-los.

3.3 Metodologia

Uma vez definidos os objetivos do projeto social, é hora de operacionalizá-los. Os objetivos de um projeto social são operacionalizados por meio das atividades que são executadas com o fim de produzir os resultados esperados.

É este o momento para descrevermos as atividades que vão ser implantadas, como elas serão implantadas, os recursos necessários para a implantação (humanos, materiais, financeiros etc.) e os pré-requisitos para a seleção do público-alvo que será beneficiado pelo projeto.

A descrição destas atividades produzirá todas as informações, que mais tarde serão utilizadas para o planejamento do cronograma de atividades do projeto. E a descrição dos recursos que serão utilizados para a implantação das mesmas fornecerá pistas importantíssimas para a formulação do cronograma físico-financeiro.

3.4 Controle e avaliação

O projeto social como proposta de mudança de uma determinada realidade social deve, não somente em sua essência, apresentar os meios para se alcançar esta mudança, mas também os meios para “mensurar” (avaliar) o quanto a mudança está se processando como consequência da implantação do projeto.

Basicamente há duas formas de se “mensurar” o quanto a implantação de um projeto está atingindo os resultados esperados. Estas duas formas constituem duas fases do planejamento do projeto que são chamadas respectivamente de controle e avaliação.

[...] o controle é instrumento de apoio e racionalização da execução, no sentido de assegurar a observância ao programado, prevenindo desvios. O controle pode ser definido como a fase em que se processam o acompanhamento sistemático, a mensuração e o registro das atividades executadas, dos recursos utilizados, do tempo dispendido em cada fase, dos resultados alcançados. Nesse acompanhamento, a ação programada é mensurada em termos de seu processo, de seus meios e de seu produto. (BAPTISTA, 2007, p. 109).

O controle é nada mais nada menos que o monitoramento (acompanhamento) da execução das atividades do projeto. Com ele é possível verificar a correspondência entre o programado e o realizado durante a implantação do projeto social. Portanto, o controle é uma atividade de avaliação que ocorre durante a implantação do que foi previsto no planejamento

Já a avaliação se refere à mensuração dos produtos (impactos) produzidos pelo projeto social, e a literatura científica aponta que as perspectivas de avaliação mais comuns são: avaliação de eficiência, avaliação de eficácia e avaliação de efetividade.

Primeiro a avaliação de eficiência: “A avaliação da eficiência incide diretamente sobre a ação desenvolvida. Tem por objetivo reestruturar a ação para obter ao menor custo e ao menor esforço, melhores resultados.” (BAPTISTA, 2007, p. 117). Num mundo marcado por tantos problemas sociais e pela escassez de recursos para resolver estes problemas, a avaliação de eficiência torna-se um instrumento de racionalização dos gastos públicos, por isso mesmo ela é urgente e extremamente necessária.

Avaliação de eficácia: “A eficácia é analisada a partir do estudo da adequação da ação para o alcance dos objetivos e das metas previstos no planejamento e do grau em que os mesmos foram alcançados.” (BAPTISTA, 2007, p. 118). Interessa à avaliação de eficácia saber quanto os objetivos previstos no início da implantação do projeto foram de fato alcançados. Portanto, esta perspectiva de avaliação fornece uma medida de sucesso do projeto.

A avaliação de eficácia é seguramente a mais usualmente aplicada nas avaliações correntes de políticas públicas. Isso porque é certamente aquela mais factível e menos custosa de ser realizada. Na verdade, o avaliador estabelece uma equação entre metas anunciadas por um programa e, com base nas informações disponíveis, as relaciona às metas alcançadas e, deste modo, conclui pelo sucesso ou fracasso da política (ARRETCHE, 2007, p.34).

Por último, a avaliação de efetividade.

Por avaliação de efetividade, entende-se o exame da relação entre a implementação de um determinado programa e seus impactos e/ou resultados, isto é, seu sucesso ou fracasso em termos de uma efetiva mudança nas condições sociais prévias da vida das populações atingidas pelo programa sob avaliação. (FIGUEIREDO & FIGUEIREDO, 1986, apud ARRETCHE, 2007, p. 32).

A avaliação de efetividade está interessada em saber se os resultados produzidos pela intervenção podem ser considerados duradouros. Embora as duas últimas citações façam referência a programas, isso não invalida todo o raciocínio desenvolvido até agora, pois a construção de um projeto segue a mesma lógica de construção de um programa social. A diferença entre programa e projeto se refere à cobertura da intervenção. Na verdade, um programa é formado pela interação de diversos projetos que possuem o mesmo fim.

Portanto, o planejamento do projeto deve prever um conjunto de ações para intervir na realidade que se deseja mudar. Ele também deve fazer referência aos meios que serão utilizados para mensurar os resultados produzidos pela intervenção e se estes resultados têm relação com o que foi planejado.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos outros passos poderiam ser explorados, mas focamos nossa reflexão no que de fato é essencial. Isso não quer dizer que os outros passos não sejam relevantes, e entre eles citamos pelos menos dois que se revestem de considerável importância: o cronograma de atividades e o cronograma físico-financeiro.

Todo projeto precisa explicitar quais são as atividades que vão ser executadas e em que tempo se dará a execução. Isso se faz com a elaboração do cronograma de atividades. Mas também é necessário prever os gastos para a execução dessas atividades, e isso se faz com a elaboração do cronograma físico financeiro.

Estes dois passos já trabalhados e os que também poderiam ser mencionados, mas que ficaram fora deste ensaio, dão a idéia do quão complexa é a tarefa de elaborar um projeto social, tarefa que merece a devida atenção dos cientistas sociais e que carece de uma verdadeira sistematização que dê conta da crescente demanda pelo desenvolvimento de projetos sociais. Só quando um projeto social for tratado como uma ferramenta científica de intervenção, é que poderemos esperar destas intervenções, resultados alentadores.

REFERÊNCIAS

ARRETCHE, M. T. S. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, E. M. (Org.). **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007. p. 29-39.

BAPTISTA, M. V. **Planejamento social: intencionalidade e instrumentação**. 2. ed. São Paulo: Veras Editora, 2007.

CURY, T. C. H. Elaboração de projetos sociais. In: ÁVILA, C. M. de (Org.). **Gestão de Projetos Sociais**. 3. ed. São Paulo: AAPCS (Associação de Apoio ao

Programa Capacitação Solidária), 2001. p. 37-58.

FERREIRA, A. B. H. **Aurélio século XXI: o dicionário da Língua Portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

JANNUZZI, P. de M. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. 51-72.

MARINO, E. **Manual de avaliação de projetos sociais**. 2. ed. São Paulo: Sarai-va, 2003.

STEPHANOU, L.; MÜLLER, L. H.; CARVALHO, I. C. de M. **Guia para elaboração de projetos sociais**. 2. ed. Porto Alegre: Sinodal, 2003.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2000.



*CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS***COOPERATIVISMO E ESTRATÉGIAS COMPETITIVAS: UM ESTUDO DE MULTICASOS NAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO MÚTUO E DE CRÉDITO RURAL NAS CIDADES DE MINAS GERAIS**

Jussara Maria Silva Rodrigues Oliveira¹, Virgínia Dias Lages², Marcela Pecze de Moraes³

RESUMO

O cooperativismo é um sistema econômico que pode promover o desenvolvimento sócio-econômico e ambiental. O objetivo da pesquisa foi estudar as estratégias competitivas adotadas por onze cooperativas de crédito mútuo e rural, pertencentes aos municípios do Estado de Minas Gerais. O procedimento metodológico utilizado foi pesquisa qualitativa, descritiva e de multicase. A pesquisa é um estudo de multicase, por se tratar de onze cooperativas, caracterizadas pelo maior foco na compreensão e na comparação qualitativa dos fenômenos. Os instrumentos de coleta de dados foram o questionário semi-estruturado, roteiro de entrevista e observação-participante. Deste modo, as cooperativas de crédito rural pertencentes as cidades de Bom Despacho, Bambuí, Campo Belo e Nanuque atuam na formação de programas educacionais, conscientização ambiental e menores taxas de juros. As cooperativas de crédito mútuo situadas nas cidades de Formiga, Viçosa, Ouro Branco, Campos Gerais, Sabinópolis e Alpinópolis têm cumprido o seu papel, priorizando ações associativas, menores taxas de serviços, visando o desenvolvimento regional. Tanto as cooperativas de crédito rural quanto as cooperativas de crédito mútuo visam os desenvolvimentos sócio-econômico e ambiental na região de atuação.

Palavras-chaves: **Estratégias. Cooperativismo. Desenvolvimento**

**COOPERATIVE AND COMPETITIVE STRATEGIES:
A STUDY IN MULTICASE CREDIT UNIONS AND RURAL
CREDIT IN THE CITIES OF MINAS GERAIS****ABSTRACT**

The cooperative is an economic system that can promote socio-economic and envi-

¹Doutora em Administração, Professora do Centro Universitário de Formiga (Unifor-MG).

²Graduanda do curso de Engenharia Ambiental do Centro Universitário de Formiga-Unifor-MG, virginiadias@ymail.com, bolsista da FAPEMIG.

³Graduanda do Curso de Engenharia Ambiental do Centro Universitária de Formiga (Unifor-MG)

ronmental. The purpose of this research was to study the competitive strategies of eleven credit unions and rural areas belonging to municipalities of Minas Gerais. The approach used was qualitative, descriptive and multicase. The research is a study of multi for treating eleven cooperatives, characterized by greater focus on understanding and qualitative comparison of the phenomena. The instruments of data collection was semi-structured interviews and participant observation. Thus the rural credit cooperatives in the cities of Bom Despacho, Bambuí Nanuque and Campo Belo operates in the formation of educational programs, environmental awareness, and lower interest rates and credit unions in the cities of Formiga, Viçosa, Ouro Branco, Campos Gerais, Sabinópolis and Alpinópolis have fulfilled their role, emphasizing cooperative actions, lower rates of services, to regional development. Both the rural credit cooperatives as the credit unions seeking to develop socio-economic and environmental performance in their region.

Keywords: Strategies. Cooperatives. Development

1 INTRODUÇÃO

O cooperativismo tem sido uma forma de movimento social consagrada na maioria dos países do mundo. Esse sistema é um importante instrumento de distribuição de renda, além de promover ações, satisfazendo um grupo de pessoas com interesses comuns, voltado, principalmente, para atender suas necessidades econômicas, culturais, sociais e ambientais.

Os conceitos de desenvolvimento sustentável, sustentabilidade e cooperativismo possuem fortes laços de interligação, os quais permitem a identificação de diversas características comuns em termos de objetivos e interações. Estas interações são constituídas e mantidas na constante busca de geração de valor, a partir da rede de relações sociais e do atingimento de metas que permitam um crescimento conjunto justo, sustentável e equilibrado. Nestes conceitos podem ser identificados elementos que demonstram uma preocupação com o estabelecimento de relações de equilíbrio entre agentes que interagem economicamente e socialmente em um mesmo ambiente. Há também uma forte preocupação no sentido de fazer com que os objetivos organizacionais se sobreponham aos objetivos individuais.

No Brasil, pode-se perceber um renascimento do cooperativismo de crédito mútuo, tanto no nível urbano como também voltado para o crédito rural. Atualmente, mesmo com a expansão das cooperativas de crédito mútuo e rural, faltam estudos ou propostas que avaliem, de forma sistemática, o dinamismo existente e as estratégias cooperativas adotadas.

Segundo Shardong (2002), a cooperativa de crédito, como espécie do gênero “cooperativa”, objetiva promover a captação de recursos financeiros para financiar as atividades econômicas dos cooperados, a administração das suas poupanças e a prestação dos serviços de natureza bancária por eles demandada.

A relevância do estudo sobre cooperativismo parte de uma premissa, instrumento de promoção da cooperação e da igualdade dos membros, que deve ser colocada sempre em evidência. De fato, essa premissa atravessou séculos de embates e, com o passar dos tempos, se fortalece: a igualdade das sociedades cooperativas (SOUZA, 2008).

O desenvolvimento no setor de cooperativismo de crédito ocorre num momento de abertura da economia, com conseqüente estabelecimento de novas condições para a competitividade de mercado. A ampliação do estudo de dinamismo do cooperativismo de crédito configura-se pela instituição de forças para reorientar estratégias. Os dirigentes e associados estão se deparando com a necessidade de fazer reconhecer, com maior capilaridade, o sistema como um todo (SHARDONG, 2003).

Abre-se um questionamento sobre a situação do cooperativismo de crédito mútuo e rural no Brasil, particularmente em Minas Gerais. Nessa perspectiva, ocorre um duplo confronto entre ambientes percebidos e reais (SMIRCH e STUBART, 1985). Com isto, os dirigentes não estão sincronizados, ao mesmo tempo, com as duas vertentes: o contexto organizacional e o econômico. Diante disto, pode-se afirmar que a gestão estratégica não está se realizando nas suas reais dimensões, tornando-se claro que há um problema de percepção por parte dos dirigentes do aspecto associativo, inerente às organizações cooperativas.

Segundo Coté e Vézima (1994) e Portilho (2005), de maneira geral, as cooperativas apresentam diferentes estratégias ao longo do tempo, entre a estrutura organizacional e sua estrutura democrática. Nessas diferentes situações, uma cooperativa se encontra em face de desafios. Essas transformações representam um elemento importante de integração, na medida em que se agrega um conjunto de características que articulam temas como qualidade, ética, defesa do meio ambiente e cidadania. Reconhece-se a necessidade de enfatizar práticas coletivas como norteadoras de um processo que, embora englobe os consumidores individuais, prioriza ações na sua dimensão associativa.

Os associados contribuem equitativamente e controlam democraticamente o capital de sua cooperativa. Ao menos parte desse capital é, em sua maioria, de propriedade comum da cooperativa. Os associados, geralmente, recebem benefícios limitados pelo capital subscrito, quando houver, como condição de associação. As cooperativas fornecem educação e treinamento a seus sócios, aos representantes eleitos, aos administradores e empregados, para que eles possam contribuir efetivamente, com o desenvolvimento de sua cooperativa (SOUZA, 2008).

Nesse sentido, a presente pesquisa tem como objetivo estudar as estratégias competitivas de 11 (onze) cooperativas de crédito mútuo e de crédito rural nos municípios do Estado de Minas Gerais, por meio do desenvolvimento econômico, social e ambiental. Sendo assim foram estudadas as cooperativas de crédito rural nas cidades de Bom Despacho, Bambuí, Campo Belo e Nanuque. E as cooperativas de crédito mútuo nas cidades de Formiga, Viçosa, Ouro Branco, Campos Gerais, Sabi-nópolis e Alpinópolis.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Minas Gerais é uma das 27 unidades federativas do Brasil, sendo a quarta maior em extensão territorial, que é de 586.528km², equivalente à da França. Possui o terceiro maior Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, superado apenas pelos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, embora em um importante indicador de capacidade econômica, a arrecadação de ICMS, Minas tenha superado o Rio de Janeiro na classificação nacional (IBGE, 2010).

A pesquisa foi realizada em 11(onze) cooperativas de diferentes regiões do Estado de Minas Gerais. Foram estudadas 2 (duas) cooperativas de crédito mútuo, uma instalada há 17 anos, e outra há 15 anos atuando no mercado, ambas na cidade de Formiga. O município de Formiga está situado na região Centro-Oeste de Minas Gerais, segundo a divisão geográfica do estado, possuindo uma área de 1.501,02km². A cooperativa na cidade de Bom Despacho, instalada há 23 anos no mercado. O município de Bom Despacho está situado na região do Alto São Francisco, no Centro-Oeste de Minas Gerais, possuindo uma área de 1218,12km².

A cooperativa de crédito rural na cidade de Bambuí está há 18 anos no mercado. O município de Bambuí está situado também no Centro-Oeste do estado com uma área de 1453,99 km². O município de Campo Belo está situado na microrregião do Centro-Oeste mineiro, possuindo uma área de 51.375 km², com uma cooperativa de crédito rural instalada há 16 anos no município. A cidade de Nanuque é pólo sócio-econômico e cultural da microrregião Vale do Mucuri (região Nordeste), com uma área de 1.542,97km². A cooperativa, atua há 16 anos no mercado.

Em se tratando das cooperativas de crédito mútuo, a cooperativa do município de Viçosa localiza-se na Zona da Mata mineira, com uma área de 300,15km², e atua no mercado há 11 anos. O município de Ouro Branco está situado na região Central do Estado, possuindo uma área de 258,79 km², abrangendo a cooperativa de crédito mútuo instalada há 28 anos no mercado.

A cidade de Campos Gerais está situada no sul de Minas, com uma área de 770,3 km², na Bacia Rio Grande, abrangendo a cooperativa de crédito rural instalada há 16 anos no mercado. O município de Sabinópolis está localizado na Bacia do Rio Doce, com uma área de 919,49 km², possuindo a cooperativa de crédito mútuo atuando, há 12 anos, no mercado da região. A outra cooperativa de crédito mútuo encontra-se na cidade de Alpinópolis, há 21 anos no mercado. A cidade de Alpinópolis localiza-se no sul do estado e com uma área de 456,47km². Seu nome deve-se às elevações da Serra da Ventania, que lembram os Alpes (ALMG, 2010).

A pesquisa classifica-se como pesquisa descritiva e qualitativa. Para Gil (1999), os estudos descritivos exigem uma série de informações sobre o que se deseja pesquisar, descrevendo, com exatidão, os fatos e fenômenos de determinada realidade. No campo das Ciências Sociais, o termo pesquisa qualitativa assumiu diferentes significados, como o de compreender um conjunto de diversas técnicas interpretati-

vas que objetiva descrever e decodificar os componentes de um sistema complexo de significados. Pretende traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social e trata-se de reduzir a distância entre o pesquisador e o pesquisado, entre a teoria e os dados, entre o contexto e a ação (MAANEN, 1979, p.520). O principal fundamento da pesquisa qualitativa é a imersão do pesquisador no contexto e a perspectiva interpretativa de condução da pesquisa (KAPLAN, DUCHON, 1988, p. 580).

A pesquisa é um estudo de multicasos (YIN, 2001), por se tratar de onze cooperativas de crédito, caracterizados pelo maior foco na compreensão e na comparação qualitativa dos fenômenos. O estudo multicasos proporciona uma maior abrangência dos resultados, não se limitando às informações de uma só organização. De acordo com Triviños (1987), tem por objetivo aprofundar a descrição de determinada realidade. O período de estudo foi de agosto de 2009 a março 2010. Para a coleta dos dados, foram utilizados questionário semi-estruturado, roteiro de entrevista e observação-participante.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa realizada demonstrou que as cooperativas mencionadas desenvolvem estratégias competitivas. Considerando as informações analisadas, as cooperativas de crédito rural pertencentes às cidades de Bom Despacho, Bambuí, Campo Belo e Nanuque e as cooperativas de crédito mútuo localizadas nas cidades de Formiga, Viçosa, Ouro Branco, Campos Gerais, Sabinópolis e Alpinópolis desenvolvem estratégias atuantes para se manterem competitivas no mercado.

De acordo com o gerente geral da cooperativa da cidade de Bom Despacho, as estratégias estão relacionadas, basicamente, no fornecimento de crédito aos seus associados, taxas de juros e tarifas diferenciadas, qualidade de vida para os cooperados e investimento em tecnologia, de maneira a promover o desenvolvimento regional. Conforme a entrevista, pode-se perceber pelo relato do gerente geral:

“Entende-se que praticando taxas de juros e tarifas inferiores ao mercado, proporciona aos nossos cooperados uma melhor qualidade de vida. Registra-se ainda que, com recursos oriundos das sobras dimensiona-se recursos financeiros para custear estudos de cooperados e seus familiares”. Prioriza também investimentos em tecnologia da informação, capacitação de dirigentes, acompanhamento constante da evolução do mercado financeiro e preocupação com o desenvolvimento regional (2009).

A cooperativa da cidade de Bambuí atua no mercado por meio de taxas diferenciadas, incentivos na formação de programas educacionais, e bom atendimento, enfatizando atenção especial aos associados. Afirma o gerente geral da cooperativa de Bambuí: “*A instituição procura sempre estar participando de eventos e programações que possam trazer quaisquer benefícios para a sociedade e principalmente para os nossos associados*”(2009)

As estratégias organizacionais da cooperativa de Campo Belo estão direcionadas ao atendimento diferenciado, destacando a conscientização ambiental, menores taxas de juros, como também, visam estimular o crescimento. Afirma o diretor presidente da cooperativa de Campo Belo: “*A instituição influencia na vida social de seus cooperados especialmente procurando aprimorar e valorizar o espírito de cooperação, e de seus benefícios para todos*”(2009).

A cooperativa da cidade de Nanuque atua em excelência no atendimento, aquisição do crédito dirigido aos associados, menores taxas de juros do mercado de atuação e política de cooperação. O gerente geral da cooperativa explica: “*O desenvolvimento sócio-econômico e ambiental é de supra importância para o crescimento e desenvolvimento da cooperativa, pois todo desenvolvimento deve ser sustentado na preservação*”(2009).

O Quadro 1 resume as principais estratégias adotadas pelas cooperativas de crédito rural estudadas, visando a competitividade no mercado.

| Instituições | Estratégias competitivas |
|--------------------------|--|
| Cooperativa Bom Despacho | <ul style="list-style-type: none"> - Atenção às modificações do mercado para atender, de forma precisa, às necessidades dos cooperados; - Incentivos na formação de programas educacionais; - Taxas de juros de empréstimos e de cheque especial mais baixas; - Conscientização dos colaboradores da importância da preservação ambiental; - Estimular o crescimento sócio-econômico de seus associados. |
| Cooperativa Bambuí | <ul style="list-style-type: none"> - Tratamento personalizado e agilidade em todos os processos; - Taxas de juros menores; - Incentivos na formação de programas educacionais; - Fornecer crédito de qualidade e com consciência social; - Incentivo ao desenvolvimento social, econômico e ambiental. |
| Cooperativa Campo Belo | <ul style="list-style-type: none"> - Reconhecimento empresarial, por meio de uma política bem estruturada; - Presença territorial com filiais em todo o centro-nordeste mineiro; - Participação ativa nas comunidades e órgãos de ação comunitária; - Prestação de serviços tipicamente bancários com tecnologia alinhada; - Incentivos a projetos de reflorestamento e conscientização, partindo do atendimento. |
| Cooperativa Nanuque | <ul style="list-style-type: none"> - Treinamentos, cursos e palestras para os funcionários; - Bolsa para os colaboradores poderem ingressar na faculdade; - Ampliação do quadro de associados; - Menores taxas de juros e promovem desenvolvimentos sócio-econômico e ambiental. |

QUADRO 1 – Estratégias competitivas adotadas pelas cooperativas de crédito rural estudadas.

Fonte: Dados da pesquisa, 2009.

As estratégias pesquisadas identificaram que a cooperativa de crédito mútuo da cidade de Formiga busca soluções financeiras tendo como foco a redução das taxas de serviços, desenvolvem serviços de apoio aos cooperados, atendimento de forma corpórea, reuniões diárias, aprovando liberação de crédito e estrutura organizacional bem definida. Afirma a secretária executiva da cooperativa: “*A nossa cooperativa está sempre procurando atender as necessidades dos cooperados de maneira satisfatória, buscando por meio desse o desenvolvimento sócio-econômico e ambiental*” (2009).

O Quadro 2 resume as principais estratégias adotadas pelas cooperativas de crédito mútuo estudadas.

| Instituições | Estratégias Competitivas |
|---------------------------|---|
| Cooperativa Formiga | <ul style="list-style-type: none"> - Gestão profissional eficiente; - Geração de benefícios aos cooperados; - Capacitação dos colaboradores; - Estratégias agressivas nas busca de novos clientes; - Manter documentos atualizados para comprovação de cadastro; - Acompanhamentos diários de concorrentes. |
| Cooperativa Formiga | <ul style="list-style-type: none"> - Estratégias visando soluções financeiras; - Serviços de apoio aos negócios dos cooperados; - Atendimento de forma corpórea; - Agilidade na liberação de crédito; - Estrutura organizacional bem definida. |
| Cooperativa Viçosa | <ul style="list-style-type: none"> - Investimentos em tecnologia da informação; - Capacitação de dirigentes e quadro de colaboradores; - Acompanhamento constante da evolução do mercado financeiro; - Taxa de juros e tarifas inferiores ao mercado. |
| Cooperativa Ouro Branco | <ul style="list-style-type: none"> - Atendimento diferenciado - Mantendo taxas diferenciadas; - Incentivos na formação de programas educacionais; - Estimulam os desenvolvimentos sócio- econômico e ambiental. |
| Cooperativa Campos Gerais | <ul style="list-style-type: none"> - Atenção às mudanças do mercado; - Atendimento diferenciado; - Menores taxas de juros; - Estimular o crescimento sócio- econômico e ambiental; |
| Cooperativa Alpinópolis | <ul style="list-style-type: none"> - Excelência em atendimento; - Crédito dirigido e assistido com as menores taxas do mercado de atuação; - Praticando a política de cooperação; - Conscientização partindo do atendimento; |

| | |
|-------------------------|---|
| Cooperativa Sabinópolis | <ul style="list-style-type: none"> - Treinamento de colaboradores; - Estabelecimento de parcerias; - Conscientização ambiental, partindo do atendimento; - Prestação de serviços bancários com menores taxas; - Capacitação de profissionais com política de recursos humanos bem estruturada. |
|-------------------------|---|

QUADRO 2 – Estratégias competitivas adotadas pelas cooperativas de crédito mútuo estudadas

Fonte: Dados da pesquisa, 2009.

Já a outra cooperativa de crédito mútuo da cidade de Formiga desenvolve estratégias a partir do treinamento de seus colaboradores, com foco em ação ética, estabelecimento de parcerias, conscientização ambiental (partindo do atendimento), prestação de serviços bancários com menores taxas e capacitação de profissionais com política de recursos humanos bem estruturada. Afirma o gerente da instituição: *“Estamos sempre buscando a plena satisfação de nossos associados e colaboradores, como também o aprimoramento de nossos serviços à fim do desenvolvimento, com foco na sustentabilidade”* (2009).

De acordo com o assistente administrativo da cooperativa da cidade de Viçosa as estratégias estão relacionadas com uma maior atenção às modificações do mercado para atender de forma precisa, às necessidades dos cooperados, incentivos na formação de programas educacionais, menores taxas de juros de empréstimos e de cheque especial e conscientização dos colaboradores da importância da preservação ambiental. De acordo com a entrevista, pode-se perceber:

“A instituição atua na vida social dos cooperados através de parcerias com os comerciantes locais como, por exemplo, supermercados, lojas de materiais de construção, lojas de eletrodomésticos e etc. Proporcionando aos associados um maior poder de compra, negociando dívidas com outras instituições financeiras. Enfim, a cooperativa faz com que os associados sejam cidadãos ativos na comunidade”(2009).

A cooperativa da cidade de Ouro Branco adota como estratégia de gestão profissional eficiente, geração de benefícios aos cooperados, capacitação dos colaboradores, procuram manter documentos atualizados para comprovação de cadastro e acompanhamentos diários de concorrentes. Afirma o gerente geral cooperativa: *“A nossa prioridade é o comprometimento com nossos associados, buscando novas formas que visam o bem-estar dos funcionários, colaboradores e cooperados, assim como, o desenvolvimento regional”*(2009).

As estratégias adotadas pela cooperativa da cidade de Campos Gerais é feita mediante tratamento personalizado e agilidade em todos os processos, taxas de juros menores, incentivos na formação de programas educacionais, fornecimento de cré-

dito de qualidade e com consciência social e incentivo aos desenvolvimentos social, econômico e ambiental. Afirmam o gerente da cooperativa: *“Procuramos de uma forma objetiva fornecer crédito de qualidade e com consciência social e ambiental, não estamos interessados em apenas fornecer o produto, queremos a melhor opção para nossos sócios”*(2009).

A estratégia competitiva da instituição da cidade de Sabinópolis é feita por meio do reconhecimento empresarial, relacionando uma política bem estruturada, presença territorial com filiais em todo o centro-nordeste mineiro, participação ativa nas comunidades e órgãos de ação comunitária, prestação de serviços tipicamente bancários, com tecnologia alinhada, incentivos a projetos de reflorestamento e conscientização ambiental. Afirmam o superintendente de desenvolvimento da cooperativa:

“A instituição influencia na vida social de seus cooperados por meio de relações de negócios de crédito com os cooperados no fomento de desenvolvimento regional. Além disso, buscam-se ações para um balanço social, relacionadas com o assistencialismo, educação, e meio ambiente”(2009).

De acordo com o assessor, em gestão, de negócios da cooperativa da cidade de Alpinópolis, a instituição atua, basicamente, fornecendo bolsa para os colaboradores ingressarem na faculdade, procuram ampliar o quadro de associados, menores taxas de juros e promovem os desenvolvimentos sócio-econômico e ambiental. Segundo a entrevista, percebe-se que:

“Viabilizar curso/treinamentos na gestão de negócios, apoia eventos (feiras, exposição, reuniões) ligados à atividade dos associados, acompanha a correta destinação do crédito e concede ou mesmo cria linhas de crédito adaptadas às atividades dos associados”(2009).

De acordo com a pesquisa, foram analisadas a escolaridade dos entrevistados e a relação de sua formação acadêmica com o desenvolvimento da instituição. De acordo com os dados, 53,3% dos entrevistados possuem curso superior completo, ou seja, são dotados de um conhecimento específico e estratégico, possibilitando um melhor aprimoramento de ideias sendo gerente geral, diretores e superintendente de desenvolvimento. Já 43,7% dos entrevistados possuem curso de pós-graduação, sendo os responsáveis pela estabilidade das instituições, sendo o presidente e alguns assistentes administrativos. Assim como também há aqueles que representam o nível operacional da cooperativa, são eles os executores das ideias que irão favorecer o desenvolvimento da mesma, conforme ilustrado no GRAF. 1, os secretários gerais, secretários executivos e os recepcionistas, representando 1% da análise da pesquisa.

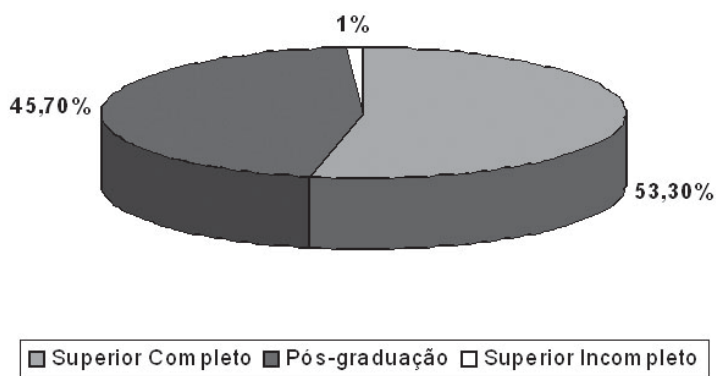


GRÁFICO 1- Relação da escolaridade dos entrevistados.

Fonte: Dados da pesquisa, 2009.

De acordo com a pesquisa, a cooperativa da cidade de Bom Despacho atua no mercado com uma taxa de (2,75%), proporcionando uma melhor qualidade de vida aos associados e melhorando a relação funcionário-cooperado. A cooperativa da cidade de Bambuí atua no mercado com uma taxa de (3,5%) possibilitando aos seus associados, um atendimento diferenciado, adaptado às mudanças do mercado.

Em se tratando da cooperativa da cidade de Campo Belo, esta atua com uma taxa diferenciada, de (3%), valorizando o espírito de cooperação e seus benefícios para todos. Já a cooperativa da cidade de Nanuque atua com excelência em atendimento, crédito dirigido e assistido, com as menores taxas do mercado de atuação (3,75%), praticando a política de cooperação e a conscientização, partindo do atendimento. A cooperativa da cidade de Formiga por ser uma instituição sem fins lucrativos, princípios do cooperativismo, emprega taxas de juros menores em torno de (1%). O objetivo da respectiva instituição é a busca de soluções financeiras, visando apoiar o associado em seus negócios.

De acordo com a cooperativa de crédito mútuo localizada na cidade de Formiga, apresenta uma taxa de (2,1%), além de treinamento de seus colaboradores, favorecendo, assim, um melhor conhecimento das necessidades de seus associados. Em se tratando da cooperativa da cidade de Viçosa, a instituição possui uma taxa de (2,5%), e adota uma gestão profissional eficiente, como também estratégias agressivas na busca de novos clientes, mantendo documentos atualizados para comprovação de cadastro e acompanhamento diário de concorrentes.

A cooperativa da cidade de Ouro Branco atua com incentivos na formação de programas educacionais e taxas de juros de empréstimos e de cheque especial mais baixas (3,5%). A cooperativa de Campos Gerais atua no mercado com tratamento personalizado e agilidade em todos os processos, taxas de juros menores (2%), incentivos na formação de programas educacionais e incentivos aos desenvolvimentos social, econômico e ambiental.

Já a cooperativa da cidade de Sabinópolis oferece aos cooperados, crédito a

taxas satisfatórias a partir de (1,98%), tendo como preocupação central o bem-estar dos associados, o desenvolvimento regional, e a prestação de serviços bancários com tecnologia alinhada, como também incentivos aos desenvolvimentos sócio-econômico e ambiental. Já a cooperativa de Alpinópolis oferece taxas diferenciadas, em torno de (1,39%), favorecendo inúmeros benefícios e satisfação dos associados, em função de uma estrutura mais enxuta, qualificação profissional, como também o desenvolvimento regional. Para se manterem competitivas, as cooperativas trabalham com taxas diferenciadas, o que é ilustrado pelo GRAF., que descreve as taxas de juros aplicadas pelas cooperativas estudadas comparadas com os bancos privados. As taxas de juros das respectivas instituições estudadas são menores que as do bancos privados, apresentando uma variação de 9,5%.

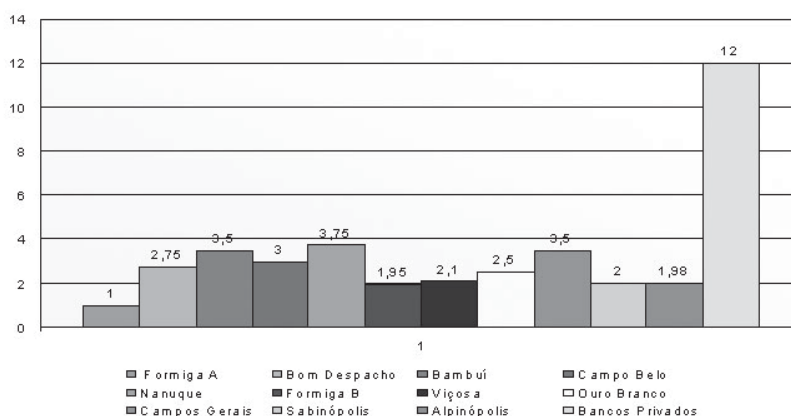


GRÁFICO 2- Comparação da taxa de juros.

Fonte: Dados da pesquisa, 2009.

Todas as cooperativas mencionadas atuam no mercado com taxas inferiores, atendendo, de forma conjunta, às necessidades de seus associados favorecendo uma melhor qualidade de vida, facilidade ao crédito, reconhecimento empresarial, taxas justas e satisfatórias, maior disponibilidade em recursos (com taxas mais acessíveis), estabelecimento de parcerias, treinamento de colaboradores, atenção às mudanças do mercado, estratégias visando soluções financeiras, como os desenvolvimentos sócio- econômico e ambiental.

As taxas de juros das respectivas cooperativas são menores, se comparadas com as taxas dos bancos privados, que giram em torno de (12%), facilitando as relações de negócios de crédito para os cooperados, renumeração de aplicações para a empresa, acompanhamento do mercado, tendências e adaptações ao ambiente sócio-econômico e ambiental, favorecendo, assim, um melhor aprimoramento do bem-estar social dos cooperados e funcionários.

As cooperativas mencionadas possuem estratégias competitivas para atuarem no mercado, além de uma preocupação social, econômica e ambiental, principalmente por parte dos associados e cooperados das instituições. Além disso, buscam

ações para um balanço social, ações essas relacionadas com o assistencialismo, educação, meio ambiente e desportos. A influência na vida social e econômica dos cooperados ocorre de maneira a fomentar o comércio local, por meio das taxas de juros diferenciadas, comparando com as taxas dos bancos privados, facilidade ao crédito, formas de remuneração de aplicações com taxas justas, prestação de serviços bancários com qualidade e baixo custo.

Uma outra forma mencionada foi a melhoria da autoestima dos associados, como também o bom relacionamento funcionário-cooperado e a conscientização ambiental, partindo do atendimento. As cooperativas de crédito mútuo e rural estão contribuindo para geração de renda, emprego e o foco no desenvolvimento sustentável, por meio das práticas do cooperativismo e de estratégias organizacionais bem estruturadas.

3 CONCLUSÃO

Com a concentração da atividade econômica e do crescimento demográfico, as cooperativas de crédito se viram obrigadas a aprimorar seus processos internos, objetivando atingir níveis de competitividade satisfatórios no mercado onde atuam, bem como o conhecimento de suas atividades sócio-econômica e ambiental. As cooperativas de crédito mútuo e rural estudadas estão em processo de transformação organizacional, visando os desenvolvimentos econômico, social e ambiental.

Em se tratando das cooperativas de crédito analisadas, constatou-se que estas instituições financeiras trabalham com dinamismo e estratégias competitivas, por meio do acompanhamento do ambiente externo, tendências e adaptação ao meio, menores taxas de juros, conscientização ambiental, partindo do atendimento, e de campanhas ambientais, formação de programas educacionais, excelência em atendimento e ampliação do quadro de colaboradores, com intuito de promover os desenvolvimentos sócio-econômico e ambiental.

Deste modo, as cooperativas de crédito rural de Bom Despacho, Bambuí, Campo Belo e Nanuque atuam na formação de programas educacionais, conscientização ambiental, e menores taxas de juros. As cooperativas de crédito mútuo situadas nas cidades de Formiga, Viçosa, Ouro Branco, Campos Gerais, Sabinópolis e Alpinópolis têm cumprido o seu papel, priorizando ações associativas, visando o desenvolvimento regional, a formação de programas educacionais, menores taxas de serviços e o aprimoramento de serviços, por meio da capacitação dos clientes internos e associados. Tanto as cooperativas de crédito rural quanto as cooperativas de crédito mútuo visam os desenvolvimentos social, econômico e ambiental na região de atuação.

REFERÊNCIAS

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS (ALMG). **Municípios Mineiros**. Disponível em: < www.almg.gov.br >. Acesso em: 23 mar. 2010.

COTÈ, D.; VÉZIMA, M. **L'éducation coopérative**: outil essentiel á La gestion coopérative, Conférence dans Le cadre de l'ACFAS. [S.l.]: [s.n.], 1994.

GIL, A . C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades. **Região Sudeste**. Disponível em: <www.ibge.com.br>. Acesso em: 16 mar. 2010.

KAPLAN, B., DUCHON, D. Combining qualitative and quantitative methods in information systems research: *a case study*. In: **MIS Quaterly**. v. 12, n. 4, p. 571-586, dec. 1988.

MAANEN, J. V. Reclaiming qualitative methods for organizational research: a preface. In: **Administrative Science Quaterly**, v. 24, n. 4, p. 520-526, dec. 1979.

PORTILHO, F. **Sustentabilidade Ambiental**: consumo e cidadania. São Paulo: Cortez, 2005.

SCHARDONG, A. **Cooperativa de crédito**: instrumento de organização econômica da sociedade. Porto Alegre: Rigel, 2003.

SMIRCH, L.; STURBART, C. Strategic management in a enacted world. In: **Academy of Management Journal**, v. 10, n. 4, p. 724-736, 1985.

SOUZA, E. G. V. **Cooperativismo de crédito no Brasil**. Curitiba: Juruá, 2008.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.



ORIGENS E FUNDAMENTOS DO CONCEITO DE ESTRATÉGIA: DE CHANDLER À PORTER

Jussara Maria Silva Rodrigues Oliveira¹; Denise Grzybovski²,
Ricardo de Souza Sette³

RESUMO

Este estudo teve por objetivo revisar as origens e os fundamentos do termo estratégia com vistas a evitar o seu uso inadequado, bem como apontar a importância de que modelos de análise da estratégia alternativos ao porteriano sejam difundidos nos cursos de graduação em Administração, no Brasil. A reflexão teórica acerca da epistemologia e da metodologia nos estudos em estratégia pode contribuir para a condução de estudos organizacionais mais consistentes, por meio de novos modelos, que permitam visualizar novos horizontes temáticos. A academia tem importante papel a desempenhar na identificação de elementos teóricos que sustentem processos de teorização no campo da estratégia e, também, precisa assumir o papel de disseminadora de novos conhecimentos. Seria prudente fazer opções didático-pedagógicas por discutir, em aulas de graduação, artigos científicos clássicos e contemporâneos em detrimento dos manuais de administração estratégica. Talvez, assim, teríamos estrategistas melhor preparados para selecionar o melhor modelo de análise entre os disponíveis na literatura.

Palavras-chaves: Estratégia. Origens. Modelos.

ORIGINS AND BACKGROUND OF THE CONCEPT OF STRATEGY: FROM CHANDLER TO PORTER

ABSTRACT

This study aimed to review the origins and foundations of the term strategy in order to prevent its misuse, as well as pointing out the importance of analytical models of strategy alternatives to porteriano is disseminated in undergraduate courses in Business Administration in Brazil. A theoretical reflection on the epistemology and methodology in studies in strategy can contribute to the conduct of organizational studies more consistent with new models that let you see new horizons theme. The academy has an important role to play in identifying theoretical elements that su-

¹ Professora do curso de Administração, no Centro Universitário de Formiga (Unifor-MG)

² Professora da Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis (FEAC), na Universidade de Passo Fundo (UPF).

³ Professor do Departamento de Administração e Economia (DAE) da Universidade Federal de Lavras (UFLA).

port processes of theorizing in the field of strategy, and also must assume the role of disseminator of new knowledge. It would be prudent to didactic and pedagogical options for discussion in undergraduate classes in classical and contemporary papers at the expense of strategic management textbooks. Perhaps, then, strategists would have better prepared to select the best model for analysis from those available in literature.

Keywords: Strategy. Sources. Models.

1 INTRODUÇÃO

O termo “estratégia”, nas duas últimas décadas, tem sido muito utilizado nos espaços organizacionais para explicar cursos de ação empresarial, de maneira indiscriminada, de forma que se tornou primordial condensar os conceitos clássicos e emergentes formulados pelos teóricos da administração, bem como discutir as propostas de sua aplicabilidade, por meio dos principais modelos de investigação. Objetiva-se contribuir para evitar o uso inadequado dos mesmos, bem como apontar a importância de que modelos alternativos ao porteriano sejam difundidos nos cursos de graduação em Administração, no Brasil. Acredita-se que refletir teoricamente a epistemologia e a metodologia nos estudos em estratégia, a partir dos escritos clássicos, pode contribuir para a condução de estudos organizacionais mais consistentes, por meio de novos modelos, bem como a visualização de novos horizontes temáticos.

Um estudo pormenorizado da historicidade conceitual do termo estratégia talvez possa revelar que não existe uma definição universal, mas uma evolução e redirecionamento do seu uso, em função das transformações ambientais que (re)formam os espaços organizacionais. O que se tem observado no conjunto de textos disponíveis na literatura de estratégia empresarial é que as definições do termo são numerosas e, por vezes, revelam ambigüidades, que vão desde conceitos “simples” (estratégia formada) até conceitos “complexos” (estratégia formulada). Poucos estudos, no entanto, se dedicam à concepção de estratégia como um processo contínuo, capaz de transformar estratégias emergentes em comportamento estratégico eficaz (MARIOTTO, 2003). Nesse sentido, questiona-se sobre qual conceito utilizar como variável, nos estudos de estratégia empresarial.

O modelo metodológico adotado para atingir o propósito dessa investigação, inicialmente, envolveu a coleta e seleção dos escritos clássicos sobre o conceito de estratégia, numa busca histórica retrospectiva. Foram encontrados os seguintes trabalhos: Chandler (1962), Ansoff (1965), Andrews (1971), Schendel e Hofer (1978), Miles e Snow (1978), Porter (1985), Mintzberg (1988) e Hax e Wilde II (1999). O seu conteúdo foi mapeado e identificado num quadro explicativo. Nele, foram inseridos elementos conceituais, que permitem identificar o processo de teorização, num

estudo longitudinal, formulado pelos expoentes da literatura internacional sobre estratégia. Num segundo momento, buscou-se, na literatura sobre estratégia empresarial, elementos que permitissem realizar uma análise evolucionista do conceito de estratégia, utilizando como referência metodológica as escolas do pensamento de estratégia sintetizadas por Mintzberg, Ahlstrand e Lampel (2000). Com esse conjunto de elementos teóricos, percebeu-se, claramente, a necessidade de se abrir espaços para novos modelos de análise (modelo integrativo). Se o modelo prescritivo continua válido nos estudos sobre estratégia, parte-se, agora, para outra dimensão. Prever cenários, estabelecer diretrizes organizacionais, pressupor estabilidade ambiental respondem o “como” elaborar “estratégia”. O modelo aqui proposto tem como ponto de partida a convergência “natural” de competidores, que pelas suas relações de poder, fazem emergir estratégias transformativas, num processo de inclusão e exclusão análogo às concepções darwinianas.

Os resultados das análises estão apresentados em duas partes que se complementam entre si. A primeira explora a construção histórica conceitual do termo estratégia, enfatizando-se as contribuições de Ansoff (1965), Miles e Snow (1978), Porter (1985) e Mintzberg (1988) pela sua importância para o delineamento estratégico das organizações do mundo contemporâneo. A segunda parte é dedicada à compreensão dos modelos de análise com base nas escolas do pensamento de estratégia, para assim, observar com maior clareza, os elementos presentes na construção teórica do termo. Esse referencial é considerado o arcabouço teórico necessário para atingir os objetivos aos quais este ensaio teórico foi elaborado, bem como para apontar caminhos a serem percorridos pelos estudantes da área.

2 REVISÃO HISTÓRICA DO CONCEITO DE ESTRATÉGIA

O termo “estratégia”, nas últimas décadas, ganhou destaque e ocupa um lugar privilegiado na linguagem coloquial, como reflexo do *status* conquistado nos estudos relativos à sobrevivência das organizações em mercados cada vez mais competitivos. A origem do vocábulo “estratégia” está na Grécia Antiga, significando a “arte do general”, o “chefe do exército”, numa conotação voltada para a guerra, significando um caminho a ser percorrido (STEINER e MINER, 1981). No entanto, os diferentes conceitos de estratégia, uns mais restritos e outros mais abrangentes, não impedem que haja integração e sobreposição de teorias e enfoques no pensamento de um grupo de teóricos e em um determinado campo orientador (vide Quadro 1). Reconhecidamente, estratégia trata-se de um conceito de grande emprego acadêmico e empresarial, sendo sua concepção, ao longo do tempo, construída com vistas ao melhor desempenho da organização.

Segundo a literatura consultada, a análise do conceito de estratégia, obrigatoriamente, inicia-se pelos estudos de Chandler (1962), nos quais se observa que o campo orientador da definição está apontado para a racionalidade econômica. A

proposta conceitual apresentada pelo autor é da estratégia vista a partir da definição dos objetivos organizacionais e da adoção de ações, tendo como ponto principal a alocação dos recursos da organização, que muitas vezes, são limitados. A empresa deveria prestar maior atenção no uso dos recursos de uma maneira mais racional e eficiente. Entre outras coisas, o que chamou a atenção do autor foi a formação de uma estrutura administrativa para mobilizar, sistematicamente, o uso dos recursos, dentro de cada atividade funcional, coordenação com a demanda de mercado, o fluxo e a determinação do nível de atividade dos departamentos funcionais.

| Autores | Diferentes Pontos De Vista |
|----------------------------|---|
| Chandler (1962) | Determinar objetivos organizacionais de longo prazo e adotar componentes integrados que explicam as relações entre tipos particulares de organização, estrutura e ambiente. |
| Ansoff (1965) | Estabelecer conjuntos de regras de decisão para orientar o comportamento organizacional como possibilidade de adaptação às modificações do ambiente econômico. |
| Andrews (1971) | Constituir um esquema conceitual do qual a elaboração e a formalização solapam o modelo corporativo em sua essência. Até conhecer a estratégia, não se desenha a estrutura. |
| Schendel e Hofer (1978) | Estabelecer os <i>meios</i> fundamentais para atingir os objetivos organizacionais, sujeitos a um conjunto de restrições do meio envolvente. |
| Miles e Snow (1978) | Responder às mudanças ambientais, analisando a relação produto-mercado. Nesse caso, a postura estratégica é de acompanhamento por mecanismos complementares; estrutura e processos organizacionais voltados à implementação da estratégia. |
| Porter (1985) | Estabelecer ações ofensivas ou defensivas para criar posição defensável numa indústria e, assim, enfrentar as forças competitivas e obter maior retorno sobre o investimento. Escolha racional e deliberada de um posicionamento estratégico, por meio de um sistema de atividades diferenciadas. |
| Mintzberg (1988) | Determinar a força mediadora entre organização e contexto: um padrão no processo de tomada de decisões organizacionais. Envolve aspectos cognitivos e sociais que condicionam a ação estratégica. |

Quadro 1: Concepção histórica do conceito de estratégia, com base nos escritos clássicos.

Fonte: Dados da pesquisa, 2009.

Essa forma clássica de interpretar estratégia remete-nos aos trabalhos em torno da racionalidade econômica limitada à capacidade da memória, desenvolvidos por March e Simon (1981), numa perspectiva ambiental de equilíbrio e adaptação (ROULEAU e SEGUIN, 1995), o que nos faz pensar que a discussão sobre estratégia tenha se iniciado, implicitamente, antes de Chandler (1962) cunhar o termo numa perspectiva sistêmica, onde estão os principais escritos estratégicos.

Em 1965, Ansoff desenvolve uma outra perspectiva, na qual a estratégia é vista como ações e decisões voltadas ao comportamento organizacional. Ao comparar os estudos de Ansoff (1965) aos de Chandler (1962), constata-se uma mudança no campo de análise sob o mesmo foco orientador. Pode-se considerar que ocorreu uma evolução nesse período de estudos, ao focalizar estratégia no campo organizacional sob a ótica econômica, determinando e relevando a não preocupação exclusivamente com o campo econômico, mas à gestão enquanto processo em busca dos melhores resultados. Os autores utilizam uma ênfase conceitual diferente para estratégia, apesar de se reconhecer certo grau de complementaridade ao longo do tempo.

Schendel e Hofer (1978) seguem a proposta de Ansoff (1965), inovando a compreensão de estratégia ao deslocarem o termo “regras para a ação” para “meios para cometer a ação”, em busca dos resultados da organização. Aqui, a discussão está centrada na visão interna (conteúdo e tarefas) para a interação da organização com o ambiente externo (processo). De acordo com os autores, a estratégia descreve as características fundamentais do ajuste que uma organização realiza entre suas competências, recursos, oportunidades e ameaças do ambiente externo, de forma a atingir seus objetivos.

Em relação ao contexto sistêmico que envolve a organização, Schendel e Hofer (1978) reconhecem a interferência do ambiente na eficácia da estratégia delineada. Porém, Ansoff (1965) traz a idéia de ecossistema, indicando possibilidades de o ambiente oferecer elementos para o equilíbrio dos agentes. Schendel e Hofer (1978), no entanto, ao se referirem ao ambiente, observam que esse condiciona a participação ou não de alguns agentes, por meio de elementos de restrição, que precisam ser “controlados”.

Miles e Snow (1978), por sua vez, focalizam o processo de adaptação organizacional através da inter-relação de estratégia, estrutura e processos, que dão origem a um modelo de análise da estratégia formado por dois elementos básicos. Um é a abordagem geral do processo de adaptação, especificando as principais linhas de decisão que a empresa deve tomar para se manter alinhada e ajustada ao seu ambiente. O outro elemento é uma tipologia organizacional, retratando os diferentes padrões de comportamento adaptativo utilizados pelas empresas.

A tipologia proposta por Miles e Snow (1978) classifica as unidades de negócio em quatro categorias (prospectoras, defensoras, analisadoras e reativas), com vistas a trazer o conceito de estratégia atrelado aos mecanismos reativos da organização. O objetivo final era fazer com que a organização visualizasse as forças pre-

sentes no ambiente e se antecipasse ao “jogo do mercado”, que traz forças que condicionam o ingresso dos competidores e, também, determina as condições de permanência daqueles que já estão inseridos no “jogo” (MILES et al., 1978).

No entanto, foi com os estudos de Porter, em 1980, que essa discussão ganhou dimensão e importância na gestão das organizações. Porter (1985), após estudar a concorrência na indústria, observou que o mercado apresentava barreiras, entrada de novos competidores, bem como de mobilidade, que dificultavam a movimentação das empresas dentro de uma dada indústria. Mais do que estabelecer estratégias para atingir objetivos, uma organização deveria preocupar-se em se posicionar, adequadamente, no mercado. Assim, as estratégias conduzem as organizações a possíveis equilíbrios no mercado.

Com os estudos de Porter (1985), o que se observa é a emergência de um campo novo e complexo para o desenvolvimento de estudos organizacionais. Os debates teóricos passam a centrar-se em proposições de grandes grupos de autores, com visões semelhantes, que são analisados a partir do seu conjunto na forma de escolas do pensamento de estratégia.

Mintzberg (1987a; 2000), ao reconhecer a necessidade da natureza humana em definir conceitos em função do uso aleatório de alguns termos no campo organizacional, especialmente o de estratégia, apresenta cinco definições básicas. A base de suas discussões está em duas características essenciais: planejamento das ações, desenvolvimento e implementação consciente. Seus estudos revelaram o ecletismo conceitual do termo estratégia, sob a concepção dos cinco P's. Ao observar que nem todos os planos tornam-se modelos, que nem todos os modelos se desenvolvem com base em planos, bem como que nem todas as estratégias são mais que posições e menos que perspectivas. Nesse sentido, Mintzberg (1987a) reconhece a complementaridade dos diferentes conceitos e observa que estratégia, como modelo, introduz um outro importante fenômeno nas organizações, que é o de “convergência” e de “realização de consistência no comportamento”. Cada definição adiciona elementos à compreensão de estratégia, encoraja-nos a orientar questões fundamentais sobre organizações no geral.

Em síntese, os estudos em torno do conceito de estratégia deixam transparecer que um elemento básico na definição de estratégia é a distinção que se faz entre estratégias desejadas pela organização e aquelas, realmente, levadas à execução. Enquanto os planos dizem respeito às estratégias desejadas, os padrões são estratégias efetivamente realizadas. Uma outra distinção refere-se às estratégias deliberadas e estratégias emergentes ou flexíveis (MINTZBERG, 1987a, 1987b). As primeiras ocorrem por mudanças planejadas. As últimas são resultantes de mudanças não-planejadas e sua ocorrência se dá desestruturadamente, fazendo a organização aprender a partir dos erros cometidos.

3 ESCOLAS DO PENSAMENTO DE ESTRATÉGIA E OS MODELOS DE ANÁLISE

O resultado da presente revisão histórica do conceito de estratégia oferece elementos teóricos para discutir o pensamento estratégico numa perspectiva evolucionista. As sobreposições de autores e de pensamentos, identificadas nos trabalhos publicados nos últimos quarenta anos, fez com que o campo da estratégia evoluísse cientificamente e oferecesse diferentes modelos de análise. Ao mesmo tempo, se observa que pesquisas empíricas, no Brasil, continuam sendo desenvolvidas segundo as orientações clássicas.

Talvez, esse fenômeno possa ser explicado pelo conjunto de conceitos, teorias e modelos que se encontravam dispersos em livros e periódicos científicos, até 1998, quando foram reunidos por Mintzberg, Ahlstrand e Lampel (2000). Por meio da seleção de características e de orientações das proposições teóricas, foi possível aos autores o agrupamento de estudos e modelos utilizados em administração estratégica, que passaram a formar as “escolas do pensamento” em estratégia. Com o intuito de compreender cada uma das escolas e, ao mesmo tempo, oferecer elementos teóricos para o desenvolvimento de estudos empíricos, a seguir, elas são apresentadas em três grandes blocos, seguindo os modelos orientadores: prescritivo, descritivo e integrativo.

3.1 Modelo Prescritivo

As primeiras propostas teóricas do pensamento de estratégia no campo organizacional nascem da necessidade de adequar organização e ambiente (contexto), por meio de modelos gerenciais que propunham “formar” estratégias. A ação deveria fluir da razão e, por conseguinte, a formação da estratégia deveria estar centrada no executivo principal, supostamente, o mais preparado para desenvolver esse raciocínio dentro das organizações da época, anos sessenta.

As premissas orientadoras das escolas formadoras do modelo prescritivo estavam em separar o estrategista (executivo principal, aquele que forma a estratégia) dos implementadores (funcionários, aqueles que executam a ação), ou seja, a conformação do pensamento mecanicista clássico de separar o pensamento da ação. Para que a execução ocorra exatamente como o previsto, o modelo de formação de estratégia deve ser mantido simples e informal, pressupondo ambiente estável, até o momento da sua implementação. As estratégias, por sua vez, deveriam ser explícitas para levar simplicidade às organizações complexas. O estrategista monitora o processo de implementação, por meio de sistemas de planejamento, orçamento e controle.

Apesar de as escolas do modelo prescritivo terem sido muito difundidas e representarem a visão mais clássica e influente do processo de formação da estratégia

gia, foram criticadas por separarem formulação de implementação da estratégia e, assim, estabelecerem pouca interação com o ambiente externo e promoverem mais “controle estratégico” do que “planejamento estratégico”. Daí, se originou outra crítica: dos modelos prescritivos serem inflexíveis durante o processo de implementação, pressuporem estabilidade ambiental num mundo complexo, apresentarem um foco estreito da gestão empresarial orientado para o econômico em detrimento do social e político ou econômico não quantificável (MINTZBERG; AHLSTRAND; LAMPEL, 2000).

Os modelos utilizados para “formar” a estratégia numa perspectiva prescritiva podem ser considerados o SWOT, o Modelo Steiner (ampliado pelo Sistema de Planos – hierarquias de planejamento – do *Standford Research Institute*), a Matriz BCG e o Modelo de Análise Competitiva (“modelo de Porter”).

O modelo SWOT tem origem nos estudos de Andrews apresentados na sessão anterior, ao qual foram incluídos elementos novos, como responsabilidade social (ética da sociedade na qual a organização opera) e valores gerenciais (crenças e preferências dos estrategistas). A ênfase está na avaliação da organização em relação ao ambiente externo e interno onde o primeiro revela ameaças e oportunidades e, o segundo, as forças e fraquezas da organização (CALVALCANTI, 2003).

O Modelo Steiner de planejamento estratégico, por sua vez, nada mais é do que a divisão em etapas claramente delineadas da proposta apresentada no modelo SWOT. Como elemento inovador, foram incluídas listas de verificação e técnicas de monitoramento do processo, orientadas pela análise financeira com ênfase para a “criação de valor”. Na escola de posicionamento, criação de valor é um termo utilizado como sinônimo de métodos associados ao cálculo do “valor para o acionista”.

Uma outra inovação apresentada a partir do Modelo de Steiner à formação de estratégia foi a operacionalização da estratégia, por meio de planos minuciosamente articulados em níveis de hierarquia: estratégico, de desenvolvimento corporativo e de operações. Assim, com a adequação aos elementos do modelo original, as ações empreendidas pela organização deixavam claramente separadas as etapas *planejamento de ações* e *controle de desempenho* nos níveis corporativo, funcional e operacional.

Outro modelo, Matriz BCG, oferece elementos para o estrategista definir objetivos, estratégia e orçamento de cada unidade de negócios em relação ao *portfólio* de negócios da organização. A matriz de crescimento-participação de mercado, como é conhecida a matriz BCG, se transforma num “esboço de planejamento” (KOTLER, 1993) para a tomada de decisão estratégica, a partir da avaliação de cada negócio e na fixação do objetivo mais viável para a organização, tendo como referência a posição dinâmica e não a posição estática atual dos negócios. A base reporta ao pensamento estratégico desenvolvido por Sun Tzu (2004), que ensina estratégias e táticas de ação amplamente utilizadas nas organizações empresariais.

Entretanto, gerenciar o posicionamento dos produtos da organização não é

algo tão simples, pois envolve custos em relação à escala da produção e a compreensão da estrutura do mercado, que impõe condições de ingresso e permanência de um produto em cada quadrante proposto pela Matriz BCG.

Então, Porter, em 1980, explica essa relação da organização com o mercado (condições externas, estratégias internas), que conduz os estrategistas a formularem as estratégias a serem seguidas pela organização, considerando um conjunto de condições por ele definido como sendo as “cinco forças competitivas” que influenciam a concorrência em uma indústria.

As cinco forças competitivas que determinam a estrutura de uma indústria, na visão de Porter (1980), são as ameaças de novos entrantes ou de produtos substitutos, o poder de barganha dos fornecedores e dos clientes e a intensidade da rivalidade entre empresas concorrentes. Todos os fatores anteriores, observa o autor, convergem para a rivalidade entendida como sendo um cruzamento entre guerra aberta e diplomacia pacífica entre os diferentes concorrentes.

Com base na orientação do “modelo de Porter”, a organização tem condições de se posicionar, estrategicamente, no mercado: liderança em custo, diferenciação ou foco (atender segmentos de mercados estreitos). Mas, por outro lado, ao inclinar-se para as condições externas (estrutura da indústria), elimina o equilíbrio desejado entre interno-externo, enfatiza o “grande”, o “estabelecido”, o “maduro” e, ainda, reduz a estratégia como posição genérica à fórmulas e cálculos que impedem o aprendizado, a criatividade e o empenho pessoal e ignora os detalhes triviais do negócio (MINTZBERG; AHLSTRAND; LAMPEL, 2000).

Em 1995, impulsionados por evidências empíricas que explicavam o sucesso de empresas como uma “consequência de elas estarem vendendo aquilo que seus clientes desejam [...] e que o concorrente não consegue oferecer” (PISCOPO e OLIVEIRA JR., 2004), e, portanto, estando além das explicações porterianas, Treacy e Wieserma (1995) oferecem abordagem alternativa, por meio das disciplinas de valor: excelência operacional, liderança em produtos e intimidade com o cliente.

Por sua vez, os recursos intangíveis incluem exemplos como a reputação da empresa, as habilidades administrativas relacionadas com processos de decisão, habilidades tecnológicas não documentadas, habilidades de coordenação e gerenciamento, cultura organizacional, reputação da empresa e de seus produtos, conhecimento intrínseco de seus recursos humanos e relacionamentos com fornecedores e clientes, entre outros (WILK, 2000).

Para Miller e Shamsie (1996), diferentes tipos de recursos explicam a performance da empresa em ambientes diferentes. Mas, sozinhos, provavelmente, os recursos não produzem uma vantagem competitiva sustentável em ambientes dinâmicos. Portanto, os recursos podem ser adequadamente gerenciados para produzir valor. Integração e posicionamento efetivo de recursos aumentam a dificuldade de competidores imitarem ou desenvolverem substitutos efetivos para aquele conjunto específico de recursos.

Confirmando as limitações do modelo prescritivo porteriano à formulação de estratégias em economias interconectadas, Hax e Wilde (1999) apresentam o Modelo Delta, que enfatiza a amarração (*bonding*) entre os principais *stakeholders* externos (consumidores, fornecedores, concorrentes, substitutos e complementadores). Segundo esse modelo, o posicionamento competitivo pode ser representado pela figura de um triângulo, cujos vértices são: melhor produto, soluções totais para o cliente e *lock-in* no sistema, ou seja, dependendo da opção estratégica da empresa, a competição dar-se-á na economia do sistema, na economia do cliente ou na economia do produto.

Em síntese, o modelo prescritivo do pensamento de estratégia clássico, por ter separado a formulação da implementação da estratégia, foi interpretado como um risco para a organização. Há uma linha muito estreita entre intuição inconsciente e análise formal do estrategista que o distancia do ambiente real, bem como transforma o processo de formulação de estratégia numa sequência arbitrária de atividades de coleta e manuseio de informações externas, relegando a um segundo plano a estrutura interna da organização, tratada mais como uma análise das capacidades.

Nesse sentido, o Modelo Delta ultrapassa a dimensão estática da estratégia separada da execução e, por meio da descrição dos processos adaptativos efetividade operacional, *customer targeting* (atraindo, satisfazendo e retendo o consumidor) e inovação (corrente contínua de lançamentos de novos produtos e serviços), oferece a dinamicidade requerida pelo ambiente corrente de complexidade e incertezas por expandir o espectro da posição estratégica.

3.2 Modelo Descritivo

Com base nas deficiências percebidas nas diferentes escolas do pensamento de estratégia sob orientação prescritiva, os teóricos avançam seus estudos, resgatando escritos clássicos dos anos 1940 e 1950 para promover um novo modo de pensar a estratégia empresarial. O resultado é um conjunto de textos que procuram descrever como as estratégias são, de fato, formuladas pelas organizações, valorizando procedimentos menos formatados racionalmente (processos deliberados) e mais emergentes (padrão realizado não pretendido).

A premissa central do modelo descritivo é considerar a estratégia como elemento de natureza complexa e imprevisível do ambiente organizacional, tanto nos níveis micro quanto macro de análise, que precisa fazer uso da subjetividade humana para a compreensão do contexto externo e das capacidades internas para a formulação da estratégia. Os modelos de análise que emergem desse novo pensar voltam-se das forças presentes no ambiente externo para a sobrevivência organizacional. Na escola do poder, que traz o conceito de estratégia como um processo de negociação, destaca-se o Modelo de Processo de Formulação de Estratégia dos Interessados, que é uma tentativa de lidar com as forças políticas que se fazem presentes na organiza-

ção através da abordagem racional de onde nascem duas correntes distintas do pensamento em estratégia.

Uma corrente segue o modelo positivista, no qual o processamento e a estruturação do conhecimento organizacional emerge como “filme objetivo do mundo”. É um pensamento da escola cognitiva, formada por uma coleção solta de pesquisas associadas a outras escolas. Utilizam-se da psicologia cognitiva como base. Outra corrente segue o modelo subjetivista de interpretação do mundo. A formação de estratégia é um processo cognitivo, que tem lugar na mente do estrategista, por meio de “molduras/mapas” do conhecimento. Assim, as estratégias emergem como perspectivas que dão forma à maneira pela qual as pessoas lidam com as informações do ambiente, apesar de reduzir o grau de controle organizacional.

Torna-se importante mencionar a contribuição da escola empreendedora, através dos estudos de Schumpeter, em 1947, e o modelo de mudança apresentado por Kurt Lewin, em 1951. Se as estratégias emergem como perspectivas, a organização precisa ter pessoas com espírito empreendedor e visão sistêmica para implementar mudanças. A visão dessa escola abandona o “plano” proposto no modelo prescritivo e oferece flexibilidade para a construção de uma estratégia empreendedora deliberada e emergente, ao mesmo tempo. O comportamento organizacional, por sua vez, se caracteriza como reativo diante das incertezas ambientais.

Na escola do aprendizado, o Modelo de Processo de Geração de Estratégia de Empreendimento Corporativo Interno (ICV) apresentado por Mintzberg, Ahlstrand e Lampel (2000), considera a formulação de estratégia como uma atividade gerencial conduzida pelo empreendedor e que envolve múltiplas relações, tanto nos níveis corporativo (contexto estrutural e estratégico) quanto na média gerência (processos básicos).

Paulino et al. (2001) observam que, no âmbito nacional, há crescente interesse por linhas de estudos que enfatizam os fatores internos como diferenciais para a formulação de estratégias. A criação coletiva do conhecimento, atrelada à percepção dos estrategistas e ao processo mental de formulação da estratégia, no entanto, apresentaram um crescimento de 2%, em 1997, para 13%, em 2000, nos artigos encaminhados ao Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração. Essa tendência também é observada nos estudos internacionais.

De acordo com Mintzberg, Ahlstrand e Lampel (2000), diante das incertezas do ambiente, a organização que necessita de nova estratégia pode não ter outra escolha, senão aprender coletivamente. Dentro do que parecem ser respostas passivas ou reativas a forças externas, a organização, realmente, aprende e cria, o que permite afirmar que a estratégia é um processo de aprendizagem tanto individual quanto coletivo e, portanto, a proposta apresentada por Mariotto (2003) parece em muito contribuir.

No entanto, a escola ambiental retoma a razão subjetiva que se faz presente no mercado, a de que o ambiente é um conjunto de forças e, portanto, é o agente central

no processo de geração de estratégia. Caso a organização não consiga responder, com eficácia, às forças ambientais, será eliminada. Esse pensamento tem respaldo nas teorias organizacionais (ecologia populacional e teoria institucional), que explicam o comportamento organizacional, por meio de agrupamentos em nichos distintos com vistas a evitar a “morte”. Mas, os teóricos organizacionais também observam que o “ambiente” seleciona, naturalmente, as espécies que irão ou não sobreviver às forças naturais, como uma analogia ao ambiente, segundo as ciências naturais de Darwin.

A grande contribuição da escola ambiental, no entanto, foi restabelecer o equilíbrio perdido entre a visão global da formação de estratégia, posicionando o ambiente como uma das três forças centrais no processo, ao lado de liderança e organização. Esse *status* conquistado permite o avanço dos estudos sob uma outra perspectiva, o da integração de todas essas correntes.

3.3 Modelo Integrativo

As idéias de Darwin ganham mais força na escola da configuração, que representa o modelo integrativo. Darwin defendia a idéia de que, na natureza, há agrupadores e separadores que, com o passar do tempo, configuram processos transformacionais. Os agrupadores vêem o mundo em categorias claras e precisas. Assim, uma premissa do modelo integrativo é que as nuances de variabilidade são deixadas de lado, em favor do agrupamento global; os marginais são ignorados em favor das tendências centrais. Conseqüentemente, a organização gera estratégias a partir dela e do contexto que a cerca, os estados sucessivos dessa configuração geram períodos de transformação, que podem ser descritos e interpretados pelos ciclos de vida das organizações.

Mintzberg, Ahlstrand e Lampel (2000) explicam configuração e transformação no delineamento estratégico das organizações, observando que a configuração tende a ser pesquisada e descrita por acadêmicos, enquanto que a transformação tende a ser praticada e prescrita pelos gestores.

Nesse sentido, Hafsi (1996) descreve a estratégia como gestão das relações da organização com o seu ambiente, numa interação constante com seus principais parceiros, sem ignorar o contexto no qual está inserida e a realidade sócio-econômica. As organizações, durante as suas atividades produtivas, sofrem influências, dependendo do tipo de relações que mantêm com seus governantes, cidadãos e sociedade que a cerca. A relação política (CHANLAT, 1996) nos espaços interorganizacionais, portanto, passa a ser essencial na emergência de estratégias empresariais.

Por fim, na visão de Mintzberg, Ahlstand e Lampel (2000), a orientação do modelo integrativo, em torno das configurações, representa abordagem falha à teorização, por serem fáceis de entender e de ensinar e há uma diversidade no mundo organizacional que precisa ser considerada. As empresas que observam os autores,

não são estáticas ou revolucionárias; a maior parte delas trabalha sob a ótica do incrementalismo. De qualquer forma, o modelo integrativo ofereceu possibilidades de reconciliação de todas as escolas anteriores e contribuiu com o pensamento de estratégia ao descrever a estabilidade relativa da estratégia dentro de determinados estados, interrompidos por “saltos” para novos estados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão e a análise da literatura citada neste trabalho mostram que o conceito de estratégia e os modelos de análise da realidade organizacional não seguem uma linearidade temporal. O estudo revelou que não existe uma definição conceitual que possa ser inserida nos manuais de administração e ensinada na academia como algo certo e determinado. O conceito, bem como os modelos de análise, não permitem a sua aplicabilidade a todos os tipos de organizações, indistintamente, mesmo que se considerem as configurações do contexto.

Diante da necessidade das organizações adequarem estruturas e contexto de forma contínua, não se pode optar por apenas um modelo de análise, prescritivo ou descritivo, da estratégia. É preciso que a academia avance, em termos teóricos, no desenho de um modelo integrativo que contemple a um só tempo a diversidade e complexidades ambiental e suas conseqüentes interconexões. Essa configuração estratégica precisa representar as organizações que estão em constante movimento incremental, devido ao contexto de forte competição e/ou orientação não econômica (por exemplo, organizações do terceiro setor) e que oferece elementos de análise àquelas que buscam posições estratégicas, além das tradicionalmente apresentadas pela visão porteriana.

A academia tem importante papel a desempenhar na identificação de elementos teóricos que sustentem um processo de teorização forte no campo da estratégia e, na mesma intensidade, precisa assumir o outro papel, o de disseminadora de novos conhecimentos. Para tanto, seria prudente fazer opções didático-pedagógicas por discutir em aulas de graduação artigos científicos clássicos e contemporâneos, em detrimento dos manuais de administração estratégica. Talvez, assim, os estrategistas estariam melhor preparados para selecionar o melhor modelo de análise entre os diversos disponíveis na literatura.

REFERÊNCIAS

- ANDREWS, K.R. **The concept of corporate strategy**. Homewood, IL: Dow Jones-Irwin, 1971.
- ANSOFF, I. **Estratégia empresarial**. São Paulo: McGraw-Hill, 1965.
- CAVALCANTI, M (Coord.). **Gestão Estratégica de Negócios: Evolução, Cenários, Diagnóstico e Ação**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- CHANDLER, A. **Strategy and structure**. Cambridge: MIT Press, 1962.
- CHANLAT, J. F. Conflict and politics. In: WARNER, M. (Org.). **International Encyclopedia of Business and Management**. New York: Routledge, 1996. p. 711-719
- HAX, A. C.; WILDE II, D. L. The delta model: adaptive management for a changing world. **Sloan Management Review**, v. 40, n. 2, p. 11-29, Winter, 1999.
- KOTLER, P. **Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle**. 3. ed., São Paulo: Atlas, 1993.
- MARCH, J. G.; SIMON, H. A. **Teoria das organizações**. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1981.
- MARIOTTO, F. L. Mobilizando estratégias emergentes. **Revista de Administração de Empresas**, v. 43, n. 2, abr./mai./jun., p. 78-93, 2003.
- MILES, R. E.; SNOW, C. C. **Organizational Strategy, Structure, and Process**. McGraw-Hill, 1978.
- MILES, R. E. et al. Organizational strategy, structure, and process. **Academy of Management Review**, v. 3, p. 546-562, jul. 1978.
- MILLER, D.; SHAMSIE, J. The resource-based view of the firm in two environments: the Hollywood film studios from 1936 to 1965. **Academy of Management Journal**, v. 39, n. 3, p. 519-543, 1996.
- MINTZBERG, H. The strategy concept I: five Ps for strategy. **California Management Review**, v. 30, n. 1, p. 11-24, Fall 1987a.

MINTZBERG, H. The strategy concept II: another look at why organizations need strategies. **California Management Review**, v. 30, n. 1, p. 25-32, Fall 1987b.

_____. Generic strategies: toward a comprehensive framework. **Advances in Strategic Management**, v. 5, p. 1-67, 1988.

MINTZBERG, H.; AHLSTRAND, B.; LAMPEL, J. **Safári de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico**. Porto Alegre: Bookman, 2000.

PAULINO, A.D. et al. Organização e Estratégia: tendências de estudos no cenário nacional. In: ENANPAD, 25., 2001, Campinas. **Anais...** Campinas: ANPAD, 2001. 1 CD-ROM.

PISCOPO, M. R.; OLIVEIRA JR., M. M. Críticas ao *trade-off* custos versus diferenciação de Porter. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE ESTRATÉGIA, 17., 2004, Itapema. **Anais...** Itapema: Univali, 2004. 1 CD-ROM.

PORTER, M. **Competitive advantage: creating and sustaining superior performance**. New York: The Free Press, 1985.

ROULEAU, L.; SÉGUIN, F. Strategy and organization theories: common forms of discourse. **Journal of Management Studies**, v. 32, n. 1, p. 1831- 1839, Jan. 1995.

SCHENDEL, D. E.; HOFER, C. W. **Strategic management: a new view of business policy and planning**. Boston: Little Brown, 1978.

STEINER, G. A.; MINER, J. B. **Política e estratégia administrativa**. Rio de Janeiro: Interciência, 1981.

SUN-TZU. **A arte da guerra: por uma estratégia perfeita**. São Paulo: Madras, 2004.

TREACY, M.; WIESERMA, F. **A disciplina dos líderes de mercado: escolha seus clientes, direcione seu foco, domine seu mercado**. 3. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

WILK, E. O. O uso de uma abordagem “resource based view” na formulação de estratégias, o caso do setor vitivinícola da serra gaúcha. In: ENANPAD, 24., 2000, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ANPAD, 2000. 1 CD-ROM.



ANÁLISE DAS SÚMULAS VINCULANTES FRENTE AOS PRÍNCÍPIOS DA CELERIDADE PROCESSUAL E DO DEVIDO PROCESSO LEGAL

Roberta Aparecida Garcia¹

RESUMO

O estudo realiza uma abordagem crítica do instituto “súmula vinculante”, dentro do ordenamento jurídico brasileiro analisando-se, em especial, a posição que ocupa dentro do ordenamento e sua força normativa, para, ao final, verificar se as súmulas vinculantes cumprem ou não com o objetivo para o qual foram criadas. Analisa, ainda, as “súmulas vinculantes” verificando-se, em especial, sua conformidade com os princípios da celeridade processual e do devido processo legal, de acordo com Flávio Borges D’Urso, citado por Odelmir Bilhalva Teixeira, segundo o qual, assevera ser um equívoco procurar aliviar a carga de serviços das Cortes superiores com instrumentos que ameaçam princípios que regem o ordenamento jurídico brasileiro, devendo, assim, procurar outras soluções para o caso. Como tema controvertido, busca analisar se as súmulas vinculantes estão cumprindo, ou não, com as finalidades para as quais foram inseridas no ordenamento jurídico; ou seja, se de fato, há uma efetivação do princípio da celeridade processual perante as Câmaras Julgadoras, sem, no entanto, violar o princípio do devido processo legal.

Palavras-chave: Súmula vinculante; força normativa; devido processo legal; celeridade processual; morosidade do Poder Judiciário.

ANALYSIS OF THE FRONT BINDING PRECEDENTS PROCEDURAL PRINCIPLES OF DILIGENCE AND DUE PROCESS

ABSTRACT

The study conducts a critical approach to the institute “stare decisis”, within the Brazilian legal system by analyzing, in particular, the position held within the land and its normative force, so in the end to verify that they comply with binding precedents with the goal to which they were created. It also analyzes the “binding precedents” checking-in particular, its conformity with the principles of diligence and procedural due process, according to Flavio Borges D “Urso, cited by Odelmo Bi-

¹Acadêmica do 9º período do Curso de Direito do Centro Universitário de Formiga - Unifor/MG.
robertagarci@yahoo.com.br

lhalva Teixeira, according to which, he says be a mistake to try to alleviate the burden of cuts in services with superior tools that are threatening principles governing the Brazilian legal system and must therefore seek other solutions to the case. As controversial, seeks to analyze whether the binding precedents are complying or not with the purposes for which they were entered into the legal system, that is, if indeed there is a realization of the principle of speedy trial before the Board Judging without, However, violating the principle of due process.

Keywords: Binding precedent. Normative force. Due process. Speedy trial. Length of the Judiciary.

1 INTRODUÇÃO

O estudo das súmulas vinculantes se mostra relevante para os operadores do direito ante a busca de prováveis soluções para o problema da morosidade do Poder Judiciário Brasileiro.

A pergunta primordial que impulsionou o trabalho de conclusão de curso é se a criação das súmulas vinculantes são capazes de reverter o quadro da morosidade do Poder Judiciário, por meio de uma melhor prestação jurisdicional, sem deixar de averiguar que sua adoção pode provocar uma colisão entre princípios constitucionais basilares do direito processual vigente, quais sejam, o princípio da celeridade processual e o princípio do devido processo legal.

No entanto, verifica-se que, mesmo defendendo e sustentando a preservação desses dois princípios, não foi possível impedir a inserção das súmulas vinculantes no ordenamento jurídico e, ao final da pesquisa, será possível um melhor conhecimento e aperfeiçoamento do instituto culminando na possibilidade de se garantir a eficácia de todos os dois princípios previstos na Constituição da República.

Para tanto, é necessário analisar os princípios da celeridade processual e do devido processo legal bem como, as várias vertentes acerca destes e das súmulas vinculantes, para, enfim, possibilitar a construção de um posicionamento de cunho acadêmico.

2 A SÚMULA VINCULANTE

O Poder Constituinte Derivado, na procura de um meio eficaz e capaz de reverter o quadro da morosidade na prestação jurisdicional, instituiu, dentre outras inovações trazidas pela Emenda Constitucional n. 45/2004 - reforma do Poder Judiciário -, a “súmula vinculante”.

A Emenda acrescentou o art.103-A introduzindo no ordenamento jurídico o efeito vinculante às súmulas do Supremo Tribunal Federal, para os demais órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública direta e indireta, nas esferas federal,

estadual e municipal, devendo, contudo, tais entes, observarem obrigatoriamente os enunciados das súmulas e aplicarem-nos imediatamente ao caso concreto. Posteriormente, o instituto foi regulamentado pela Lei 11.417/06, consignando os principais aspectos relativos à aprovação, revisão e ao cancelamento do enunciado da súmula.

Para a edição dessa súmula exige-se a observância de requisitos cumulativos, quais sejam: tratar de matéria constitucional; se decisões reiteradas do STF; constituir controvérsia atual entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública e controvérsia que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica, exigindo-se um quorum de 2/3 dos membros do Supremo Tribunal Federal para aprovação, revisão ou cancelamento da súmula, em sessão plenária, passando a ter o efeito vinculante, a partir da publicação na imprensa oficial.

O art. 103-A, § 3º da CF/88, por sua vez, prevê a possibilidade de se manejar a reclamação junto ao Supremo Tribunal Federal no caso de descumprimento do enunciado de súmula vinculante. Há que se esclarecer que jurisprudência e súmula são coisas distintas.

Lobo (2007), citando Nelson Nery Júnior e Rosa Maria de Andrade Nery, conceitua súmula como sendo “o conjunto de teses jurídicas reveladoras da jurisprudência reiterada e predominante no tribunal e vem traduzida em forma de verbetes sintéticos numerados e editados(...)”.

Silva (2007), por sua vez, ensina que “súmulas da jurisprudência predominante são regras-sínteses que se extraem das decisões reiteradas dos tribunais”. Contudo, vê-se que o principal objetivo da criação da súmula vinculante, conforme anunciado no texto constitucional, é a diminuição do tempo do trâmite processual, garantindo, assim, a efetivação do princípio da celeridade processual.

3 A SÚMULA NO ORDENAMENTO JURÍDICO

Inicialmente, em análise à força normativa das súmulas vinculantes, tem-se que as súmulas detêm caráter obrigatório, exigindo-se dos magistrados e da administração pública, direta e indireta, sua aplicação imediata ao caso concreto.

Trago à baila do entendimento de Streck:

“(…) na prática, porém, as súmulas passaram a ter valor/eficácia superior às próprias leis, sendo que, em muitos casos, muito além de serem interpretativas das normas vigentes, passam a ser, como já exposto anteriormente, fontes criadoras de leis(…) (STRECK,1998, p.220)”.

Assim, se atribui às súmulas vinculantes esta força normativa, pois, pode-se notar que, dentro da estrutura jurídica brasileira, elas se encontram em um patamar inferior à Constituição da República e superior às leis complementares, ordinárias,

resoluções e decretos.

Dáí surge a discussão, eis que o fato de atribuir uma expressiva normatividade às súmulas vinculantes pode levar à violação dos princípios basilares do processo.

4 A SÚMULA E O PRINCÍPIO DA CELERIDADE PROCESSUAL

O princípio da celeridade processual foi consagrado no ordenamento através do art. 5º, LXXVIII da CR/88, dispondo que “a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação”.

Barreto (2008) esclarece:

“A base normativa para se alcançar uma duração razoável do procedimento está contida no princípio da celeridade, logo, sua implementação dinâmica não pode violar o devido processo constitucional, a pretexto de uma efetividade processual”.(BARRETO, 2008. p.217)

No entanto, a crítica que se faz é que o instituto das súmulas vinculantes, tão só, pode não ser o instrumento apto a resolver o problema da morosidade no Poder Judiciário, deixando de dar efetividade ao princípio da celeridade processual.

Nesta linha de sustentação aparecem os ensinamentos de Barreto (2008):

“(…) O pretendido efeito vinculante teria a propriedade terapêutica de desobstruir as prateleiras ou estantes dos magistrados, diminuindo o volume dos processos judiciais. Para crer nisto, é preciso crer em milagre onde não há santos (...) (SILVA,1998, p.19).”

“(…) que não foi a jurisdição que ficou mais lenta, mas a própria relação da sociedade com o tempo é que ficou alterada, bem como a crise da justiça, que, antes de ser um problema interno e exclusivo do Judiciário, é derivada das novas condições de mudanças e imprevisibilidade impostas pelas novas tecnologias(…)”(BARRETO, 2008.p.217).

Nota-se, portanto, que as súmulas vinculantes, tão só, podem não ser o instrumento apto a resolver o problema da morosidade do Poder Judiciário, deixando, assim, de dar efetividade ao princípio da celeridade processual.

5 A SÚMULA E O DEVIDO PROCESSO LEGAL

Segundo Lima, ao conceituar o princípio do devido processo legal, sustenta:

“Trata-se, na verdade, de um princípio inserto em uma Constituição democrática, que optou pelo modelo do Estado Democrático de Direito. De escolha de uma sociedade livre, cujos agentes pretendem participar, segundo o modelo de processo por ela eleito, da formação de decisões que lhes dizem respeito, no aspecto individual ou coletivo (LIMA, 2008 p.242).

Indiretamente, portanto, poderia haver uma afronta ao princípio do devido processo legal, na medida em que as partes integrantes do processo não participariam, efetivamente, da formação da decisão do juiz, pois o magistrado não se prenderá nas razões que impulsionaram a demanda, mas decidirá fundamentando em enunciado de súmula vinculante que regula aquela situação.

Para Teixeira, citando D’Urso, argumenta:

“(...) que o jurisdicionado, quando procura o Poder Judiciário, almeja ver seu direito apreciado e devidamente julgado, ou seja, espera que a Justiça esgote todas as suas possibilidades de avaliação e julgamento e não se sentir refém de uma jurisprudência que não pode e não deve ter cunho de definitividade em relação a um cidadão que não foi parte em feitos anteriores (TEIXEIRA, 2008, p.181).

Partindo de tal pressuposto, verifica-se que as súmulas vinculantes podem prejudicar a efetivação do princípio do devido processo legal, eis que sua aplicação imediata inviabilizaria a discussão de mérito perante as instâncias de primeiro grau, pois, através de sua força normativa, obriga os magistrados a aplicá-la ao caso concreto.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, acredita-se que as súmulas vinculantes poderiam representar um bom começo para dar fim à morosidade do Poder Judiciário, mas não podendo afrontar os princípios constitucionais do processo, em especial, o devido processo legal.

Sustenta Teixeira, citando D’Urso (2008, p.181-182), nestes termos:

“Os recursos e processos que entulham as salas das altas Cortes, parcelas dos quais tratando sobre matéria julgada, contribuem, sim, para travar as decisões e atrasar a aplicação da Justiça. Mas é um erro monumental procurar aliviar a carga de serviços das Cortes superiores com instrumentos que eliminam que o juiz tem de mais nobre e peculiar à sua função: o livre convencimento, a independência para julgar. Que se procurem outras soluções, entre elas, o suprimento de recursos humanos e financeiros, a incorporação de tecnologias avançadas, a desburocratização que retarda o andamento processual e o próprio cumprimento dos comandos constitucionais para amparo aos carentes. Cerca de oito mil juízes para uma população de 175 milhões de brasileiros, pode-se aduzir, é muito pouco. O poder Judiciário carece de reforma, não há dúvida. Reformar, porem, significa avançar, evoluir, inovar, jamais retroceder. (TEIXEIRA, 2008. p.181-182)”.

“Mas é um erro monumental procurar aliviar a carga de serviços das Cortes superiores com instrumentos que eliminam que o juiz tem de mais nobre e peculiar à sua função: o livre convencimento, a independência para julgar. Que se procurem outras soluções, entre elas, o suprimento de recursos humanos e

financeiros, a incorporação de tecnologias avançadas, a desburocratização que retarda o andamento processual e o próprio cumprimento dos comandos constitucionais para amparo aos carentes. Cerca de oito mil juízes para uma população de 175 milhões de brasileiros, pode-se aduzir, é muito pouco. O poder Judiciário carece de reforma, não há dúvida. Reformar, porem, significa avançar, evoluir, inovar, jamais retroceder. (TEIXEIRA, 2008. p.181-182)”

No mesmo sentido, Streck (1998, p. 258) acerca do tema:

“(…) É evidente que existe a necessidade de implementar mecanismos que visam conferir maior racionalidade ao sistema jurídico. O que não se admite é conferir a um órgão judicial a possibilidade de passar a prescrever critérios de cunho universalizantes e com efeito erga omnes, mediante o enunciado de normas (no sentido estrito de normas gerais, ou de preceitos gerais e abstratos), que, como tais, abstraem (na sua intenção) e se destacam (na sua formulação) dos casos ou decisões jurisdicionais que tenham estado na sua origem, com o propósito de estatuírem para o futuro, de se imporem em ordem a uma aplicação futura.”(STRECK, 1998, p.258)

Desse modo, a partir dessas primeiras linhas de estudo, pode-se notar que deverão ser criados outros meios para dar cabo à morosidade do Poder Judiciário, tais como a desburocratização do processo, aumento na contratação de pessoal, uso de tecnologias mais avançadas que ajudem no desenrolar do procedimento, para, assim dar efetividade ao princípio da celeridade processual.

Ao que se vê, a princípio, o instituto das súmulas vinculantes são uma afronta, ainda que indireta, ao princípio do devido processo legal, em prestígio da celebridade, isto sem alcançar a celeridade ao trâmite processual das Cortes Julgadoras.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Helena Guimarães. Duração Razoável do Procedimento e Celeridade Processual: uma análise crítica do rito sumaríssimo na Justiça do Trabalho. In: TAVARES, Fernando Horta (Coord). **Constituição, direito e processo**. Curitiba: Juruá, 2008.

LIMA, Juliano Vitor. Do Princípio do Devido Processo Legal. In: TAVARES, Fernando Horta (Coord). **Constituição, direito e processo**. Curitiba: Juruá, 2008.

LOBO, Arthur Mendes. Breves Comentários sobre a Regulamentação da Súmula Vinculante. **Revista IOB de Direito Civil e Processual Civil**, São Paulo, 2007.

MONTORO, André Franco. **Introdução à ciência do direito**. 26. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

SILVA, José Anchieta da. **A súmula do efeito vinculante amplo no direito brasileiro**: um problema e não uma solução. Belo Horizonte: Del Rey, 1998.

SILVA, José Afonso da. **Comentário Contextual à Constituição**. 5. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2007.

STRECK, Lênio Luiz. **Súmulas no Direito Brasileiro**: Eficácia, Poder e Função: A ilegitimidade constitucional do efeito vinculante. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.

TEIXEIRA, Odemir Bilhalva. Súmula vinculante: **Perigo ou Solução**. Campinas: Russel Editores. 2008.

A DEMOCRATIZAÇÃO DA FAMÍLIA

Magno Luiz da Silva¹

RESUMO

É inegável que, quando se trata de família, vem à nossa mente o modelo convencional, composto por um homem e uma mulher, unidos pelo casamento, e seus filhos. Mas é forçoso reconhecer que, devido aos inúmeros avanços tecnológicos, científicos e culturais, esse modelo tradicional cedeu lugar a uma extrema mobilidade das configurações familiares, o que provocou uma verdadeira democratização da estrutura familiar. Em pleno século XXI, é preciso observar a edificação de novos modelos de família, com distintas molduras, é verdade, mas firmados sobre uma mesma coluna: o afeto. É comum ouvir de muitos que a família se encontra num processo decadencial, ao passo que o mais correto seria dizer que a entidade familiar se encontra, na verdade, dentro de uma contínua transformação, fruto das inúmeras mudanças das estruturas políticas, econômicas e sociais ao longo dos tempos. A família de hoje deve ser entendida como o meio de promoção da pessoa humana e não como a finalidade almejada, de modo que a proteção estatal a ela destinada, prevista no artigo 226 da Constituição, deverá estar obrigatoriamente vinculada à tutela da pessoa humana. No mundo contemporâneo, é preciso ter uma visão pluralista da família, que considere os vários arranjos familiares existentes. Desde que uma unidade de vivência possua afetividade, estabilidade e ostensibilidade, a mesma configura, sim, uma entidade familiar, e merece gozar da proteção estatal.

Palavras-chave: Direito de família. Afeto. Entidades familiares.

THE DEMOCRATIZATION OF THE FAMILY

ABSTRACT

It is undeniable that when we deal with family issues, comes to our mind the conventional model, composed by a man and a woman, united by marriage, and their children. But one must recognize that due to the many technological, scientific and cultural advances, this traditional model gave way to an extreme mobility of the family configuration, which in turn caused a true democratization of the family structure. In the twenty-first century, it is necessary to observe the edification of new models of family, with distinct frames, really, but based on the same column: the

¹Acadêmico do 8º período de Direito do Centro Universitário de Formiga (UNIFOR-MG), e-mail: magno150304@yahoo.com.br

affection. It is common to hear of many that the family has been in a decadent process, whereas it would be more proper to say that the family entity is found within a continuous transformation, fruit of a innumerable changes in the political, social-economical structures through the years. The family of today must be seen as a means of promotion of the human person and not as an aim to be reached, so that the state protection given to it, as written in the article 226 of our Constitution, should be compulsorily attached to the sponsorship of the human person. In a contemporary world, it is needed to have a pluralist vision of the family that considers the several family existing arrangements. Since a living unit has owned affectivity, stability and ostensibility, and this unit really configures a family entity and deserves to have the state protection.

Keywords: The family law. Affection. Family entities.

1 INTRODUÇÃO

O fenômeno do acasalamento sempre esteve presente entre os seres vivos, seja em virtude do instituto da perpetuação da espécie, seja pela aversão que as pessoas, de um modo geral, têm à solidão. Ao ponto que é comum a idéia de que não se atinge a felicidade sozinho, sendo necessário buscá-la acompanhado de alguém, ou seja, dentro de um agrupamento. E a idéia de agrupamento está ligada ao sentido etimológico da expressão *família*, que tem origem na língua dos oscos, antiqüíssimo povo de estirpe pelágica, habitante da Campânia italiana. Esse povo denominava *famel* (do latim *famul*) o servo ou conjunto de escravos que pertenciam ao mesmo patrão.

Em sua origem, a família possuía uma conotação unicamente patrimonial, dizendo respeito à propriedade e aos escravos pertencentes a alguém. Mas, com o decorrer dos séculos, o conceito de família mudou profundamente, até que, nos dias atuais, assume uma concepção plural, podendo fazer referência a um ou mais indivíduos, unidos por aspectos biológicos ou não, visando o estabelecimento da personalidade de cada um.

Nas sábias palavras de Pereira (2003 apud DIAS, 2009, p. 29), “a família é o primeiro agente socializador do ser humano”, consistindo num microssistema social, onde há a transmissão dos valores de uma época, visando colaborar para a realização das pessoas que integram um determinado núcleo. A família molda o ser humano e contribui, incisivamente, para a formação do futuro adulto. E é no âmbito familiar que vão se suceder todos os acontecimentos elementares da vida humana, desde o nascimento até a morte.

Devido à sua importância, a família foi estabelecida pela Declaração Universal dos Direitos do Homem como núcleo natural e fundamental da sociedade, com direito à proteção da sociedade e do Estado (art. XVI, 3). Na esteira de tal disposi-

ção, a Constituição de 1988 instituiu a família como base da sociedade e, por tal razão, merecedora de uma atenção especial por parte do Estado (art. 226).

O ponto de partida quando se trata de família dentro do solo pátrio é o modelo patriarcal e hierarquizado, fruto da influência exercida pela Revolução Francesa sobre a redação do Código Civil de 1916. A intervenção do Estado nas relações humanas provocou a instituição do casamento e, dentro do ambiente familiar, necessariamente matrimonializado, prevalecia a regra “até que a morte nos separe”, fazendo com que a felicidade individual dos membros da família fosse sacrificada em prol da manutenção da união conjugal.

Além disso, a família era tida como uma unidade produtiva, de modo que as pessoas formavam vínculos familiares visando a constituição de patrimônio, para uma conseqüente transmissão do mesmo aos herdeiros, tendo pouco relevância o aspecto afetivo. Por tal razão, o casamento era indissolúvel, pois o desmanche familiar levaria a um desmanche da própria sociedade.

O tempo passou, a sociedade avançou e os novos valores caracterizadores da sociedade contemporânea pulverizaram a concepção tradicional de família, trazendo à tona um modelo familiar democrático, igualitário e desmatrimonializado, compreendendo-se o afeto como a mola propulsora do núcleo familiar.

Com efeito, a evolução da família está umbilicalmente ligada à própria evolução do homem e da sociedade, e se transforma a partir das novas conquistas e descobertas técnico-científicas da humanidade, sendo inadmissível a sua submissão a idéias que não mais se coadunam com os valores do agora. A família muda de acordo com a própria história ao longo dos anos.

Assim, o presente ensaio teórico objetiva demonstrar que, definitivamente, não podemos mais nos portar como reféns de um único modelo familiar, integrado por pai, mãe e filhos. Sendo composta por seres humanos, a família se apresenta sob variadas formas, tantas quantas forem as possibilidades de se relacionar a partir do afeto. E todas essas formas, expressas de forma explícita ou não no texto constitucional, merecem a proteção estatal consagrada no artigo 226.

Destarte, é por demais adequada a expressão “direito das famílias”, ao invés de “direito de família”; afinal, é preciso observar a ampliação operada no conceito de família e abrir os olhos às multifacetadas entidades familiares existentes.

2 A LEGISLAÇÃO DA FAMÍLIA

Como se sabe, o direito vive numa perene batalha contra o obsoletismo, com a árdua tarefa de oxigenar seu ordenamento jurídico, a fim de não perder de vista a sociedade e seus passos rápidos.

Talvez, a luta mais dificultosa do direito seja a mudança das regras do Direito das Famílias. Afinal, é o direito que trata das relações afetivas, que cuida de sentimentos e mexe com a alma do ser humano. E o regramento jurídico da família não

pode ignorar as profundas mutações culturais e científicas, permanecendo petrificado em um mundo irreal, sob pena de se tornar ineficaz.

Mas, dentro dessa eterna busca em adequar a legislação à sociedade em constante evolução, é assaz importante a demarcação de um limite para a intervenção do direito dentro da organização familiar, ou seja, a atualização da legislação que trata da família é um serviço que merece extrema cautela, a fim de que a proteção sobre a família não ganhe traços de intromissão por parte do Estado.

O Código Civil de 1916 dispunha que só através do matrimônio poderia ocorrer o nascimento de uma entidade familiar. A família matrimonializada era indissolúvel e portadora de distinções entre seus membros. As pessoas unidas sem o selo do casamento eram qualificadas de um modo discriminatório, assim como os filhos nascidos dessas relações.

Com a evolução da família, ocorreram sucessivas alterações legislativas, sendo a mais expressiva a Lei nº. 4.121/1962, que contém o Estatuto da Mulher Casada que, dentre outras modificações, devolveu a plena capacidade à mulher casada e concedeu-lhe bens reservados que lhe asseguravam a propriedade exclusiva dos bens adquiridos oriundos do seu trabalho.

Com o advento da Lei do Divórcio (Lei nº. 6.515/1977), a indissolubilidade matrimonial deixou de existir e surgiu uma preocupação com a identificação do vínculo afetivo que une os integrantes da família. Nota-se, então, o início da consolidação do afeto como o principal alicerce do Direito das Famílias.

Mais adiante, a Carta Magna de 1988 ampliou o conceito de família, estabeleceu a igualdade entre o homem e a mulher e instituiu a igualdade entre os filhos, havidos ou não do casamento, ou por adoção, conferindo-lhes idênticos direitos e qualificações.

Superada a compreensão da família como unidade produtiva e reprodutiva, contida no Código Civil de 1916, a Constituição de 1988 inaugurou novas nuances para o Direito das Famílias, a partir de valores sociais e humanizadores, mormente a dignidade humana, a solidariedade social e a igualdade substancial.

Daí o entendimento de que a família tem a missão de promover, efetivamente, a dignidade e a realização da personalidade de seus integrantes, conforme se pode concluir com a leitura do artigo 226 do texto constitucional.

Conforme bem observam Farias e Rosendal (2008, p. 35), quando se faz uma comparação entre o texto da atual Constituição com o texto das Constituições brasileiras anteriores, percebe-se que o legislador adota uma tipicidade aberta, vez que, durante muito tempo, a família legitimamente protegida só poderia ter origem no casamento. No caput do artigo 226 da Constituição em vigor não é feita nenhuma referência a determinado tipo de família, como ocorreu com as previsões constitucionais pretéritas. Quem está sob tutela constitucional é a família, ou seja, qualquer família. Assim, o horizonte do conceito de família é substancialmente dilatado, de modo que a proteção de que goza a família constituída pelo casamento também é

estendida à união estável entre o homem e a mulher (art. 226, § 3º) e à família composta por qualquer dos pais e seus descendentes (art. 226, § 4º), denominada família monoparental. Mas importa ressaltar que tais formações familiares mencionadas não constituem um rol taxativo, mas meramente exemplificativo, mediante interpretação sistemática e teleológica dos preceitos constitucionais e até pela óbvia impossibilidade de se fazer menção a todos os arranjos familiares possíveis. Portanto, ainda de acordo com os autores supracitados (2008, p. 35), o conceito de família trazido no art. 226 da Lei Maior é plural e indeterminado, configurando uma cláusula geral de inclusão, de forma que a concretização dos tipos é tarefa do cotidiano, das necessidades e dos avanços sociais, sendo que todas as formações familiares merecem idêntica proteção legal.

Como não poderia deixar de ser, as significativas modificações trazidas pela Constituição vigente ocasionaram uma verdadeira varredura em inúmeras disposições da legislação em vigor até então, vez que as mesmas não foram recepcionadas pelo sistema jurídico então inaugurado.

O Código Civil atual, em vigor desde 2003, trata do Direito de Família no Livro IV (arts. 1.511 a 1.783) e tem origem num projeto que data de 1975 e que precisou de consideráveis alterações que o adequassem ao novo sistema jurídico, na busca de promover a atualização dos aspectos essenciais do Direito de Família. Mas sobreleva considerar que o seu longo tramitar no Congresso Nacional, mesmo com as diversas mutações nele operadas, fez com que o mesmo já nascesse velho, com previsões descabidas perante o cenário social atual, vez que os remendos costurados não foram capazes, como era de se esperar, de consertar a inteireza do tecido constituído pelo texto original. A título de exemplo, basta lembrar que o Código continua a prever a análise da culpa na separação.

Talvez, o grande aspecto positivo do atual Diploma Civil seja a supressão de disposições carregadas de discriminação, como as referências desigualitárias entre o homem e a mulher e as adjetivações da filiação.

Também cabe salientar que, apesar da tentativa do legislador de reunir no Código Civil toda a normatização jurídica acerca do Direito de Família, continuam a vigorar várias leis que não foram alvo de derrogação expressa e nem são incompatíveis com o Código. Como exemplo, podemos citar a Lei nº. 765, de 14 de julho de 1949, que dispõe sobre o registro civil de nascimento; a Lei nº. 5.478, de 25 de julho de 1968, que dispõe sobre a ação de alimentos e dá outras providências e a Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

3 A AMPLIAÇÃO DO CONCEITO DE FAMÍLIA: A FAMÍLIA PÓS-MODERNA

É inegável que, quando se trata de família, vem à nossa mente o modelo con-

vencional, composto por um homem e uma mulher, unidos pelo casamento, e seus filhos. Mas é forçoso reconhecer que, devido aos inúmeros avanços tecnológicos, científicos e culturais, esse modelo tradicional cedeu lugar a uma extrema mobilidade das configurações familiares, o que provocou uma verdadeira democratização da estrutura familiar.

Não é raro ouvir de muitos que a família se encontra num processo decadencial, ao passo que o mais correto seria dizer que a entidade familiar se encontra, na verdade, dentro de uma contínua transformação, fruto das inúmeras mudanças das estruturas políticas, econômicas e sociais ao longo dos tempos. Faz-se necessário o entendimento de que a família deixou de ser um núcleo econômico para tornar-se uma instituição jurídica e social, objetivando o desenvolvimento da personalidade de seus membros e tendo o afeto como sua espinha dorsal.

A partir de uma compreensão sócio-afetiva da família, há o surgimento de novos arranjos familiares. A idéia do casamento como marco de referência necessário é descartada, para que ocorra a busca da proteção do desenvolvimento da personalidade humana, que consiste na busca da dignidade, que supera questões de cunho unicamente patrimoniais. A família de hoje deve ser entendida como o meio de promoção da pessoa humana e não como a finalidade almejada, conforme sábia lição de Farias e Rosenvald (2008, p. 6). Assim, a proteção à família deverá estar, obrigatoriamente, vinculada à tutela da pessoa humana, de forma que o desnivelamento da proteção da pessoa humana, sob a justificativa de proteger a instituição familiar, consiste numa gravíssima subversão hermenêutica, ferindo seriamente o comando da Carta Magna de 1988, de acordo com os mesmos autores (2008, p. 7).

De acordo com salutar lição de Lôbo (2004), há que se considerar o princípio da liberdade de escolha como meio concretizador do princípio da dignidade da pessoa humana. Desse modo, é questão de dignidade a liberdade de cada pessoa em escolher e constituir a entidade familiar que melhor corresponda à sua realização existencial, até porque o legislador não tem o poder de definir qual a melhor e mais adequada forma de família.

Na busca de estar atenta às novas faces de família, a Constituição de 1988 observou a necessidade de se admitir a existência de outras formações familiares, além daquelas oriundas do casamento. Até porque a proteção especial prevista no caput do art. 226 é destinada à família, e não ao matrimônio. Dessa forma, tal proteção estatal foi estendida sobre a união estável (art. 226, § 3º) e sobre a comunidade composta por qualquer dos pais com seus descendentes (art. 226, § 4º), comunidade esta que foi rotulada como família monoparental. Contudo, os tipos de entidades familiares mencionados no referido artigo formam um rol meramente exemplificativo, vez que consistem nas formações familiares mais comuns. Logo, também constituem família os irmãos que convivem sem a presença dos pais e as uniões de pessoas do mesmo sexo, por exemplo. E a existência desses novos modelos familiares não expressos de forma explícita na Constituição é estatisticamente comprovada.

Com efeito, os dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD), feita anualmente pelo IBGE, têm revelado a existência de formações familiares distanciadas dos modelos legalmente previstos.

No mundo contemporâneo, é preciso ter uma visão pluralista da família, que considere os vários arranjos familiares existentes. Desde que uma unidade de vivência possua afetividade, estabilidade e ostensibilidade, a mesma configura, sim, uma entidade familiar, merecendo gozar da proteção estatal consagrada constitucionalmente e ter os seus conflitos resolvidos à luz do Direito de Família.

4 DAS ENTIDADES FAMILIARES

Conforme já dito, não há mais que se falar num modelo único de família, tendo em vista o vasto leque de arranjos familiares existentes, com a lembrança de que inexistente hierarquia entre tais arranjos, de modo que não mais vigora a primazia da família matrimonializada.

No presente tópico, passaremos a uma sucinta exposição acerca das espécies de entidades familiares existentes, a partir da classificação de Dias (2009, p. 44).

4.1 Família matrimonial

Até o advento da atual Constituição, por influência da Igreja sobre o Estado, o casamento consistia no único fato gerador da família. As relações afetivas, que existem antes mesmo do Estado e das religiões, se tornaram alvo de regramentos e deu-se o nome de família aos relacionamentos amorosos.

O Código Civil de 1916 trouxe para o seu texto o retrato da família então existente, na qual o homem ocupava o lugar de chefe e mulher e filhos lhe deviam obediência. O objetivo precípua da família era a manutenção do patrimônio, daí a necessidade da geração de filhos para atuarem como força de trabalho. E como a capacidade procriativa era fundamental, é óbvio que a composição familiar deveria ser um casal heterossexual e fértil. Outro ponto a ser observado é que o regime de bens legalmente previsto era o da comunhão universal, provocando uma união plena de vida e de patrimônio.

Nesse cenário, observa-se a relutância estatal em admitir uniões não oriundas do casamento. Mas é óbvio que, num dado momento, as uniões além das fronteiras do casamento começaram a ser estabelecidas, dando origem a novas formações familiares, mas que não recebiam o selo de validade do Estado. A partir dessa situação, surgiu a Lei 6.515/1977 (Lei do Divórcio), que previu a possibilidade do rompimento do vínculo estabelecido pelo casamento, instituiu a comunhão parcial como o regime legal de bens e acabou com a obrigatoriedade do uso do sobrenome do marido por parte da mulher.

Mas, mesmo com as disposições inovadoras trazidas pela Lei do Divórcio, a

verdade é que a previsão legal da família matrimonializada durou até a promulgação da Constituição de 1988, quando o legislador estendeu o manto protetor do Estado a demais uniões que também denominou como família.

4.2 Família informal: união estável

Como dito anteriormente, por força da previsão do Código Civil de 1916, até 1988 o *status familiae* era conferido apenas às uniões oriundas do casamento. Mas, não obstante à ausência da chancela estatal, novas formações familiares começaram a despontar. Os egressos de casamentos desfeitos começaram a inaugurar novas uniões e o Judiciário se viu obrigado a se manifestar a respeito, a fim de não permitir a ocorrência de graves injustiças. Eis que, então, surgiu a nomenclatura de companheira, visando driblar as proibições de direitos existentes sobre a pessoa da concubina. Mas, ainda assim, tais uniões não foram recebidas pela jurisprudência. Basta lembrar que, no caso de rompimento de tais uniões e não havendo patrimônio a ser repartido, as mesmas eram tratadas como relação de trabalho e a mulher era indenizada pela prestação de serviços domésticos e também não havia concessão de alimentos nem de direitos sucessórios.

O fato é que, muito embora essas uniões não foram bem acolhidas pela legislação, a sociedade lhes abriu as portas, ao ponto em que o legislador da Constituição de 1988 inseriu a união estável dentro do conceito de entidade familiar, com a recomendação de convertê-la em casamento.

Posteriormente, duas leis vieram regulamentar esse instituto. A Lei nº 8.971/1994 previu o direito a alimentos e à sucessão do companheiro, mas seu texto consistia, ainda, numa letra maculada pelo preconceito, pois só reconhecia como estáveis as relações entre pessoas solteiras, judicialmente separadas, divorciadas ou viúvas, não abrangendo os separados de fato. Ademais, para serem chamadas de estáveis, as uniões deveriam existir há mais de cinco anos ou era preciso que delas houvesse nascido prole. Já a Lei nº 9.278/1996 não trouxe em suas disposições um prazo de convivência mínimo, além de albergar as relações entre os separados de fato. Ela também determinou as varas de família como competentes para o julgamento dos conflitos no âmbito das uniões estáveis e reconheceu o direito real de habitação.

O Código Civil em vigor, por sua vez, disciplinou os aspectos pessoais e patrimoniais da união estável nos artigos 1.723 a 1.727, prevendo no caput do art. 1.723 que “é reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família”.

Apesar de não existir no ordenamento jurídico a exigência do decurso de lapso temporal mínimo para a caracterização da união estável, é evidente que a relação não pode ser efêmera, e, sim, prolongada no tempo e sem solução de continuidade,

de modo que reside, nesse aspecto, a durabilidade e a continuidade do vínculo. (DIAS, 2009, p. 164).

4.3 Família monoparental

Como o próprio nome sugere, monoparental é a modalidade familiar formada pela presença de somente um dos pais e seus descendentes. E, uma vez que é comum a sua existência, tal modalidade foi expressamente prevista no texto constitucional de 1988 como entidade familiar (art. 226, § 4º).

Alguns fatores que, geralmente, originam a formação da família monoparental são: a separação ou o divórcio, a dissolução da união estável, a maternidade ou paternidade sem que haja casamento ou união estável, a viuvez, a adoção por pessoa solteira, a fertilização medicamente assistida e o celibato (solteirismo).

Mas é bom frisar que, mesmo que a Lei Maior tenha mencionado no § 4º do art. 226, apenas a união de qualquer dos pais e seus descendentes, também é chamada monoparental a convivência entre um dos tios com seus sobrinhos ou de um dos avós com seus netos e, até mesmo, o convívio formado por quem não seja parente, mas que tenha crianças ou adolescentes sob a sua guarda. (DIAS, 2009, p. 198).

4.4 Família anaparental

A convivência entre parentes ou entre pessoas, ainda que não sejam parentes, a partir do afeto, com identidade de propósitos e sem interesse sexual, impõe o reconhecimento da existência dessa modalidade familiar, denominada anaparental, vez que não há diferença de gerações entre seus membros. Assim, a convivência de dois irmãos no mesmo lar, por exemplo, durante longo período, sendo que os mesmos somam seus esforços para a constituição do patrimônio, configura, sim, uma modalidade de família, também merecedora da proteção estatal, mesmo sem expressa previsão legal.

4.5 Família pluriparental

Várias são as nomenclaturas que buscam definir essa modalidade familiar, formada após o desfazimento de relações afetivas anteriores. Uns nomeiam tais famílias como reconstruídas, outros como recompostas ou ensambladas, como preferem os argentinos. E há também a bela definição de Ferreira e Röhrmann, que, além de pluriparentais, as definem como famílias mosaicos. (2006 apud PEREIRA, 2006, p. 507).

Trata-se da família formada pelo casamento ou união, de fato, de um casal, sendo que um ou ambos são egressos de casamentos ou uniões anteriores e trazem para a nova formação familiar os filhos de tais relações pretéritas e os somam aos

filhos que costumam ter em comum. Conforme bem anota Grisard Filho (2007, p. 85), essa modalidade familiar é marcada por uma “estrutura complexa, conformada por uma multiplicidade de vínculos e nexos, na qual alguns de seus membros pertencem a sistemas familiares originados em uniões precedentes”.

Nestas famílias, ocorre a formação de novas e variadas relações. A título de exemplo, os filhos passam a ter novos irmãos e os cônjuges, companheiros ou parceiros passam a ter novos parentes por afinidade.

4.6 Família paralela

As relações paralelas, além das nomenclaturas repudiosas, devem suportar a tendência que é o não reconhecimento da sua existência. O concubinato denominado adúlterino é uma realidade desagradável para a sociedade, mas faz-se mister ressaltar que nem por tal razão as uniões paralelas deixam de existir. Condená-las à inexistência é fechar os olhos a uma realidade comum.

Ademais, os vínculos afetivos caracterizadores dos relacionamentos paralelos são produtores de efeitos jurídicos e, uma vez presentes os requisitos legais, mesmo com a opinião contrária da jurisprudência majoritária, concordamos com a lição de Dias (2009, p. 50), que defende que a justiça deve reconhecer que tais relacionamentos configuram união estável, sob pena de conferir um selo judicial ao enriquecimento ilícito do bigamo, além de retirar do (a) concubino (a) todos os direitos do âmbito do Direito das Famílias e Sucessório.

4.7 Família homoafetiva

Tal qual foi dito acerca das famílias paralelas, as relações homoafetivas também sofrem com a sua condenação à invisibilidade. É fato que o reconhecimento da existência de tais relações ainda é alvo certo da flecha do preconceito, mas, com a concordância ou não da sociedade, o fato é que os vínculos afetivos de caráter homoafetivo existem e merecem ser considerados como uma entidade familiar.

Embora a Constituição de 1988 não tenha, de forma expressa, contemplado a união homoafetiva como entidade familiar, uma visão unitária e sistêmica do ordenamento jurídico conduz a essa conclusão. Principalmente quando considerados os princípios basilares constitucionais da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III), da igualdade substancial (arts. 3º e 5º), da não discriminação, inclusive por opção sexual (art. 5º) e do pluralismo familiar (art. 226).

Apesar do posicionamento conservador de parte da doutrina, como Gonçalves (2003, p. 544) e Diniz (2002, p. 368), que inserem as uniões homossexuais apenas no âmbito obrigacional, caracterizando-as como uma mera sociedade de fato, da qual decorreriam efeitos puramente patrimoniais, a modalidade familiar em comento carece de uma análise zelosa, sob a luz das garantias constitucionais, sobretudo

da dignidade da pessoa humana.

Em seus contornos contemporâneos, a família serve como um autêntico elemento de afirmação da cidadania, sendo impossível excluir pessoas humanas do seu âmbito de proteção, vez que a dignidade das mesmas está resguardada na Constituição.

Nesse diapasão, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região decidiu que: “não se pode, assim, negar o caráter de entidade familiar das uniões homossexuais alicerçadas no amor mútuo, na convivência pública e duradoura e na assistência recíproca, sendo inadmissível que tais uniões, por serem formadas por pessoas do mesmo sexo, sejam tratadas como meras sociedades de fato, sem a possibilidade de equiparação ao companheirismo” (TRF – 2ª Região, Ac. 7ª Turma Especializada, Ap. Cív. 388739, rel. Des. Federal Sérgio Schwaitzer, DJU 25.9.07).

Ademais, o Tribunal Superior Eleitoral reconheceu as uniões homoafetivas como entidade familiar para fim de inelegibilidade eleitoral (CRFB, art. 14, § 7º), considerando se tratar de um dado da vida real, em que, “assim como na união estável, no casamento ou no concubinato, presume-se que haja fortes laços afetivos.” (TSE, Ac.unân., Rec.Especial Eleitoral 24564/PA, rel. Min. Gilmar Mendes, j. 1.10.04).

Em igual sentido, a Lei nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha), em seu art. 5º, reconheceu as uniões de pessoas do mesmo sexo como entidades familiares ao mencionar a possibilidade de violência familiar contra a mulher, praticada, inclusive, por outra mulher. A norma é clara ao explicitar que as relações pessoais das quais podem decorrer violência doméstica independem de orientação sexual (parágrafo único). Dessa forma, consagrou-se, em sede infraconstitucional, que as uniões familiares não são, exclusivamente, heterossexuais.

À guisa do exposto, o direito não pode vender os olhos para a existência das uniões homoafetivas e sua consideração como entidades familiares. Não importa saber se tais uniões representam uma quebra nos usos e costumes ou sejam causadoras de incômodos e estranhezas na sociedade. Importa considerar que elas existem e são formadas por pessoas que se unem com objetivos comuns, a partir do afeto e na busca da felicidade, o que as torna merecedoras da proteção estatal.

4.8 Família eudemonista

A propensão de se identificar a família pelo seu vínculo afetivo fez surgir a expressão “família eudemonista”, expressão que denomina a doutrina que admite ser a felicidade individual ou coletiva o fundamento da conduta humana moral, que é a família que objetiva a felicidade de cada um dos seus integrantes, por meio de um processo emancipatório dos mesmos, conforme bem ensina Welter (2003 apud DIAS, 2009, p. 54).

Na lição de Dias (2009, p. 54), o eudemonismo é a doutrina que destaca o

sentido de busca da felicidade por parte do sujeito. E a adoção dessa doutrina por parte do ordenamento jurídico, ainda nas palavras da mesma autora (2009, p. 54), faz com que a proteção estatal conferida à família seja deslocada da instituição para os membros da mesma, conforme se lê no § 8º do art. 226 da Constituição: “o Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos componentes que a integram”.

Portanto, é notório que a família eudemonista não configura uma espécie de arranjo familiar, distinta das demais. Ao que parece, quando Dias (2009, p. 54) a posiciona junto às demais modalidades de entidade familiar, a ilustre autora defende que, antes de uma família receber a nomenclatura de matrimonial, anaparental ou qualquer outra, é necessário que ela consista numa família eudemonista, ou seja, que propicie o desenvolvimento e a felicidade de cada um dos seus integrantes.

5 CONCLUSÃO

A família do novo milênio é configurada a partir do vínculo afetivo que une os seus membros, somado à estabilidade e ostensibilidade, de modo que os tipos de entidades familiares previstos de forma explícita na Constituição de 1988 não encerrem *numerus clausus*. O conceito de família foi definitivamente estendido para além das fronteiras construídas por posicionamentos ideológicos, sócio-culturais específicos ou religiosos.

Com efeito, não há, no texto constitucional, um modelo preferencial de entidade familiar, vez que a proteção estatal tem como alvo a família e não um tipo familiar específico.

Assim sendo, a família de hoje deve ser entendida como o meio de promoção da pessoa humana e não como a finalidade almejada, conforme bem lecionam Farias e Rosenvald (2008, p. 6).

Na vereda desse entendimento, faz-se mister que o direito, fazendo uso das lentes da dignidade, admita a democratização operada na família e perceba a existência de várias unidades convivenciais que merecem ser consideradas como entidades familiares, vez que estão construídas sobre o principal aspecto do Direito das Famílias, que é o afeto.

REFERÊNCIAS

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 5. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

DIAS, Maria Berenice.; PEREIRA, Rodrigo da Cunha (Coord.). **Direito de Família e o Novo Código Civil**. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

FARIAS, Cristiano Chaves de.; ROSENVALD, Nelson. **Direito das Famílias**. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2008.

FERREIRA, Jussara Suzi Assis Borges Nasser; RÖRHMANN, Konstanze. As famílias pluriparentais ou mosaicos. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha (Coord.). **Anais do V Congresso Brasileiro de Direito de Família: família e dignidade humana**. Belo Horizonte: IBDFAM, 2006.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2003.

GRISARD FILHO, Waldyr. **Famílias reconstituídas: novas uniões depois da separação**. São Paulo: RT, 2007.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Entidades familiares constitucionalizadas: para além do numerus clausus**. Belo Horizonte: IBDFAM, 2004. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/?artigos&artigo=128>>. Acesso em: 07 abr. 2010.

RODRIGUES, Sílvio. **Direito Civil: Direito de família**. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.



PRIMEIRAS LINHAS SOBRE A COISA JULGADA INCONSTITUCIONAL E SUA RESCISÃO

Rosana Magda Alves de Oliveira¹

RESUMO

Recentemente vem-se obtendo no direito brasileiro, uma nova visão acerca da coisa julgada, compreendida, originariamente, como dogma ante a imutabilidade que concedia às decisões, falando-se, agora em relativização desse instituto ante a existência de princípios que se tornam maiores e mais relevantes que essa imutabilidade, principalmente quando analisados sob a ótica constitucional. Nesse intróito, a teoria da coisa julgada inconstitucional traz à baila, essencialmente, a discussão entre o dogma da coisa julgada com seu princípio norteador - segurança jurídica, em “oposição” a uma decisão proferida com base em lei declarada inconstitucional e o princípio da supremacia da constituição. Trata-se, então de fragmentos da pesquisa do TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) que tem como objeto a análise da coisa julgada inconstitucional e os mecanismos aptos ao seu desfazimento, com base nos vícios/nulidades processuais, consoante os ensinamentos de Tereza Arruda Alvim Wambier e Humberto Theodoro Junior. Entende-se ser necessário adentrar nas teorias dos vícios/nulidades processuais, bem como aprofundar o estudo sobre a *querela nullitatis*, não positivado no direito pátrio, para entender a desconstituição dos atos praticados sob a égide de lei declarada inconstitucional e, ao final, saber o melhor meio para se impugnar essas decisões, se ação rescisória ou se *querela nullitatis*, contribuindo para a orientação do tema ao meio acadêmico.

Palavras-chave: Coisa julgada inconstitucional. Vício processual. Nulidade processual. Querela nullitatis.

FIRST LINES OF RES JUDICATA UNCONSTITUTIONAL AND ITS TERMINATION

ABSTRACT

Recently comes to getting under brazilian law a new vision for the thing judged, understood, originally as the immutable dogma before granting decisions, speaking up in relativization of such an institute at the existence of principles that become larger and more relevant that immutability, especially when analyzed under the Cons-

¹Acadêmica do 9º período de Direito do Centro Universitário de Formiga (UNIFOR-MG), e-mail: rosana-oliveira23@hotmail.com

titution. In this introduction, the theory of *res judicata* unconstitutional, brings up, essentially, the argument between the doctrine of *res judicata* with his guiding principle - legal certainty - the “opposition” to adjudication based on law declared unconstitutional and the principle of supremacy the constitution. It then fragments Research TCC (completion of course work) that has as object the analysis of *res judicata* unconstitutional and mechanisms suited to their undoing, based on addictions / nullity proceedings according to the teachings of Teresa Arruda Alvim Wambier and Humberto Theodoro Junior. Considers it necessary to step into the theories of addictions / nullity proceedings, as well as deepen the study on dispute nullitatis not positivised the right patriotic, to understand the deconstitution of acts performed under the auspices of a law declared unconstitutional and, finally, to know better means to challenge these decisions, if action for rescission or quarrel nullitatis, contributing to the orientation of the academic subject.

Keywords: *Res judicata* unconstitutional. Procedural defect. Invalidation. Quarrel nullitatis.

1 INTRODUÇÃO

Primeiramente, insta lembrar que ao Supremo Tribunal Federal compete, dentre outras, a guarda precípua da Constituição, cabendo-lhe processar e julgar a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual, bem como a ação declaratória de constitucionalidade, conforme dicção do art. 102 da Constituição da República.

Nas ações diretas de inconstitucionalidade, os efeitos das decisões proferidas pelo Supremo são, em regra, retroativos (*ex tunc*) e possuem eficácia geral e contra todos (*erga omnes*). Tais efeitos invalidam a lei desde sua origem, bem como os atos pretéritos com base nela praticados (PAULO; ALEXANDRINO, 2007, p.101).

Possuindo, portanto, eficácia retroativa, discute-se, por meio da teoria denominada “coisa julgada inconstitucional”, se as decisões proferidas no controle concentrado de constitucionalidade pelo Supremo Tribunal têm o condão de abarcar as decisões transitadas em julgado, decisões estas, portanto, fundamentadas em leis posteriormente declaradas inconstitucionais.

Daí, incorre-se num aparente conflito principiológico, uma vez que a teoria da coisa julgada inconstitucional a ser estudada revela-se incongruente com a imutabilidade da decisão judicial transitada em julgado, verificando-se, de um lado, o princípio da Supremacia da Constituição segundo o qual, todos os atos dos poderes estatais só são legítimos se em consonância com as regras estabelecidas pela Constituição e, do outro, o princípio da segurança das relações jurídicas alicerçado no instituto da coisa julgada.

2 DA SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO

A Constituição da República constitui um conjunto de normas e princípios que regem todo o ordenamento jurídico e tem como característica a rigidez no que tange à alteração de seu conteúdo, revelando-se, claramente, a hierarquia existente entre uma norma constitucional e uma lei ordinária.

Desta forma, todas as normas infraconstitucionais são confrontadas com a Constituição e só são válidas se em consonância com seus preceitos. Assim, quando da incompatibilidade da norma infraconstitucional com a Constituição, verifica-se a invalidade da norma, de conseqüência, não está apta à produção de efeitos jurídicos.

3 DA COISA JULGADA

O instituto da coisa julgada tem a função inquestionável de garantir a segurança jurídica das decisões proferidas pelos tribunais pátrios, na medida em que torna a decisão proferida, após o esgotamento dos prazos recursais, indiscutível e imutável.

A *res iudicata* é, desta forma, além de princípio constitucional estabelecido no art. 5º, XXXVI da Constituição da República, regra indispensável ao exercício da própria jurisdição, ao passo que impede a existência de litígios intermináveis, porquanto compete ao Estado a tutela dos direitos e a composição dos conflitos.

4 DA COISA JULGADA INCONSTITUCIONAL

Asseguram Theodoro e Cordeiro (2001, p. 7): [...] a coisa julgada não pode suplantar a lei, em tema de inconstitucionalidade, sob pena de transformá-la em instituto mais elevado e importante que a lei e a própria Constituição.

Pondo assim, a teoria da coisa julgada inconstitucional traz à baila uma ponderação do instituto da coisa julgada. Para os adeptos da teoria, a declaração de inconstitucionalidade da lei pelo Supremo Tribunal Federal atinge as decisões mesmo após seu trânsito em julgado. Asseveram estes: *É estranhável, ab initio, atribuir-se à lei, menor relevância que à sentença, quando o que se tem a coibir é a inconstitucionalidade. Esta pode invalidar uma 'simples lei' mas nada pode com a sentença passada em julgado. Não parece razoável esta estranha hierarquia de inconstitucionalidades* (THEODORO JUNIOR,2002 apud MARINONI, 2008, p. 209)

Já os opositores da retroatividade da decisão do Supremo baseiam-se no que dispõe o art. 474 do Código de Processo Civil que diz: “passada em julgado a sentença de mérito, reportar-se-ão deduzidas e repelidas todas as alegações e defesas, que à parte poderia opor assim ao acolhimento como a rejeição do pedido”.

Assim, o objetivo é proteger a declaração contida na sentença transitada em julgado. Para tanto, deixa-se claro que todos os argumentos relacionados a uma de-

manda ficam preclusos, impedindo-se a sua alegação e apreciação em ação ulterior. Não apenas as alegações deduzidas, mas também as que poderiam ter sido deduzidas -ditas deduzíveis -, presumem-se oferecidas pelas partes e repelidas pelo órgão jurisdicional.

[...] Assim, ainda que a questão de constitucionalidade não tenha sido deduzida ou conhecida de ofício pelo juiz, a parte não pode alegar a questão de constitucionalidade para invalidar a decisão [...] a alegação desta questão prejudicial lógica preclui, diante da eficácia preclusiva da coisa julgada. Portanto nesses casos, a impossibilidade da alegação da questão de constitucionalidade não deriva propriamente da coisa julgada, mas sim da eficácia preclusiva da coisa julgada. (MARINONI, 2008, p. 75)

5 DAS ARGUMENTAÇÕES QUE ENVOLVEM A TEORIA DA COISA JULGADA INCONSTITUCIONAL E A ANÁLISE DOS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO

Ao se admitir a existência da coisa julgada inconstitucional, indaga-se, a partir do disposto alhures, se as sentenças baseadas em lei inconstitucional, sob a égide dessa coisa julgada, se enquadram no vício da classe da inexistência ou das nulidades?

Lado outro, encontrando-se diante de uma decisão inconstitucional transitada em julgado, constituirá a ação rescisória, meio de impugnação dessa inconstitucionalidade, estando desta forma, as partes adstritas ao prazo decadencial?

No direito positivo brasileiro, os atos judiciais são desfeitos quando presente algum vício em sua forma. As nulidades processuais originam-se da falta de algum elemento que deveria integrar necessariamente um ato ou afastá-lo deste.

Quando da análise dos pressupostos processuais verifica-se que estes são classificados em intrínsecos e extrínsecos. Os pressupostos intrínsecos se dividem em pressupostos de validade e pressupostos de existência dos atos processuais. Ao lado desses pressupostos, têm-se as condições da ação – legitimidade, interesse e possibilidade jurídica do pedido.

Wambier (2007) sustenta que a coisa julgada inconstitucional padece de existência jurídica:

Não nos parece que a norma declarada inconstitucional por ação declaratória de inconstitucionalidade deva se tentar qualificar como sendo ‘nula’ ou ‘anulável’. Declarada inconstitucional a norma jurídica, e tendo a decisão efeito extunc, pensamos dever-se considerar como se a lei nunca tivesse existido [...] A norma jurídica tida posteriormente como inconstitucional, portanto é para nós, norma inexistente juridicamente (WAMBIER, 2007, p. 392)

Para ela, a ausência dos pressupostos processuais de validade geram um provimento jurisdicional nulo, ao passo que a ausência dos pressupostos processuais de

existência (jurisdição, capacidade postulatória, petição inicial e citação) bem como a ausência de uma ou mais condições da ação, gera uma decisão inexistente.

Aduz, desta forma, que as sentenças baseadas em lei que, em momento posterior deixam de ser válidas e eficazes, por meio da declaração de sua inconstitucionalidade, com efeito *ex tunc* e *erga omnes*, enquadram-se nos atos inexistentes, postos que ausente uma das condições da ação – possibilidade jurídica do pedido – e, em face dessa ausência, tem como origem um provimento inexistente, haja vista consistirem as condições da ação, pressupostos processuais de existência, conforme já mencionado

Expõe ainda que as nulidades processuais não impedem a formação da coisa julgada e, desta forma, são rescindíveis e sua oposição dependente do prazo estabelecido na norma processual. Infere que a ação rescisória é uma ação desconstitutiva, tendo em vista que, primeiramente, visa desconstituir a coisa julgada para, posteriormente, ou indiretamente, atingir a nulidade da decisão.

Já com relação aos atos inexistentes, não haveria a formação da coisa julgada e em face dessa carência, não estão sujeitos ao prazo decadencial de dois anos para impugnação. Para Theodoro Junior (2008), por sua vez, sustenta não ser o ato inexistente porque reúne as condições mínimas que caracterizam um ato judicial, como os elementos formais e processuais.

Contudo, sustenta que a inconstitucionalidade gera nulidade, faltando-lhe eficácia: *“aqueles atos desconformes à Constituição são dotados de um valor negativo derivado de sua inconstitucionalidade: a nulidade”* (THEODOR JUNIOR e FARIA, 2001, p. 04).

[...]estamos de acordo com OTERO, para quem ‘admitir, resignados, a insinducabilidade de decisões judiciais inconstitucionais seria conferir aos tribunais um poder absoluto e exclusivo de definir o sentido normativo da Constituição: Constituição não seria o texto formalmente qualificado como tal; Constituição seria o direito aplicado nos tribunais, segundo resultasse da decisão definitiva e irrecorrível do juiz’, o que não se adequa às noções do Estado de Direito. (OTERO, apud THEODOR JUNIOR e FARIA, 2001, p. 04-05)

Para o eminente jurista, a declaração de inconstitucionalidade da norma pelo Supremo Tribunal Federal gera, em face do princípio da constitucionalidade, a invalidade da decisão proferida em desconformidade com a Constituição, ficando a decisão sem aptidão para produzir efeitos.

Esta nulidade, por sua vez, revela-se tão grave que nunca se consolidaria na ordem jurídica processual, não estando sujeita à prescrição, da mesma forma que o regime de inconstitucionalidade dos atos legislativos não estão submetidos a prazo:

“Os Tribunais, com efeito, não podem se furtar de, até mesmo de ofício, reconhecer a inconstitucionalidade da coisa julgada o que pode se dar a qualquer tempo, seja em ação rescisória (não sujeita a prazo), em ação declaratória de nulidade ou em embargos à execução.” (THEODORO JUNIOR e FARIA, 2001, p.23)

Giro outro, no que tange a impugnação das decisões eivadas de vícios, estas podem se dar a qualquer tempo, durante a fase processual ou após o término desta. Conforme a norma processual vigente, admite-se a impugnação das sentenças transitadas em julgado, via instituto da ação rescisória, quando nestas houver um vício ou uma nulidade.

Desta forma, “seria iniquidade privar o interessado de um remédio para sanar o prejuízo sofrido. É por isso que a ordem jurídica não deixa esse mal sem terapêutica” [...] “quando a sentença é nula, por uma das razões qualificadas em lei, concede-se ao interessado ação para pleitear a declaração de nulidade”. (MARTINS, 1957, apud THEODORO JUNIOR, 2008, p. 778).

Na visão do Ministro Gilmar Mendes:

o instituto da rescisória atende à efetiva realização da idéia de Justiça. Isso pode ser extraído das hipóteses de admissibilidade da rescisória descritas no art. 485 do CPC. Sem dúvida, de uma leitura “positiva” dos incisos que compõem o art. 485, depreende-se que o sistema busca, entre outros aspectos, sentenças proferidas por juízes honestos (incisos I e II), que sejam harmônicas em relação a outros pronunciamentos judiciais (inc. IV), que tenham substrato probatório consistente (VI, VII e VIII), e que respeitem a ordem legal objetiva (V), etc. Não observados tais objetivos, o sistema estabelece uma via processual de correção, nas hipóteses específicas do art. 485 do CPC (STF, RE-ED 328812, rel. Ministro Gilmar Mendes, DJ 02.05.2008).

Referida ação tem prazo e motivos determinados, haja vista prazo decadencial de dois anos e rol taxativo previsto no art. 485 do Código de Processo Civil. Assim, ultrapassado este período, sem nenhuma objeção das partes, tem-se a coisa soberanamente julgada, sendo a *res iudicata* uma sanatória geral dos vícios processuais.

Desta forma, um dos meios elencados para impugnar a coisa julgada inconstitucional seria então a ação rescisória, com base na “violação a literal disposição de lei” (art. 485, V do CPC), tendo o termo literal constante da expressão mencionada, o sentido de expresse, revelado. Assim como lei tem o sentido de norma jurídica, abrangendo, desta forma, não só as normas infraconstitucionais, mas também as normas constitucionais.

Ocorre que, parece, ainda, prevalecer o entendimento, segundo o qual somente haverá “violação a literal disposição de lei”, se somente houve “uma única interpretação predominante aceita”. Incabível, portanto, a ação rescisória, com base no inc. V, do art. 485, quando se trata de interpretação controvertida, ou seja, quando a lei tenha sido objeto de mais de uma interpretação aceitável (PEREIRA, 1997, apud DIDIER; CUNHA, 2008, p. 380).

Contudo, essa ausência de controvérsia não tem aplicação quando a norma violada for de índole constitucional, ante ao fundamento de que violar a Constituição equivale a atentar contra a base do sistema normativo. Em voto proferido, afirma o Ministro Gilmar Mendes:

Se ao Supremo Tribunal compete, precipuamente, a guarda da Constituição Federal, é certo que a sua interpretação do texto constitucional deve ser acompanhada pelos demais tribunais, em decorrência do efeito definitivo absoluto outorgado à sua decisão. Não estou afastando, obviamente o prazo das rescisórias, que deverá ser observado. Há um limite, portanto, associado à segurança jurídica. Mas não parece admissível que esta Corte aceite diminuir a eficácia de suas decisões diretamente divergentes à interpretação constitucional aqui formulada. Assim, se somente por meio do controle difuso de constitucionalidade, portanto, anos após as questões terem sido decididas pelos Tribunais ordinários, é que o Supremo Tribunal Federal veio a apreciá-las, é a ação rescisória, com fundamento em violação de literal disposição de lei, instrumento adequado para a superação de decisão divergente (STF, RE-ED 328812, rel. Ministro Gilmar Mendes, DJ 02.05.2008.)

Discorrendo acerca do julgado, Luiz Guilherme Marinoni (2008, p. 117) dele discorda posto que somente se conceberia a “violação de norma” no caso em que, observado o prazo legal, a sentença que confere à norma interpretação manifestamente inconstitucional, ou ainda, quando o juiz ordinário profere a decisão contrária àquela proferida em ação direta, súmula ou precedente vinculante do Supremo.

Segundo o Professor, ao se admitir a via rescisória para atacar a coisa julgada inconstitucional, apesar da existência da súmula 343 do STF (“Não cabe ação rescisória por ofensa a literal disposição de lei, quando a decisão rescidenda se tiver baseado em texto legal de interpretação controvertida nos tribunais.”) quando da ampliação do significado “violação literal de lei”, assim de violação de normas infraconstitucionais, inadmissíveis a teor da referida súmula para a violação de normas constitucionais, contribuiu-se para uma diferença qualitativa entre as interpretações.

Assevera que, deste modo, criou-se a teoria da “interpretação correta”, admissível apenas referentes às normas constitucionais, ao passo que as normas infraconstitucionais seriam aptas a “interpretações razoáveis”, revelando-se, assim, um *contradictio in terminis*, tendo em vista que o ato de interpretar é um só. A interpretação juridicamente correta seria, então, aquela proferida pelo Supremo Tribunal Federal, restando inaplicável a súmula supra mencionada. Desta forma, certifica o autor:

Resta ainda mais claro que não há preocupação com a negação da existência de interpretações divergentes e com o conceito de “violação literal”. Parte-se da premissa de que a decisão do Supremo Tribunal Federal é, por si só, demonstrativo suficiente de violação literal de norma constitucional. O fundamento da rescisória está na força da decisão do Supremo Tribunal Federal, pouco importando a qualidade da decisão transitada em julgado, ou seja, se havia dúvida nos tribunais sobre a (in)constitucionalidade da norma ou se a interpretação violou frontalmente a Constituição. Frisando-se a força da decisão do Supremo Tribunal Federal, elimina-se a relevância da existência de interpretações divergentes e do próprio conceito de “violação literal” (MARI-NONI, 2008, p. 99-100)

Outra forma de impugnação de vícios seria pelo instituto da *querela nullitatis*

insanabilis, ação declaratória originada no direito italiano que se difere, por dois motivos, da ação rescisória. Primeiramente, por não ter um rol estabelecido tendo em vista não ser um instituto inserido na norma processual vigente, e, em segundo, por não ser sujeita a prazo decadencial, sendo, desta forma, imprescritível.

Diverge a doutrina acerca das hipóteses em que tal instituto seria utilizado, admitindo alguns apenas nos casos de ausência ou nulidade da citação no processo em que correu à revelia do réu (MACEDO, 2005, p. 15) e outros admitindo-na nos casos de sentença inexistente, asseveram:

“o ponto distintivo entre a antiga querela ou *action nullitatis* e a ação rescisória é que aquela visa impugnar sentença inexistente – é portanto, ação declaratória de inexistência jurídica, e não de nulidade. A ação rescisória a seu turno, objetiva atingir, por meio da desconstituição da coisa julgada, a nulidade da sentença” (WAMBIER, 2007, p. 477).

Asseguram que, como a grande maioria dos doutrinadores sustenta, a citação é pressuposto processual de existência, vez que, sem ela, a relação processual não se completa, não se triangulariza: não existe, então não haveria como dizer que a falta de citação gera a nulidade. Segundo Wambier (2007, p. 287), “[...] *por que* chamar a *ação declaratória de nulidade* ressuscitando-se a antiga *querela nullitatis*, e não se mencionar que o que se declara, rigorosamente, é a inexistência jurídica?

Seria a partir daí a *querela nullitatis* um dos meios de impugnação dessas decisões? Qual o fundamento para a utilização desse instituto em oposição ao da ação rescisória?

6 CONCLUSÃO

Conclui-se, ainda, que, timidamente, a matéria empossada alhures constitui tema de grande divergência entre os doutrinadores e não poderia ser de outra forma, vez que abarca temas de extrema importância tanto na seara do direito processual quanto do direito constitucional, trazendo à baila controvérsias acerca do dogma da coisa julgada absoluta ou a possibilidade de sua relativização, ante a existência de preceitos maiores, bem como do instituto da *querella nullitatis insanabilis* não positivado no direito pátrio.

Diante disso e na esteira do exposto, surge, com a realização do trabalho de conclusão de curso, a necessidade de uma abordagem mais profunda acerca da teoria das coisa julgada inconstitucional, bem como da teoria das nulidades, em face das consequências práticas desta distinção, que são, em tudo, relevantes ante a rescindibilidade dentro do biênio subsequente à formação da coisa julgada e a possibilidade do ataque de certos vícios fora dessa limitação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Emenda Constitucional nº 3, de 17 de março de 1993. Altera dispositivos da Constituição Federal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1993.

BRASIL. Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973. Código de Processo Civil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1973.

BRASIL. Lei nº 9.868, de 10 de novembro de 1999. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1999.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário**, RE-ED 328812, rel. Ministro Gilmar Mendes, DJ 02.05.2008. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivos/informativo/documento/informativo498.htm>>. Acesso em: 30 out. 2009.

CAMPOS, Aparecida de Fátima Castro et al. **Manual de normalização de trabalhos acadêmicos**. 2 ed. Formiga: [s.n], 2008.

DIDIER JUNIOR, Fredie; CUNHA, Leonardo José Carneiro. **Curso de Direito Processual Civil: Meio de impugnação das decisões judiciais e processo nos tribunais**. Bahia: JusPodivm, 2008.

MACEDO, Alexander dos Santos. **Da Querela Nullitatis, Sua Subsistência no Direito Brasileiro**. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2005.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Coisa Julgada Inconstitucional**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

PAULO, Vicente.; ALEXANDRINO, Marcelo. **Controle de Constitucionalidade**. Niterói: Impetus, [200-]

PEREIRA, Rodolfo Viana. **Hermenêutica Filosófica e Constitucional**. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

THEODORO JUNIOR, Humberto; FARIA, Juliana Cordeiro de. A Coisa Julgada Inconstitucional e os Instrumentos Processuais para o seu controle, **Revista da AGU**, Brasília, n. 9, 2001. Disponível em: <http://www.escola.agu.gov.br/revista/Ano_II_abril_2001/0504HumbertoCoisaJulgada.pdf>. Acesso em: 25 set. 2009.

THEODORO JUNIOR, Humberto . **Curso de Direito Processual Civil:** Teoria Geral do Direito Processual Civil e Processo de Conhecimento. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. **Nulidades do processo e da sentença.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

*CIÊNCIAS DA SAÚDE***INSUFICIÊNCIA RENAL CRÔNICA UM ENFOQUE DA INSERÇÃO
FISIOTERAPÊUTICA A PARTIR DAS NECESSIDADES DOS SUJEITOS****Michel José Souza¹, Maryna Santos Vieira²****RESUMO**

O objetivo central desse artigo foi apresentar as possíveis inter-relações entre as conseqüências mais comuns no tratamento renal substitutivo (TRS) e a inserção do profissional Fisioterapeuta no centro nefrológico, com o intuito de apresentar diferentes estudos e programas relacionados à aplicabilidade da Fisioterapia no tratamento de pacientes com Insuficiência Renal Crônica (IRC). Para a concretização dessa pesquisa foi realizada uma pesquisa pela literatura especializada em que se levantou o conhecimento disponível na área, identificando as teorias produzidas, analisando e avaliando sua contribuição para auxiliar a compreender o objeto de investigação. Buscou-se compreender as principais contribuições teóricas para a realização deste trabalho, que se trata de uma revisão bibliográfica, com a pretensa de trazer os mais recentes estudos sobre a colaboração do profissional de Fisioterapia no campo nefrológico.

Palavras-chave: Insuficiência renal crônica. Tratamento renal substitutivo. Diálise renal. Diálise peritoneal. Hemodiálise.

ABSTRACT

The main objective of this article is to present the possible interrelation between the most common consequences in substitutive renal treatment (TRS) and the physiotherapist's insert in the centers of renal treatment, intending to present different studies and programs related to the applicability of physiotherapy in treatment of patients with chronical renal inadequacy (IRC). For the accomplishment of this research we looked through the specialited literature and the available knowledeed in the field was consulted, identifying the produced theories, analyzing its combination to help understand the objective of the investigation. We tried to understand the main theoretical contributions for the accomplishment of this work, thatis a bibliographical revigion, to bring the most recent studies on the physioterap's collaborati-on in the renal treatment field.

¹ Acadêmico do curso de Fisioterapia do Centro Universitário de Formiga - UNIFOR-MG

² Acadêmica do curso de Fisioterapia do Centro Universitário de Formiga - UNIFOR-MG

Keyword: Chronic renal inadequacy. Substitutive renal treatment. Renal dialysis. Peritoneal dialysis. Hemodialysis.

1 INTRODUÇÃO

A doença renal crônica constitui, atualmente, importante problema de saúde pública. No Brasil, a prevalência de pacientes mantidos em programas assistenciais destinados ao controle e tratamento de Insuficiência Renal Crônica (IRC) dobrou nos últimos anos. A doença tem como principais complicações o aumento da uréia no sangue, a qual desencadeia uma série de sinais e sintomas conhecidos como uremia ou síndrome urêmica. As causas principais da IRC podem ser: pré-renal (decorrente da isquemia renal); renal (conseqüente de doenças como as glomerulopatias, hipertensão arterial, diabetes, etc); pós-renal (virtude da obstrução do fluxo urinário) Sesso e Gordan (2007).

A IRC, caracterizada pela perda progressiva e irreversível da função renal, condiciona o paciente a realizar terapias de substituição da função renal na forma da diálise peritoneal, hemodiálise ou transplante. Por ser uma doença progressiva e silenciosa, seu diagnóstico, na maioria dos casos, só é feito na fase terminal, requerendo de imediato terapia renal substitutiva. A doença em si e o tratamento desencadeiam uma sucessão de situações conflituosas, que comprometem o cotidiano do paciente, bem como de seus componentes familiares, impondo-lhes adaptações e mudanças no estilo de vida. (RIELLA, 2003).

Na opinião de Queiroz (2008), na maioria das vezes, a pessoa numa condição de portador de alguma patologia crônica necessita compartilhar este enfrentamento com sua família ou com outras pessoas próximas, buscando ajuda e apoio, pois esta situação requer readaptação individual e familiar. É importante ressaltar, porém, que as estruturas familiares nem sempre dão conta, sozinhas, de serem sustentáculos destas situações. Elas precisam do apoio dos profissionais de saúde, bem como de suporte e colaboração de outras pessoas da sua comunidade. Nesse contexto, o presente estudo busca apresentar a importância da ajuda dos profissionais de saúde a pacientes com patologia crônica e, principalmente, aborda as possíveis contribuições advindas do campo da Fisioterapia na contribuição do tratamento de pacientes portadores de doença renal crônica (DRC).

Diante do que foi expresso, surge uma inquietação sobre o enfoque da inserção do Fisioterapeuta no campo nefrológico, no tratamento renal substitutivo, a partir das necessidades dos sujeitos, da contribuição desse profissional de saúde. “Percebe-se freqüentemente na prática, que se priorizam as ações terapêuticas medicamentosas e administrativas em detrimento das ações fisioterápicas, apesar de serem complementares, uma vez que são imprescindíveis no processo terapêutico” (QUEIROZ, 2008). Acreditando-se que as atividades fisioterapêuticas destinadas às pessoas com problemas renais crônicos, e para a população de um modo geral, não devem

ser estáticas e, sim, constantes para assegurar mudanças significativas, que levem à melhoria no atendimento das necessidades dos pacientes. É necessária uma maior reflexão crítica acerca da inter-relação entre o Fisioterapeuta e a sua contribuição para com os sujeitos portadores de patologia crônica como o caso da IRC.

Para atender os reais objetivos do estudo, optou-se pela pesquisa bibliográfica que, conforme Horn (2001), se desenvolve tentando explicar um problema, utilizando o conhecimento disponível a partir de teorias publicadas em livros e obras congêneres, onde o investigador irá levantar o conhecimento disponível na área, identificando as teorias produzidas, analisando e avaliando sua contribuição para auxiliar a compreender ou explicar o problema: objeto de investigação.

A população desta pesquisa foi constituída pela literatura específica a respeito da doença renal crônica e o campo semântico interligado à nefrologia. A amostra foi afunilada no contexto de diferentes fontes de informação de trabalhos científicos nos mais variados meios de comunicação publicações dos anos de 1996 a 2008.

Pode-se dizer, ainda, que a importância do presente estudo está fundamentada em procurar enriquecer a pouca literatura que existe e incentivar para que outros trabalhos possam ser desenvolvidos nesta área.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Dados epidemiológicos

Conforme dados do Censo da Sociedade Brasileira de Nefrologia (SBN) em janeiro 2007, o número de pacientes em diálise no Brasil era de 73.605. O aumento do número absoluto de pacientes foi de 3,9% no último ano. As taxas de prevalência e de incidência de tratamento dialítico foram de 391 e 181 pacientes por milhão da população. Cerca de 25% dos pacientes em diálise tem idade superior a 65 anos e igual proporção são diabéticos. Indicadores de qualidade de diálise mostram que há espaço para melhorias, pois, 27% tinham taxa de redução de uréia inferior a 65% na hemodiálise; 35% fósforo sérico > 5,5 mg/dl e 43% hemoglobina inferior a 11 g%. Em julho de 2006, estimou-se que 71 mil pacientes estariam no estágio 5 da DRC, 94 mil no estágio 4 e 1,8 milhões no estágio 3, correspondendo a um total de 1,96 milhões de pacientes, ou seja, 1,87% da população adulta no Brasil. Esses dados destacam a importância do censo anual para o planejamento da assistência e indicam áreas que necessitam ser melhoradas (SBN/2007).

Embora seja reconhecida a importância de se ter dados confiáveis sobre a terapia renal substitutiva (TRS), para Sesso e Gordan (2007) a coleta de dados sistematizada de pacientes em diálise tem sido um desafio para a maioria dos países. Inúmeras são as dificuldades na obtenção dessas informações, particularmente de ordem econômica, para que seja viável a manutenção de pesquisadores num sistema organizado de coleta de dados a longo prazo. O registro de coleta de dados de maior

sucesso é o norte americano (US Renal Data System), que tem produzido há mais de uma década, informações sobre o tratamento dialítico naquele país. Além deste, o registro latino americano e o australiano são exemplos de iniciativas que têm procurado fornecer dados sobre esses pacientes.

No Brasil, desde 1999, a Sociedade Brasileira de Nefrologia (SBN) tem coletado, anualmente, informações sobre pacientes em diálise, sendo as mesmas disponibilizadas no sítio eletrônico da SBN. É imperiosa a necessidade de se ter dados sobre pacientes em TRS, pois eles são fundamentais para o conhecimento da realidade do tratamento dialítico, a identificação de problemas no provimento da terapêutica que necessitam ser abordados, a melhoria da sobrevida, morbidade e qualidade de vida dos pacientes e, para, em última análise, permitir o uso mais racional dos recursos econômicos devotados a essa terapêutica de alto custo.

Para uma melhor compreensão dos dados já mencionados, procurou-se inserir algumas figuras para uma melhor visualização em que se torna claro, a importância das instituições governamentais em atentarem-se para o grande número de portadores de IRC, e criarem programas e pesquisas que possam trazer uma maior qualidade de vida aos pacientes de acordo com suas necessidades. A FIG. 1 apresenta o percentual de pacientes em diálise no Brasil por região.

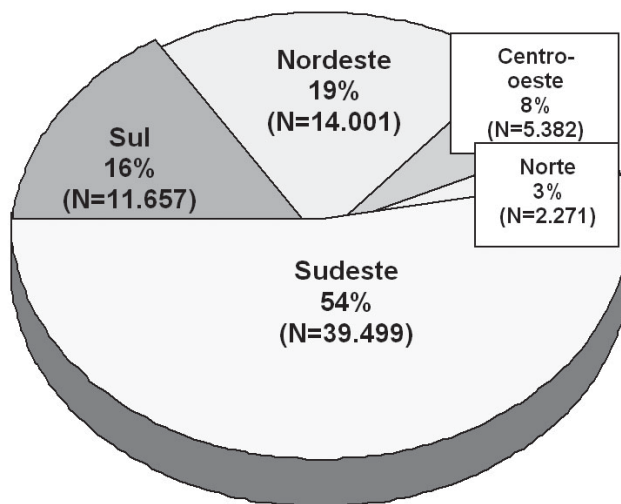


FIGURA 1: Distribuição dos Pacientes em Diálise no Brasil, por Região, 2007 (N=73.605)

Fonte: Dados fornecidos pelo Censo Anual da Associação Brasileira de Nefrologia, 2007.

A FIG. 2 apresenta o aumento significativo de pacientes em tratamento de diálise no Brasil nos últimos anos, ilustrando o quanto essa doença merece destaque pelo poder público.

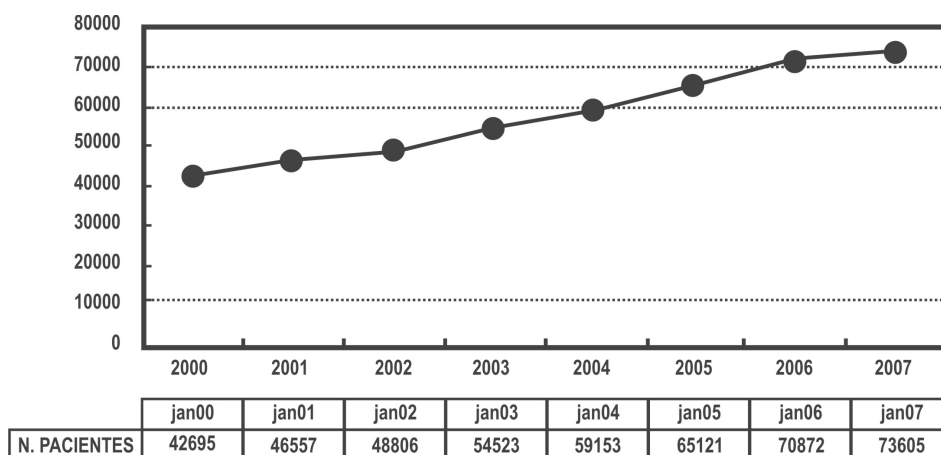


FIGURA 2: Total de pacientes em tratamento dialítico por ano, 2007.

Fonte: Dados fornecidos pelo Censo Anual da Associação Brasileira de Nefrologia, 2007.

Esses dados fornecem informações importantes, mostrando a realidade do TRS no Brasil, e auxilia no tratamento desses pacientes. Espera-se que, num futuro próximo, possam-se ampliar as informações colhidas por meio de um registro mais detalhado e sistematizado. Essa iniciativa fornecerá maiores subsídios para o contínuo aprimoramento da assistência aos pacientes com insuficiência renal crônica em estágio terminal, visando diminuir sua morbidade, aumentar a sua sobrevivência e a qualidade de vida, bem como auxiliar na utilização dos recursos financeiros de forma mais eficiente.

2.2 A Fisioterapia aplicada a pacientes com insuficiência renal crônica

Insuficiência Renal Crônica (IRC), em geral, é uma enfermidade resultante de lesões renais irreversíveis e progressivas. Apesar da ampla variedade de doenças capazes de produzir a IRC, o resultado final é essencialmente a diminuição do número de néfrons. Quando não é possível a manutenção da saúde apenas com o tratamento convencional, torna-se necessária hemodiálise que é um processo artificial que serve para filtrar todas as substâncias indesejáveis acumuladas em função da IRC através de um rim artificial (CAMARGO et al, 2007). Assim sendo, para que a hemodiálise seja bem sucedida, deve-se estabelecer uma fístula artério-venosa. Apesar dos benefícios no incremento da sobrevivência dos portadores de IRC, a substituição da função renal por uma máquina é imperfeita e sujeita ao aparecimento de complicações e alterações funcionais que prejudicam as atividades de vida diária (AVDs) desses indivíduos. Ainda de acordo com estes autores, a Fisioterapia pode atuar nos sinais e sintomas, os quais veremos a seguir, desenvolvidos a partir do tratamento hemodialítico, bem como preveni-los, assim trazendo benefícios ao paciente. Camargo et al (2007) apresentaram em seus estudos um programa de fisioterapia para

pacientes crônicos da hemodiálise. Utilizaram-se métodos: tratamento fisioterapêutico que foi realizado no setor de Fisioterapia da Santa Casa de Misericórdia de Presidente Prudente, com frequência de três vezes por semana. A demanda de indivíduos foi dada à medida que estes eram encaminhados ao setor de Fisioterapia pelo médico responsável e foi de seis pacientes no total. Ao ingressar no tratamento, o paciente foi avaliado através de uma ficha na qual coletou-se a perimetria do membro superior afetado anexada ao questionário simples de qualidade de vida desenvolvido pelos pesquisadores. Mensalmente, foi realizado o mesmo para construir a evolução terapêutica. O tratamento se constituiu, basicamente, de cinesioterapia, massagem, crioterapia, compressão pneumática, exercícios respiratórios e fortalecimento muscular. Constataram-se, na pesquisa, uma diminuição no diâmetro do membro afetado, em média, 1,0 - 1,5 cm. Verificaram-se, ainda, melhoras significativas na qualidade de vida, ou seja, os resultados demonstraram que a Fisioterapia tem efeitos significativos, pela redução e melhora das manifestações clínicas e pelo aumento da independência funcional. Portanto, é importante colocar em relevo que apesar da hemodiálise trazer a extensão da sobrevida de seus participantes, a qualidade dessa sobrevida é questionável. Muitas vezes esses indivíduos perdem a independência para a realização de simples tarefas do dia-a-dia. Por isso, a atuação fisioterapêutica é essencial à manutenção física e psíquica dos portadores de IRC com complicações decorrentes da hemodiálise.

Já o trabalho realizado por Magalhães et al (2004) teve como objetivo verificar os possíveis benefícios do tratamento fisioterapêutico a pacientes em diálise. Os pesquisadores apresentaram que os pacientes submetidos a sessões de hemodiálise podem vir a ter algumas complicações como hipotensão, câibras, dor lombar, sendo que estas se agravam pelo sedentarismo. Programas de exercícios para estes pacientes têm sido pesquisados em vários países demonstrando seus inúmeros benefícios. A pesquisa desses autores objetivou verificar os possíveis benefícios do tratamento fisioterapêutico, realizado durante as sessões de hemodiálise, nas principais queixas dos pacientes com doença renal crônica que realizam hemodiálise. Foram estudados e avaliados treze pacientes que realizam hemodiálise no NIEPEN da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). O tratamento consistiu de duas sessões semanais com exercícios de alongamento e fortalecimento. Nos resultados do estudo, três pacientes apresentaram ausência na incidência de câibras, um relatou resolução do quadro algico nos membros inferiores, cinco obtiveram uma diminuição das câibras, um apresentou melhora nas AVDs. Foi observado que todos os pacientes obtiveram ganho na força e resistência muscular. Dois pacientes não apresentaram alterações em suas principais queixas. Com os dados obtidos neste estudo, pode-se concluir que embora possam existir outros fatores que contribuam para abolir ou reduzir as principais queixas dos pacientes com DRC, o tratamento fisioterapêutico parece ter sido efetivo em relação ao objetivo proposto pelos pesquisadores. De acordo com os resultados obtidos, pode-se observar que o tratamento fisioterapêutico pare-

ce ter sido efetivo na resolução ou diminuição das principais queixas dos pacientes participantes do projeto, pois apenas dois dos treze pacientes não apresentaram nenhuma alteração após o tratamento. Moore et al. (1998) acrescentam em seu artigo que a realização das atividades fisioterapêuticas durante a hemodiálise apresenta como vantagens: aderência ao tratamento, diminuição da monotonia durante a hemodiálise, supervisão médica, entre outras. Estas vantagens também foram confirmadas nos estudos de (MAGALHÃES et al, 2004).

2.2.1 Os efeitos do treinamento da força muscular respiratória em pacientes com IRC

Marchesan et al (2008) em seu estudo, teve como objetivo analisar os efeitos de um treinamento de força muscular respiratória na capacidade funcional de pacientes com Insuficiência Renal Crônica (IRC) submetidos à hemodiálise. Avaliou 11 indivíduos, em estágio terminal, sendo 6 do grupo controle (GC) e 5 do grupo experimental (GE). A etnia de todos os participantes era branca, o gênero que predominou foi o masculino (72,7%) e as idades variaram entre 27 e 73 anos. Para avaliar a capacidade funcional - resistência aeróbica, flexibilidade, resistência muscular localizada de membros inferiores e de abdômen e pressões inspiratória e expiratória máxima ($PI_{m\acute{a}x}$ e $PE_{m\acute{a}x}$), utilizaram-se, respectivamente, os testes de: caminhada de 6 minutos, sentar e alcançar, sentar e levantar, abdominal e manovacuômetro. O treinamento de força muscular respiratória foi realizado através do manovacuômetro e constituiu-se por 20 manobras inspiratórias e 20 expiratórias. Esse treinamento foi realizado durante a hemodiálise, com a frequência de 3 vezes por semana, durante 15 semanas. Os dados foram analisados com a utilização da estatística descritiva, sendo descritas em função de sua média e desvio padrão. As diferenças entre pré e pós-teste foram estimadas através do Teste t de *Student*. Após 15 semanas de treinamento identificou-se no GE aumentos, estatisticamente significativos, nas variáveis resistência aeróbica, $PI_{m\acute{a}x}$ e $PE_{m\acute{a}x}$. A partir destes resultados, os pesquisadores concluíram que o treinamento de força muscular respiratória é indicado para pacientes com IRC, pois o mesmo contribuiu para a melhora da capacidade funcional, podendo incidir, positivamente, em sua qualidade de vida.

Sabendo das complicações que a IRC proporciona aos pacientes com o passar do tempo, torna-se indispensável que essas pessoas realizem atividades físicas, pois estas diminuem fatores de risco de morbidade e mortalidade e contribuem com a aptidão física (POWERS; HOWLEY, 2000).

Após a análise dos resultados do estudo de Marchesan et al (2008) foi possível concluir que: um programa de força muscular respiratório com manovacuômetro contribui significativamente para a melhora da capacidade funcional de pacientes com IRC submetidos à hemodiálise.

Para AZEREDO (1996), é extremamente importante relatar alguns efeitos sub-

jetivos da inserção desse treinamento nos indivíduos, efeitos esses percebidos pelos pacientes e também pelas observações diárias realizadas pelos pesquisadores. Para que se entenda melhor a complexidade dessa afirmação, é bom partir do ponto de vista em que o paciente renal crônico, muitas vezes, depende da ajuda de outras pessoas e até mesmo do rim artificial para conseguir viver, sem falar nos que, diariamente, vivem com esperança de conseguirem realizar um transplante renal. Esse fato diminui a alegria e o entusiasmo dessa população. Através do desenvolvimento das atividades físicas, muitos foram os pacientes que melhoraram o seu humor e voltaram a sentir vontade de viver, pois, a cada dia de treinamento, eles eram estimulados e percebiam que ainda são capazes de superar muitos de seus limites, essa pesquisa é um bom exemplo de que a inserção do Fisioterapeuta no tratamento de doença renal crônica é positivo e deve ser analisado em toda sua amplitude enquanto alternativa para aumentar a qualidade de vida dos portadores IRC.

A partir dos resultados encontrados por AZEREDO (1996), pode-se entender que o treinamento de força muscular respiratório resulta em uma melhora da capacidade funcional dos pacientes renais crônicos, reduzindo vários fatores de risco para a mortalidade dessa população.

2.2.2 Intervenção fisioterapêutica no paciente hipertenso

Outra doença que está relacionada à IRC é a hipertensão arterial que para Almeida, Dávila e Guerra (2007) é uma síndrome multifatorial cuja prevalência no Brasil atinge de 22% a 44% da população urbana adulta. A importância dessa doença do ponto de vista de saúde pública reside no fato de ela apresentar grande prevalência na população e conseqüências altamente lesivas. Assim, tratando-se a Fisioterapia como ciência que tem por objetivo eliminar ou minimizar as limitações físicas e sociais impostas a uma pessoa por afecção aguda ou crônica que utiliza o exercício físico como instrumento de trabalho, assume papel fundamental na recuperação de indivíduos com disfunções do sistema cardiovascular. A Fisioterapia, vista por essa ótica, pode trazer benefícios aos sujeitos com IRC, pois nas últimas décadas, o exercício físico tem sido incorporado como uma das principais terapêuticas do paciente cardiopata, associado ao tratamento medicamentoso e às modificações de hábitos alimentares e comportamentais de pacientes com DRC. Para Pássaro e Godoy (1996) a reabilitação cardíaca apresenta objetivos profiláticos e terapêuticos, visando reduzir o impacto físico e psicossocial das condições incapacitantes e limitantes que acometem o indivíduo, objetivando, assim, restaurar e aumentar a capacidade funcional, de modo que se obtenha considerável qualidade de vida e do prognóstico.

Os estudos de Ferraz, Meneghello e Arakaki (1996) apresentaram a prática regular de exercícios físicos como uma ferramenta capaz de produzir mecanismos adaptativos, que resultam no estabelecimento de uma nova situação de equilíbrio dos processos homeostáticos amenizando ou eliminando os efeitos desencadeados

pelos doenças cardiovasculares. Esses autores ainda afirmaram que nesse contexto, a Fisioterapia, como instrumento de trabalho, assume papel fundamental na recuperação de indivíduos com disfunções do sistema cardiovascular trazendo benefícios ao paciente no tratamento renal substitutivo. Contudo, para que os efeitos benéficos sejam obtidos em sua plenitude, o exercício físico deve ser executado de forma correta, e somente as prescrições mais rigorosas são consideradas efetivas. (FORJAZ, MION e NEGRÃO, 2004).

A implementação dessas mudanças, porém é lenta e, na maioria das vezes, não é mantida com continuidade necessária, e por serem medidas educativas, necessitam de continuidade. Devem ser promovidas por meio de ações individualizadas, elaboradas para atender às necessidades específicas de cada sujeito, de modo a serem mantidas ao longo do tempo (IV DIRETRIZES BRASILEIRAS DE HIPERTENSÃO ARTERIAL, 2002). Tais mudanças aliadas ao tratamento farmacológico participam não só do controle da hipertensão como também alcançam a prevenção da cardiopatia aterosclerótica. As influências do exercício físico sobre o comportamento da pressão arterial objetivando a participação como elemento isolado e coadjuvante aos outros fatores de risco (diabete, perfil lipídico), devem ser entendidas a longo prazo, dependendo do tipo de esforço empregado, da frequência, da intensidade e do modo de aplicação. (FALUDI; MASTROCOLLA; BERTOLAMI, 1996).

3 DISCUSSÃO

Com os dados obtidos neste estudo, por meio de pesquisas de diferentes autores, pode-se notar que o tratamento fisioterapêutico, realizado durante o tratamento da IRC, pode ser considerado um elemento efetivo para a redução das principais queixas dos pacientes, apesar de ser conhecido outros fatores que possam ter contribuído para estes ganhos. A inserção do Fisioterapeuta em uma equipe interdisciplinar que cuida dos pacientes com DRC em hemodiálise mostrou-se, portanto, muito importante, pois vai proporcionar benefícios na condição física e, conseqüentemente, uma melhora na qualidade de vida (Magalhães et al, 2004).

Segundo Ferraz, Meneghello e Arakaki (1996), o efeito do exercício fisioterapêutico é uma ferramenta a mais na busca constante por atender cada vez mais os pacientes crônicos dentro das suas necessidades, com relação à queda dos níveis pressóricos pós-exercício, atingindo os valores descritos na literatura. A resposta pressórica foi um dos elementos encontrados em diferentes estudos, que apresentou durante o treinamento tanto em potência absoluta quanto em potência relativa um índice menor após o treinamento físico. Diversas pesquisas suscitam que a inserção da Fisioterapia mostra-se eficiente como terapia coadjuvante na redução das respostas pressóricas e da frequência cardíaca de repouso. Portanto, isso mostra que o Fisioterapeuta pode intervir positivamente na terapêutica do paciente hipertenso que conseqüentemente terá maior resultado no tratamento renal substitutivo.

A partir dos resultados encontrados neste trabalho, Marchesan et al (2008) observou que o treinamento de força muscular respiratório resulta em uma melhora da capacidade funcional dos pacientes renais crônicos, reduzindo vários fatores de risco para a mortalidade dessa população. Inferindo-se que enquanto profissionais de saúde o Fisioterapeuta deve prestar uma assistência humanizada de acolhimento a estes pacientes, com conduta sólida, direcionando ao bem-estar dos pacientes e da sua reintegração física e psicossocial.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir que a fisioterapia é um instrumento de grande importância à pacientes com DRC, principalmente quando sua intervenção já ocorre dentro dos centros nefrológicos, melhorando significativamente a sua qualidade de vida. No entanto, a principal dificuldade inerente a este estudo foi encontrar uma sustentação teórica consistente que pudesse alicerçar o objetivo de apresentar a inserção fisioterapêutica no tratamento da IRC. Espera-se que em uma continuidade desta pesquisa bibliográfica, uma sugestão seria o desenvolvimento de outras pesquisas que correlacionassem os seus resultados. Mais especificamente, propor um estudo exploratório, em que pudesse observar de perto a inserção fisioterapêutica no tratamento da IRC, utilizando-se de diferentes instrumentos provenientes do campo da Fisioterapia e da Metodologia.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. A.; D ÁVILA, R.; GUERRA, E. M. M. Tratamento da hipertensão arterial no paciente com déficit de função renal. **Revista Brasileira de Hipertensão**, p. 288-290, 2002.

AZEREDO, C. A. C. **Fisioterapia Respiratória No Hospital Geral**. São Paulo: Manole, 1996.

CAMARGO, M. R. et al. Fisioterapia aplicada em hemodiálise crônica. In. CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 3., 2007. **Anais...** Belo Horizonte: [s.n.], 2007.

4. Censo da SBN Jan/2007. Disponível em < <http://www.sbn.org.br/>>. Acesso em 19 maio de 2008.

FALUDY, A. A.; MASTROCOLLA, L. E.; BERTOLAMI, M. C. Atuação do Exercício Físico sobre os Fatores de Risco para as Doenças Cardiovasculares. **Revista da Sociedade de Cardiologia do Estado de São Paulo**, v. 1, p. 1-5,

1996.

FERRAZ, A. S.; MENEGHELLO, R. S.; ARAKAKI, H. Reabilitação cardiovascular após infarto agudo do miocárdio. **Revista da Sociedade de Cardiologia do Estado de Paulo**, v. 2, p. 507-516, 1996.

FORJAZ, C. L.; MION, D.; NEGRÃO, C. E. A queda da pressão arterial provocada por uma única sessão de exercício é mantida por 24 horas. - **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, São Paulo: v. 2, p. 507-516, 2004.

HORN, G. **Diretrizes para produção de trabalhos monográficos**. Curitiba: FIES, 2001.

MAGALHÃES, H. G. et al. Análise da eficiência do atendimento fisioterapêutico em pacientes com doença renal crônica em hemodiálise. In. CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2., 2004, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: [s.n.], 2004.

MARCHESAN, M. et al. Efeitos do treinamento de força muscular respiratória na capacidade funcional de pacientes com insuficiência renal crônica. Artigo do **Revista Digital Buenos Aires**, v. 13, n. 119, abr. 2008.

MOORE, G. E. et al. Cardiovascular Response to Submaximal Stationary Cycling During Hemodialysis. **American Journal of Kidney Diseases**, v. 31, n. 4, p. 631-637, abr. 1998.

PÁSSARO, L. C.; GODOY, M. Reabilitação Cardiovascular na Hipertensão Arterial. **Revista da Sociedade de Cardiologia do Estado de São Paulo**, v. 1, p. 45-58, 1996.

POWERS, S. T.; HOWLEY, E. T. **Fisiologia do Exercício: Teoria e Aplicação ao condicionamento físico**. São Paulo: Manole, 2000.

QUEIROZ, M. V. O et al. Tecnologia do cuidado ao paciente renal crônico: enfoque educativo-terapêutico a partir das necessidades dos sujeitos. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, jan./mar. 2008.

RIELLA, Miguel Carlos et al. **Princípios de Nefrologia e Distúrbios hidroeletrólíticos**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

SESSO, Ricardo; GORDAN, Pedro. **Dados disponíveis sobre a doença renal crônica no Brasil.** [S.l.]: Sociedade Brasileira de Nefrologia, 2007.

SILVA, H. G.; SILVA, M. J. Motivações do paciente renal para a escolha a diálise peritoneal ambulatorial contínua. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 5, n. 1 p. 10-14, 2003. Disponível em: <<http://www.fen.ufg.br/Revista>>. Acesso em: 18 maio 2008.

IDADE MATERNA X SÍNDROME DE DOWN EM QUATRO MUNICÍPIOS DO CENTRO-OESTE MINEIRO

**Daniela da Cruz Teodoro¹, Lília Rosário Ribeiro²,
Aladir Horácio dos Santos³**

RESUMO

A Síndrome de Down é uma das alterações cromossômicas mais comuns em humanos e pode surgir como consequência de uma trissomia livre do cromossomo 21, translocação 14/21 ou mosaïcismo. Este trabalho objetivou a realização de um estudo sobre as idades maternas dos portadores da Síndrome de Down matriculados em instituições especializadas em atendimento a portadores de necessidades especiais de quatro cidades da região Centro-Oeste de Minas Gerais no ano de 2008. O trabalho mostrou uma correlação de 0,5927 entre a idade materna e o número de portadores da Síndrome de Down. Das comparações feitas com o grupo que apresentou a Síndrome de Down e o grupo controle, foi obtida uma média de idade materna de 34,4 anos para os portadores e uma média igual a 28,0 anos para o grupo controle, o que confirma a influência da idade materna avançada no surgimento da Síndrome de Down.

Palavras-chave: Idade Materna. Síndrome de Down. Trissomia.

MATERNAL AGE X DOWN'S SYNDROME IN FOUR CITIES OF "MINAS GERAIS" MIDWEST

ABSTRACT

Down's Syndrome is one of the most common chromosomal changes in humans and may arise from free trisomy of chromosome 21, translocation 14/21 or mosaicism. This work aimed at achieving a study about Down's Syndrome carriers' maternal ages enrolled in institutions specialized in caring for special needs carrier's in four towns in central-west region of Minas Gerais in the year of 2008. The study showed a correlation of 0, 5927 between maternal age and a number of Down's Syndrome carriers. Comparisons made between the group which had Down's Syndrome and the control group obtained an average maternal age of 34, 4 years old for the carriers and an average equal to 28,0 years old for the control group, which confirms the

¹ Bióloga – e-mail: danibiologa88@yahoo.com.br

² Professora Adjunta do Centro Universitário de Formiga (Unifor-MG) - e-mail: lilia@uniformg.edu.br

³ Professor Adjunto do Centro Universitário de Formiga (Unifor-MG) – UNIFOR-MG - e-mail: aladirhs@oi.com.br

influence of advanced maternal age at onset of Down's Syndrome.

Keywords: Maternal Age. Down's Syndrome. Trisomy.

1 INTRODUÇÃO

A Síndrome de Down foi descrita, pela primeira vez, por Langdon Down, em 1866, como sendo uma doença congênita multissistêmica. Ela é, geralmente, caracterizada pela combinação de retardo mental e várias malformações físicas, como prega epicântica larga, pescoço largo, curto, anomalias cardíacas, intestinais, alterações visuais, problemas nas articulações e músculos, olhos com fissura palpebral oblíqua, entre outros. (BERTHOLD *et al.*, 2004).

A Síndrome de Down apresenta uma frequência de 0,15% dos nascidos vivos. Os indivíduos portadores desta Síndrome têm uma cópia extra do cromossomo 21, causada por uma não-disjunção em um dos genitores. Alguns casos podem surgir por translocações 14/21 ou mosaïcismo. (GRIFFITHS *et al.*, 2006).

De acordo com Gusmão, Tavares e Moreira (2003), a idade reprodutiva está relacionada à origem de trissomias e a idade materna avançada, acima de 35 anos, é uma variável fortemente associada à Síndrome de Down.

O aumento da taxa da Síndrome de Down em progênes de mães cuja idade ultrapassa 35 anos é devido à soma de, no mínimo, dois componentes, um independente da idade materna, outro dependente. Erros na formação de quiasmas, pareamento de cromossomos meióticos e decréscimo da seleção dos óvulos em mulheres com idade avançada estão relacionados à Síndrome de Down. Outra possível causa seria a predisposição genética para a não-disjunção. Pesquisas apontam que determinadas famílias podem ter essa característica. (GUSMÃO; TAVARES; MOREIRA, 2003). Mães com idades entre 40 e 44 anos são responsáveis por somente 2% do total de nascimentos. Todavia, desse total, 40% das crianças nascem com a Síndrome de Down. (CASTILLA *et al.*, 1995).

Diversos relatos sobre a influência da idade materna avançada e a incidência da Síndrome de Down são existentes na literatura (LAMSON; HOOK, 1981; AYMÉ; LIPPMAN-HAND, 1982; BEIGUELMAN; KRIEGER; SILVA, 1996; GUSMÃO; TAVARES; MOREIRA, 2003; BERTHOLD *et al.*, 2004; NAKADONARI; SOARES, 2006), entretanto, dados do interior de Minas Gerais não são disponíveis.

Este trabalho teve como objetivo realizar um estudo sobre a Síndrome de Down e sua correlação com a idade materna avançada em portadores de quatro municípios da região Centro-Oeste de Minas Gerais: Lagoa da Prata, Formiga, Arcos e Piumhi.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho foi avaliado pelo Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Humanos do Unifor-MG e obedeceu a todos os preceitos éticos e legais. A amostra dos portadores da Síndrome de Down analisados neste trabalho foi constituída de 27 portadores da cidade de Formiga, 12 portadores da cidade de Arcos, 10 portadores da cidade de Piumhi e 17 portadores da cidade de Lagoa da Prata, matriculados em instituições especializadas em atendimento a portadores de necessidades especiais dos respectivos municípios, no ano de 2008, totalizando 66 portadores. Como grupo controle, tomou-se uma amostra casual de 200 indivíduos pertencentes a uma escola pública do município de Formiga - MG.

As idades maternas dos portadores foram comparadas estatisticamente com as idades maternas do grupo controle, por meio do teste t de Student, e as diferenças analisadas através do teste do qui - quadrado (χ^2), de modo a verificar se existe uma correlação direta entre a incidência da Síndrome de Down e a idade materna avançada. O nível de significância adotado para as comparações foi de 5%.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A TAB.1, mostra a distribuição das crianças com Síndrome de Down da cidade de Formiga-MG.

TABELA 1. Distribuição da Síndrome de Down de acordo com a idade materna em portadores da cidade de Formiga-MG.

| Idade Materna (anos) | Número de Portadores da Síndrome de Down |
|----------------------|--|
| 15-20 | 1 |
| 20-25 | 1 |
| 25-30 | 4 |
| 30-35 | 5 |
| 35-40 | 8 |
| 40-45 | 6 |
| 45-50 | 2 |

Os dados do GRAF. 1 mostram que o maior número de portadores com Síndrome de Down é coincidente com a idade materna entre 35 e 40 anos, concordando com os dados de Gusmão, Tavares e Moreira (2003).

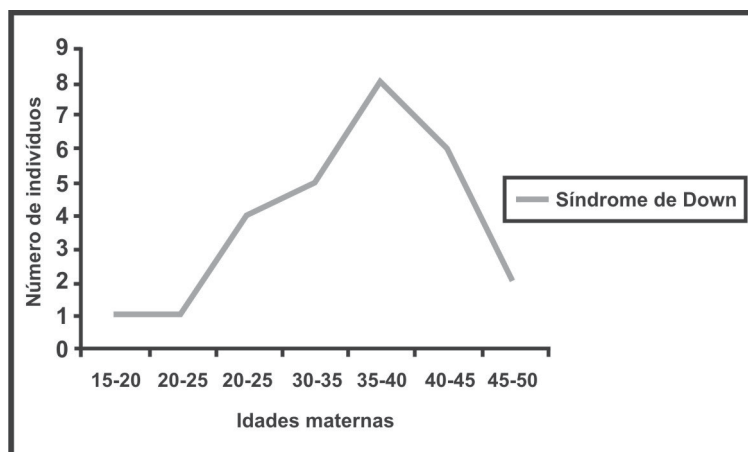


GRÁFICO 1. Distribuição da Síndrome de Down de acordo com a idade materna em portadores da cidade de Formiga-MG.

A distribuição de portadores e as referidas idades maternas da cidade de Arcos é mostrada na TAB.2. Verifica-se que houve maior número de portadores quando as idades maternas encontraram-se na faixa de 35 a 40 anos. Concordando com Moreira e Gusmão (2002), que explicam que a possibilidade da ocorrência da Síndrome de Down aumenta com a idade materna, devido ao processo de formação precoce das células germinativas femininas, que, ao longo dos anos, vão sofrendo alterações.

TABELA 2. Distribuição da Síndrome de Down de acordo com a idade materna em portadores da cidade de Arcos-MG.

| Idade Materna (anos). | Número de Portadores da Síndrome de Down |
|-----------------------|--|
| 10-15 | 1 |
| 15-20 | 0 |
| 20-25 | 2 |
| 25-30 | 1 |
| 30-35 | 1 |
| 35-40 | 6 |
| 40-45 | 1 |

O GRAF. 2 mostra a variação da idade materna e o pico de incidência da Síndrome de Down nos portadores da cidade de Arcos-MG.

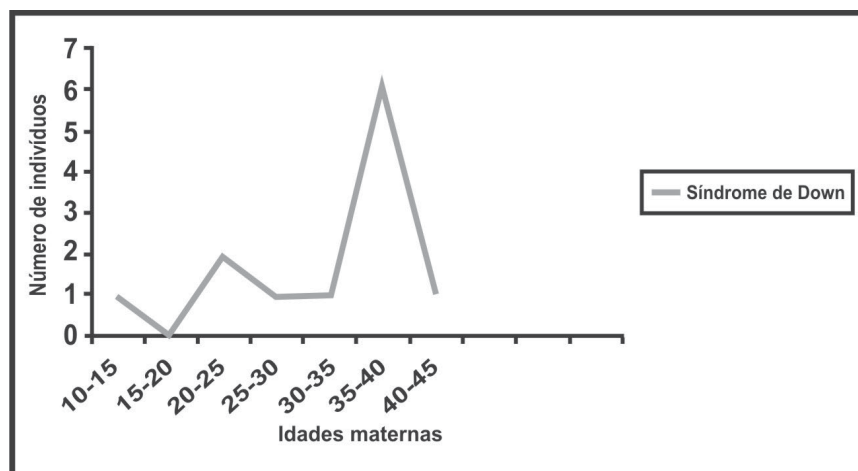


GRÁFICO 2. Distribuição da Síndrome de Down de acordo com a idade materna em portadores da cidade de Arcos-MG.

Segundo Siqueira (2006), a idade materna reflete numa capacidade de, cada vez mais, mães idosas abortarem os zigotos anormais. Assim, o aumento da idade materna estará relacionado com a redução da recombinação meiótica, de que resultará uma separação prematura das cromátides e a não-disjunção cromossômica durante a primeira divisão da meiose.

A TAB.3 apresenta a distribuição de portadores da Síndrome de Down da cidade de Piumhi e as respectivas idades maternas. O GRAF. 3 mostra que o pico de incidência da Síndrome de Down coincide com o intervalo de idade materna entre 40 e 45 anos.

TABELA 3. Distribuição da Síndrome de Down de acordo com a idade materna em portadores da cidade de Piumhi-MG.

| Idade Materna (anos). | Número de Portadores da Síndrome de Down |
|-----------------------|--|
| 15-20 | 1 |
| 20-25 | 2 |
| 25-30 | 2 |
| 30-35 | 0 |
| 35-40 | 2 |
| 40-45 | 3 |

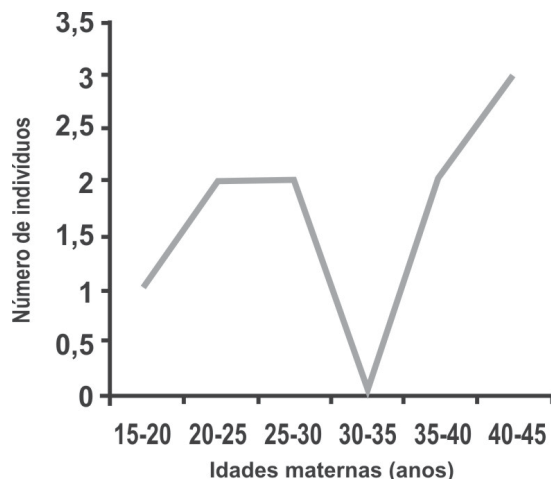


GRÁFICO 3. Distribuição da Síndrome de Down de acordo com a idade materna em portadores da cidade de Piumhi-MG.

É possível observar nesta distribuição que o número de portadores foi mais elevado quando a idade materna ultrapassou os 35 anos. Alguns estudos como os de Gusmão, Tavares e Moreira (2003) apontam que 40% dos nascidos com esse tipo de Síndrome têm mães com idade entre 40 e 44 anos.

A TAB. 4 apresenta o número de portadores de Síndrome de Down da cidade de Lagoa da Prata e as respectivas idades maternas.

TABELA 4. Distribuição da Síndrome de Down de acordo com a idade materna em portadores da cidade de Lagoa da Prata-MG.

| Idade Materna (anos). | Número de Portadores da Síndrome de Down |
|-----------------------|--|
| 15-20 | 1 |
| 20-25 | 1 |
| 25-30 | 1 |
| 30-35 | 4 |
| 35-40 | 3 |
| 40-45 | 6 |
| 45-50 | 0 |
| 50-55 | 1 |

A incidência da Síndrome de Down na cidade de Lagoa da Prata foi maior quando a idade materna situou-se no intervalo entre 40 e 45 anos (GRAF. 4).

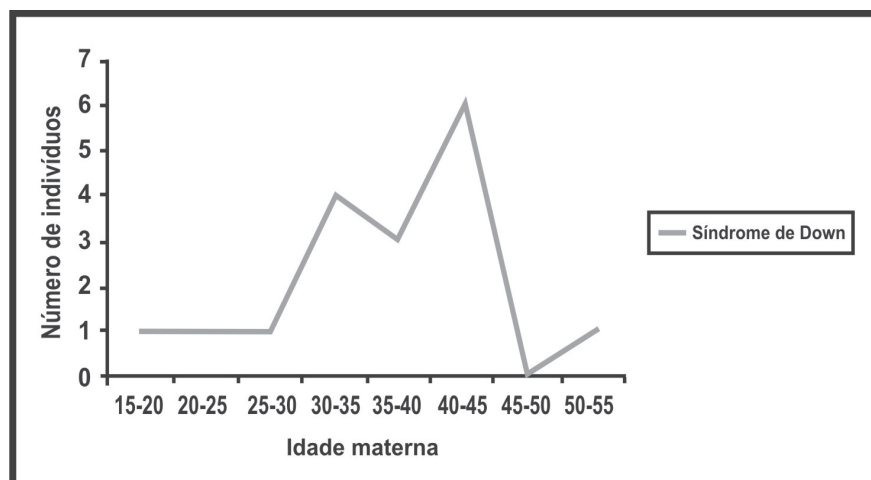


GRÁFICO 4. Distribuição da Síndrome de Down de acordo com a idade materna em portadores da cidade de Lagoa da Prata-MG:

A distribuição dos portadores da Síndrome de Down das quatro cidades da região Centro-Oeste em estudo e o grupo controle, em função da idade materna, são mostrados na TAB 5. O GRAF. 5 mostra essa distribuição. Observa-se que a idade das mães com filhos portadores da Síndrome de Down é significativamente maior do que a de mães cujos filhos não apresentam a Síndrome, conforme demonstrado pela análise não-paramétrica e pela distribuição dos dados da TAB.5 ($c^2= 52,035$; $GL= 7$; $P= 0,0001$).

TABELA 5. Distribuição geral do número de portadores da Síndrome de Down e do grupo controle de acordo com a idade materna.

| Idade Materna (anos). | Síndrome de Down. | Grupo Controle. |
|-----------------------|-------------------|-----------------|
| 10-15 | 2 | 0 |
| 15-20 | 5 | 9 |
| 20-25 | 9 | 17 |
| 25-30 | 12 | 36 |
| 30-35 | 17 | 28 |
| 35-40 | 27 | 9 |
| 40-45 | 22 | 1 |
| 45-50 | 6 | 1 |
| Média | 34,4 | 28,0 |
| Desvio Padrão | 8,3 | 5,7 |

$c^2= 52,035$; $GL= 7$; $P= 0,0001$

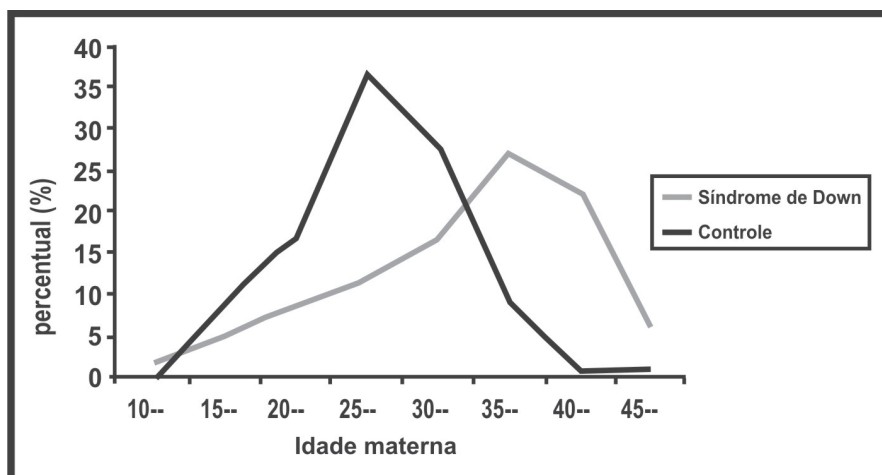


GRÁFICO 5. Distribuição percentual dos portadores da Síndrome de Down e do grupo controle de acordo com a idade materna.

Os resultados obtidos nesse trabalho mostram que as idades maternas dos portadores é significativamente superior ($t= 8,98$; $p=0,0001$) às do grupo controle. A maior distribuição percentual de portadores da Síndrome de Down é revelada no pico de idade materna entre 35 a 45 anos. A média das idades maternas dos portadores foi de 34,4 anos, com desvio padrão de 8,3. Já a média do grupo controle foi de 28,0 anos, com desvio padrão de 5,7.

Por meio de uma correlação feita entre o total de portadores da Síndrome de Down e as idades maternas dos mesmos, existe um índice de valor = 0,5927 entre a idade materna e a Síndrome.

4 CONCLUSÃO

Os resultados obtidos neste trabalho revelam que a incidência da Síndrome de Down nas quatro cidades (Formiga, Arcos, Piumhi e Lagoa da Prata) do Centro-Oeste mineiro foi aumentada quando a idade materna esteve entre 35 e 45 anos, reafirmando assim, os estudos apresentados até o momento, que indicam uma correlação direta entre a incidência da Síndrome de Down e a idade materna avançada.

REFERÊNCIAS

AYMÉ, S.; LIPPMAN-HAND, A. Maternal-age effect in aneuploidy: Does altered embryonic selection play a role? **American Journal of Human Genetics**, v. 34, p. 558-565, 1982

BEIGUELMAN, B.; KRIEGER, H.; SILVA, L. M. Maternal age and Down syndrome in Southeastern Brazil. **Brazilian Journal of Genetics**, v. 19, n. 4, p. 637-640, 1996.

BERTHOLD, T.B. et al. Síndrome de Down: Aspectos Gerais e Odontológicos. **Ciência Médica Biológica**, Salvador, v. 3, n. 2, p. 252-260, jul./dez. 2004.

CASTILLA et al. **Atlas de lãs malformações congênitas em Sudamérica**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.

GUSMAO, F. A. F.; TAVARES, E. J. M.; MOREIRA, L. M. A. Idade materna e síndrome de Down no Nordeste do Brasil. **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010211X2003000400020&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 04 maio 2008.

GRIFFTHS, A. J. F. *et al.* **Introdução à Genética**. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

LAMSON, S. H. ; HOOK, E. B. Comparison of mathematical models for the maternal age dependence of Down's syndrome rates. **Human Genetics**, v. 59, n. 3, dec. 1981.

MOREIRA, L. M. A.; GUSMAO, F. A. F. Aspectos genéticos e sociais da sexualidade em pessoas com síndrome de Down. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v. 24, n. 2, 2002 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S15164462002000200011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 jun 2008.

NAKADONARI E. K.; SOARES A. A. Síndrome de Down: considerações gerais sobre a influência da idade materna avançada. **Arquivo do Mudi**, v. 10, n. 2, p. 5-9, 2006.

SIQUEIRA, V. Síndrome de Down: translocação robertsoniana. **Saúde & Ambiente em Revista**, Duque de Caxias, v.1, n.1, p.23-29, jan./jun. 2006.



PREVENÇÃO E TRATAMENTO DE ÚLCERA DE PRESSÃO

Laura de Lourdes Ribeiro Campos¹; Vilma Elenice Contatto Rossi²

RESUMO

São chamadas úlceras de pressão aquelas decorrentes de isquemia tecidual provocada pela alteração do reflexo de dor em pacientes com lesão medular, pacientes debilitados, idosos ou cronicamente doentes. No Brasil, poucos estudos vêm sendo realizados a respeito das úlceras de pressão e seu tratamento. É consensual que as úlceras de pressão constituem um problema sério, causando uma mortalidade e mobilidade significativas. Os principais fatores de risco incluem a imobilidade e a desnutrição como determinantes no aparecimento de úlceras de pressão. Os materiais de redução e alívio da pressão podem contribuir extensivamente para a prevenção destas situações. Neste artigo, baseado em um trabalho monográfico anterior, é feita uma análise dos cuidados disponíveis aos doentes com úlceras de pressão e das evidências que suportam a melhor prática. Serão focados alguns aspectos essenciais e comuns a todas as úlceras de pressão, de modo a facilitar a caracterização da população de risco e a definição de estratégias de prevenção e tratamento efetivos.

Palavras-chaves: Úlcera. de pressão. Prevenção. Tratamento

PREVENTION AND TREATMENT OF PRESSURE ULCERS

ABSTRACT

Pressure ulcers are those originated from ischemia in the tissue and they are linked to pain alteration within medullar ill, weak, aged or chronically sick patients. There are few studies being carried out in Brazil about pressure ulcers and their treatment. Pressure ulcers are accepted as a serious condition with a high mortality and immobility rate. Immobility and malnutrition are responsible in the development of pressure ulcers. As to reduce and relieve the pressure, some components may significantly contribute to hinder the tension. Quoting an essay, this article reviews some treatments available for patients with pressure ulcers and which ones are more appropriate according to evidence. Some fundamental and common aspects of ulcers are analyzed in order to easily spot a risk group and to find preventive strategies and effective treatments.

¹ Enfermeira, aluna do Curso de Especialização em "Saúde da Família", Fundação de Ensino Superior de Passos – Universidade do Estado de Minas Gerais.

² Enfermeira, Doutora em Enfermagem. Docente no Curso de Especialização em "Saúde da Família", Fundação de Ensino Superior de Passos – Universidade do Estado de Minas Gerais.

Keyword: Pressure ulcer. Prevention. Treatment.

1 INTRODUÇÃO

Bryant (1992) define úlcera de pressão como áreas localizadas de necrose tissular que tendem a se desenvolver quando o tecido mole é comprimido entre a prominência óssea e uma superfície externa por um longo período de tempo. Para Costa et al (2005), as úlceras de pressão correspondem a focos localizados de necrose celular, decorrentes de isquemia tecidual, provocados pela alteração do reflexo de dor em pacientes com lesão medular, pacientes debilitados, idosos ou cronicamente doentes, sendo mais comuns em áreas onde há comprometimento da circulação secundária a compressão.

Diante da grande relevância social e econômica da enfermidade, suas dificuldades de tratamento e o grande número de ocorrências em todo o mundo, é fundamental que exista uma mobilização de esforços científicos e de toda a equipe de saúde na busca de melhorias na prevenção e tratamentos mais eficientes, sendo assim altamente justificável e relevante o desenvolvimento de estudos sobre o tema, buscando contribuir cientificamente para a sistematização da assistência de enfermagem, melhorar a qualidade dos serviços prestados e contribuir para o conhecimento sobre a prevenção e tratamento das úlceras de pressão. Porém, o sucesso do controle das úlceras de pressão exige a elaboração e implementação de um programa abrangente, direcionado por uma equipe multiprofissional, que busque oferecer diretrizes para identificar pacientes sob risco e minimizar os fatores de risco.

Neste contexto, o Programa de Saúde da Família (PSF) surge como uma importante alternativa de atendimento a essa clientela domiciliar, já que foi concebido como uma estratégia de organização dos serviços de saúde que considera o espaço domicílio/comunidade como o espaço estratégico para sua atuação, priorizando ações de vigilância à saúde.

Desta forma, o problema que norteou o presente estudo consistiu no questionamento de como são realizadas as ações de prevenção e tratamento das úlceras de pressão pelas equipes dos PSFs Alvorada e Rosário I e II, localizadas no município de Formiga, região Centro Oeste Mineira, objetivando identificar, analisar e avaliar as práticas das equipes desses PSFs em relação à prevenção e tratamento das úlceras de pressão, verificando se existem falhas nas práticas de prevenção e tratamento das úlceras de pressão nos mesmos.

2 PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA – PSF

A estratégia do PSF propõe uma nova dinâmica para a estruturação dos serviços de saúde, bem como para a sua relação com a comunidade e entre os diversos níveis e complexidade assistencial. Assume o compromisso de prestar assistência

universal, integral, equânime, contínua e, acima de tudo, resolutive à população, na unidade de saúde e no domicílio, sempre de acordo com as suas reais necessidades – além disso, identifica os fatores de risco aos quais ela está exposta, neles intervindo de forma apropriada (SECRETARIA DE POLÍTICAS DE SAÚDE, 2000).

Tradicionalmente, ao se sentirem doentes, as pessoas procuravam o serviço de saúde, cuja prioridade era curar/combater as doenças. O PSF faz o caminho inverso: vai até onde vivem as pessoas embora elas também continuem indo aos serviços de saúde.

Em resumo, o PSF representa a mais importante mudança estrutural já realizada no âmbito da saúde no Brasil. Prioriza as ações de promoção, proteção e recuperação da saúde dos indivíduos de forma integral e contínua em sintonia com os princípios do SUS. Visa a universalidade, equidade da atenção e da integralidade das ações e participação social, voltada permanentemente para a saúde e a qualidade de vida do cidadão (BRASIL, 1997). Estabelece uma nova relação de confiança nas ações de saúde por parte dos que são atendidos e de respeito entre os profissionais da saúde e a comunidade, facilitando a identificação e o atendimento às necessidades de saúde da população. A criação deste vínculo é de fundamental importância na estruturação dos serviços e no padrão de assistência à saúde da população pelo sistema público.

Os objetivos do PSF são ampliar o acesso da população ao sistema de saúde, aumentar a cobertura assistencial e promover a equidade na atenção à saúde através da discriminação positiva da clientela: melhorar a qualidade da atenção à saúde (BRASIL, 1997).

O modelo da Saúde da Família deve ser direcionado para a atenção primária à saúde, com seus devidos referenciamentos, mas sem abrir mão, quando necessário, da utilização de tecnologias de última geração.

2.1 Úlcera de pressão

As alterações da integridade da pele comumente resultam em lesões denominadas úlceras de pressão (UP), escaras ou úlceras de decúbito e têm sido relatadas como sendo objeto de preocupação da enfermagem desde o seu início com Florence Nightingale, porém, o problema continua sendo bastante comum em pacientes cuidados nos hospitais e domicílios. Hoje, sabe-se que algumas lesões são decorrentes de fatores inerentes à doença e ao estado do paciente de alto risco. No entanto, a maior parte do problema pode ser evitada por meio do uso de materiais e equipamentos adequados para alívio da pressão, cuidados adequados com a pele e considerações com os aspectos nutricionais.

De acordo com Potter (2004), a presença da úlcera de pressão tem sido considerada como um indicador de qualidade dos serviços de saúde. Na América do Norte e Europa, esforços têm sido feitos para o estabelecimento de diretrizes que norteie-

em a prática visando à redução do problema. Segundo Silva (1998), a úlcera de pressão é uma preocupação antiga dos profissionais que prestam assistência a pacientes acamados, sendo sua prevenção e tratamento um desafio para a equipe de enfermagem por ser esta quem mantém um maior contato com o paciente. Vários estudos foram realizados na perspectiva de melhor entender a origem e desenvolvimento da úlcera de pressão. Ainda de acordo com o autor, é “uma lesão localizada na pele provocada pela interrupção do fornecimento de sangue para a área, geralmente provocada por pressão, cisalhamento ou fricção ou uma combinação dos três”.

Na literatura estudada, observou-se que os autores, às vezes, utilizam de modo indistinto os termos úlcera de pressão, úlcera de compressão, úlcera de decúbito e escara de decúbito para se referirem a esse fenômeno. Braden e Bergstrom (1987), no entanto, esclarecem que o termo úlcera de decúbito refere-se às lesões profundas sobre as proeminências ósseas devido ao confinamento prolongado na cama, e que o termo úlcera de pressão é definido como uma lesão em qualquer superfície da pele que ocorre como resultado de pressão.

A prevenção da úlcera de pressão é relevante, tanto para o paciente quanto para o hospital, no que se refere a custos. Várias pesquisas foram realizadas para comparar o valor de sua prevenção e da cura. Poletti (2000) comprovou que um paciente acometido por úlcera de pressão permanece em média 180 dias no hospital, gerando uma perda de 250.000 libras esterlinas por ano para os cofres públicos no tratamento desses pacientes. Sabe-se também que muitos pacientes deixam de ser internados devido à ocupação dos leitos, concluindo-se então que a prevenção exige um investimento econômico menor do que a cura. Segundo Bergstrom et al (1994), existe dificuldade em estimar o custo do tratamento das úlceras de pressão pelo fato de muitas vezes elas não serem registradas por não ser o diagnóstico primário do paciente, mesmo que comumente determine maior morbidade. Este fato dificulta a identificação de todos os casos e, portanto, o cálculo acurado do custo.

2.1.1 Classificação das úlceras de pressão

Segundo Silva (1998), os sistemas de classificação de úlceras de pressão foram desenvolvidos para fornecer aos profissionais da saúde um método uniforme e objetivo para avaliação e descrição das manifestações clínicas das mesmas. Young (1997) afirma que um sistema de classificação é útil para planejar os cuidados que serão prestados ao paciente, mas que estes são limitados, uma vez que são aplicados de acordo com “a descrição visual, não representando de forma exata a extensão das lesões nos tecidos.”

A maioria dos sistemas para classificação das úlceras de pressão observados na literatura pesquisada avalia a úlcera de acordo com sua manifestação clínica, isto é, profundidade e/ou severidade, indo de eritema à diminuição de toda a parte mais espessa da pele, com extensiva destruição, necrose de tecido, ou dano ao músculo,

osso ou estruturas de suporte.

De modo geral, esses sistemas de classificação utilizam os critérios estabelecidos pelo National Pressure Ulcer Advisory Panel – NPUAP, entidade Norte-Americana que discrimina quatro estágios na evolução da úlcera de pressão (BRYANT, 1992). No estágio I, observam-se a epiderme e a derme lesadas, mas não destruídas, com áreas de eritema bem determinado, de cor “vermelha escura ou púrpura”. Segundo Young (1997), “o eritema pode ser descrito como pálido ou não pálido”, sendo o pálido aquele que empalidece ao toque, mas retorna a vermelho após a retirada da pressão. A autora afirma ainda que isto acontece devido à “oclusão capilar e o preenchimento, indicando portanto uma micro circulação intacta.” O não pálido é aquele que permanece vermelho quando pressionado, indicando que houve “uma lesão de pressão irreversível na micro circulação”. O paciente com sensação normal reclamará de dor na área.

No estágio II, a epiderme e derme estão rompidas, podendo envolver o tecido subcutâneo. A pele encontra-se hiperemiada, com presença de bolhas, semelhantes à queimadura, que podem ou não estar rompidas. A pele circunvizinha está vermelha ou escurecida. A úlcera é dolorosa porque os terminais nervosos da camada dermal estão expostos. Neste estágio, a cicatrização pode ocorrer com terapia local e intervenção para excluir o fator causal.

No estágio III, a derme e epiderme estão destruídas e o tecido subcutâneo é atingido, podendo haver presença de drenagem de exsudato, cratera pouco profunda, pontos de necrose e desenvolver infecção. Neste estágio, as úlceras poderão cicatrizar por si mesmas, porém o fechamento espontâneo pode levar meses e resultar em uma cicatriz instável, predisposta à repetição. Por este motivo, frequentemente é preferível o fechamento cirúrgico, exceto se houver contra-indicação.

O estágio IV representa destruição profunda dos tecidos. A úlcera encontra-se extensa, com penetração no tecido subcutâneo atingindo fáscias e podendo envolver tecido muscular e o osso subjacente, com tecido necrótico, comprometimento infeccioso e drenagem. O risco para complicações, tais como septicemia, osteomielite é muito alto. (BRYANT, 1992; DECLAIR, 1994)

Segundo Young (1997), para aplicar esta classificação com segurança, o enfermeiro deve saber identificar a epiderme, a derme, o tecido subcutâneo e diferenciar o tecido granulado, músculo, tendões e ossos.

Para Potter (2004), um dos meios mais precoces para classificar as úlceras de pressão é por meio de um sistema de graduação ou estagiamento. O sistema de estagiamento para as úlceras de pressão baseia-se na descrição da profundidade do tecido destruído. Uma úlcera coberta por tecido necrótico, como a escara, não pode ser estagiada, até que seja debridada e possa ser observada a profundidade do tecido destruído. Aparelhos ortopédicos e talas podem dificultar a avaliação.

2.1.2 Fatores de risco para desenvolvimento de úlceras de pressão

Segundo Potter (2004), diversos fatores podem ser responsáveis pelo desenvolvimento da úlcera de pressão, comumente, uma combinação de falta de mobilidade, falta de cognição/motivação para movimentar-se e fatores relacionados à nutrição e à presença de incontinência. Em particular, indivíduos com lesões da medula espinhal, diabetes mellitus, cirurgia para prótese de quadril, fraturas femorais, pacientes em Unidade de Terapia Intensiva com baixa perfusão e idosos com múltiplas doenças encontram-se submetidos ao risco. Os locais de desenvolvimento das feridas estão localizados nos tecidos subjacentes entre as proeminências ósseas e as superfícies de apoio, desenvolvendo dessa forma uma ferida que pode ser redonda ou elíptica.

Embora muitos indivíduos tendam a supervalorizar o aspecto de risco “pressão” para o desenvolvimento de úlcera, a pressão isolada não causa ulceração; o dano tissular resulta tanto do tempo como da pressão. Um gráfico da combinação dos dois fatores produz uma curva hiperbólica, mostrando que o produto da pressão e do tempo é uma constante (DECLAIR, 1994).

Portanto, uma programação de mudanças de decúbito deve ser individualizada, levando-se em conta todos os fatores relevantes para cada indivíduo: falta de deslocamento do peso, falta dos tecidos moles sobre as proeminências ósseas, desnutrição, umidade excessiva, forças de atrito, posição prolongadamente reclinada tanto na cama como na cadeira, atrito da pele sobre o sacro, deslocamento do paciente sobre os lençóis, incontinência e uso de colchões impermeáveis.

As áreas de risco que necessitam atenção especial incluem trocânteres maiores, sacro, occipício, epicôndilos do cotovelo em uma pessoa deitada no leito, o sacro em uma pessoa reclinada tanto no leito como em cadeiras e as tuberosidades isquiais em uma pessoa sentada com o tronco ereto. O occipício é facilmente negligenciado em um indivíduo com lesão neurológica. Muito frequentemente a necrose da pele sobre a região occipital não é detectada a tempo de evitar lesão em indivíduo cuja cabeça não é reposicionada devido ao risco de lesão na medula. Para qualquer pessoa com limitações de mobilidade, deve-se proteger o calcanhar com travessieiros, calhas, ou levantador de calcanhar. Entretanto, podem se desenvolver úlceras de pressão em várias outras localizações com proeminência óssea, inclusive a face, processos vertebrais, costelas, escápula, processos acromiais, ao longo das cristas ilíacas, espinha ilíaca pósterio-superior, espinha ilíaca ântero-superior, superfícies anteriores, lateral e medial do joelho, margem anterior da tíbia, maléolos, primeiro e quinto metatarsianos e artelhos (POTTER, 2004).

Para Silva (1998), as áreas de riscos e outras características dos pacientes podem variar de acordo com as condições patológicas. Pode-se supor que um grupo que se mantém basicamente sentado, em um lugar deitado, deve apresentar menos úlceras no calcanhar e mais úlceras isquiais, e o outro grupo de pacientes incapazes

de virar suas cabeças estará submetido a um risco maior de úlceras occipitais. Portanto, o profissional deve estar atento às áreas de risco e às circunstâncias de cada paciente, pois o conhecimento dos fatores de risco permite ao profissional e àqueles que cuidam dos pacientes, reduzirem o desenvolvimento de úlceras de pressão.

A fisioterapia pode ser prescrita para melhorar a mobilidade e instruir o paciente quanto ao uso de dispositivos de auxílio e adaptação. Superfícies de apoio especiais e ortoses podem ser prescritas. Além disso, podem ser encaminhados para avaliações e tratamento, os pacientes que apresentam incontinência, tanto urinária quanto intestinal (POTTER, 2004).

3 METODOLOGIA

Estudo descritivo exploratório, com análise quantitativa dos dados que foram coletados a partir de um questionário. O estudo foi desenvolvido nos Programas de Saúde da Família (PSFs) Alvorada e Rosário I e II, localizados na cidade de Formiga –MG.

O processo da coleta de dados ocorreu através de um questionário e de observações realizadas no meio ambiente, no período de Agosto a Setembro de 2006.

Os dados coletados foram analisados a partir da interpretação das informações coletadas no cotidiano organizacional e do confronto das mesmas com as teorias levantadas na revisão bibliográfica.

As informações obtidas receberam um tratamento descritivo, e foram tabuladas para permitir uma melhor visualização e agrupamento das respostas obtidas.

O questionário foi aplicado a 30 participantes, sendo 04 técnicos de enfermagem, 03 enfermeiros, 02 médicos e 21 Agentes Comunitários de Saúde (ACS).

Foi apresentado aos participantes um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, explicando sobre os objetivos do estudo, garantia de sigilo e anonimato das informações, assegurando a livre participação no mesmo, de acordo com a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 1996).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O questionário foi aplicado às Equipes dos PSFs Alvorada e Rosário I e II, somando um total de 30 profissionais, sendo 03 Enfermeiros, 04 Técnicos de Enfermagem, 02 Médicos e 21 Agentes Comunitários de Saúde (ACS).

Percebe-se que 57,66% dos profissionais das equipes dos PSFs estudados têm entre 20 e 30 anos de idade. Quanto ao grau de escolaridade, 70% possuem segundo grau completo e estão no programa em um período de 1 a 6 anos, onde se destaca uma prevalência de 95,23% dos ACSs trabalhando neste período.

Com o objetivo de analisar as práticas para a Prevenção e Tratamento das Úlceras de Pressão descritas por estas equipes, foram incluídas no questionário al-

gumas questões referentes ao assunto.

TABELA 01- Distribuição dos profissionais das equipes dos PSFs quanto a prática de prevenção e tratamento da UP, segundo a avaliação de risco do cliente. Formiga –MG,2006

| Questões | Enfermeiros | Técnicos de Enfermagem | Médico | ACS | Total |
|---|-------------|------------------------|--------|-----|-------|
| | % | % | % | % | % |
| Durante as visitas domiciliares aos clientes acamados ou cadeirantes, é realizada uma avaliação quanto ao risco para desenvolvimento da Úlcera de Pressão? | | | | | |
| Sempre | 33,49 | 60 | 100 | 15 | 30 |
| Às vezes | 66,51 | 20 | — | 80 | 63,33 |
| Não | — | 20 | — | 5 | 6,67 |
| Existe uma reavaliação periódica dos clientes que apresentam Úlcera de Pressão ou risco para desenvolvê-la? | | | | | |
| Sempre | 33,49 | 40 | 50 | 60 | 53,34 |
| Às vezes | 66,51 | 40 | — | 25 | 30 |
| Não | — | 20 | 50 | 15 | 16,66 |
| Nas visitas domiciliares aos portadores de Úlcera de Pressão, são passadas informações aos cuidadores ou familiares quanto aos cuidados em relação à prevenção e o tratamento da ulcera de pressão? | | | | | |
| Sim | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| Não | — | — | — | — | — |
| Em seu PSF existe um protocolo para prevenção e tratamento da Úlcera de Pressão? | | | | | |
| Sim | — | — | — | — | — |
| Não | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |

Fonte: Dados da pesquisa, 2006.

Verifica-se que, durante as visitas domiciliares aos clientes acamados ou cadeirantes, 63,33% dos profissionais pesquisados responderam que às vezes é realizada uma avaliação quanto ao risco de desenvolvimento da úlcera de pressão, sendo que 100% dos médicos questionados contradizem dizendo que esta avaliação é realizada sempre.

Braden e Bergstrom (1987) desenvolveram um modelo conceitual relacionado a fatores de risco para o desenvolvimento da úlcera de pressão, classificando

aqueles focalizados na pressão: a mobilidade, a atividade e a percepção sensorial diminuídas. Focalizaram também os fatores relacionados à tolerância tissular classificando-os em: extrínsecos (umidade, fricção e cisalhamento) e intrínsecos (nutrição, idade, pressão arteriolar e outros fatores hipotéticos como: edema, stress emocional, fumo e temperatura). A partir deste esquema conceitual, construíram uma escala para produzir o risco do paciente para desenvolver a úlcera de pressão. Os fatores incluídos na escala foram: percepção sensorial, nível de atividade, nível de mobilidade, padrão de nutrição, presença de forças de fricção e cisalhamento. A escala de Braden foi validada na língua portuguesa por Paranhos e Santos (1999).

Observa-se que 53,34% dos profissionais estudados relatam que sempre há uma reavaliação dos clientes portadores de UP, sendo que 66,51% dos enfermeiros e 40% dos técnicos de enfermagem afirmam realizar esse procedimento às vezes.

Como as condições de saúde se modificam, torna-se necessária uma reavaliação periódica dos pacientes e a documentação no prontuário, tanto da coleta dos dados quanto das medidas preventivas realizadas (BERGSTROM et al, 1992).

Quanto aos cuidados em relação à prevenção e ao tratamento da úlcera de pressão 100% das equipes relataram passar informações aos cuidadores e familiares.

Segundo informações das equipes, em nenhum dos PSFs existe um protocolo para prevenção e tratamento da úlcera de pressão.

Hess (2002) relata que, para prevenir as úlceras de pressão e viabilizar desfechos positivos, uma equipe multiprofissional deve elaborar e implementar um programa abrangente que identifique pacientes sob risco e minimizar esses fatores. A partir dessas diretrizes, podem ser estabelecidos os planos de cuidado.

TABELA 02-Distribuição dos profissionais das equipes dos PSFs quanto a prática de orientação dos familiares e cuidadores sobre a prevenção e tratamento da UP, segundo cuidados da pele e tratamento inicial . Formiga – MG,2006

| Orientações Fornecidas: | Enfermeiros | Técnicos de Enfermagem | Médico | ACS | Total |
|--|--------------------|-------------------------------|---------------|------------|--------------|
| | % | % | % | % | % |
| Utiliza algum produto para hidratação da pele? | | | | | |
| Sim | 100 | 100 | 100 | 95 | 96,66 |
| Não | — | — | — | 5 | 3,34 |
| Realiza massagens nas regiões de proeminências ósseas? | | | | | |
| Sim | 33,49 | 60 | 50 | 20 | 30 |
| Não | 66,51 | 40 | 50 | 80 | 70 |

| Orientações Fornecidas: | Enfermeiros | Técnicos de Enfermagem | Médico | ACS | Total |
|--|--------------------|-------------------------------|---------------|------------|--------------|
| | % | % | % | % | % |
| Utiliza algum produto ou mecanismo de proteção contra umidade em clientes incontinentes? | | | | | |
| Sim | 66,51 | 100 | 50 | 90 | 86,67 |
| Não | 33,49 | — | 50 | 10 | 13,33 |
| Utiliza algum colchão redutor da pressão? | | | | | |
| Sim | 100 | 80 | 100 | 75 | 80 |
| Não | — | 20 | — | 25 | 20 |
| Utiliza algum tipo de almofada para posicionar o cliente? | | | | | |
| Sim | 100 | 100 | 100 | 85 | 90 |
| Não | — | — | — | 15 | 10 |

Fonte: Dados da pesquisa, 2006

Com relação às orientações repassadas aos familiares quanto à prevenção e tratamento das UP, 96,66% dos profissionais afirmaram orientar os familiares a utilizarem algum produto para hidratação da pele.

Silva (1998) salienta que, quanto ao cuidado da pele e tratamento inicial, as recomendações destacam que a pele deve ser mantida limpa, livre de umidade com auxílio de fraldas descartáveis, formas impermeáveis à perspiração, ou com uso de cremes ou óleos que façam uma barreira à umidade. Também a pele deve ser mantida sem ressecamentos. As forças de fricção e cisalhamento devem ser minimizadas evitando-se arrastar o paciente durante as transferências no leito ou na cadeira ou ainda nas mudanças de decúbito.

Quanto à realização de massagens nas regiões de proeminências ósseas, 30% indicam este procedimento aos familiares, sendo constatada maior incidência entre os técnicos de enfermagem e os médicos, com 60% e 50% respectivamente.

Verifica-se que 86,67% dos profissionais relataram orientar os familiares quanto à utilização de algum produto ou mecanismo de proteção contra umidade em clientes incontinentes, destacando-se a atuação dos técnicos de enfermagem e ACS, com 100% e 90% respectivamente. Porém, 33,49% dos enfermeiros e 50% dos médicos afirmam não repassar essas orientações aos familiares.

Quanto à utilização de algum colchão redutor de pressão, 80% dos profissionais disseram orientar os familiares sobre o uso e 90% afirmaram também orientar sobre a utilização de algum tipo de almofada para posicionar o cliente. Para evitar

lesão causada pelo contato das proeminências ósseas umas com as outras, travesseiros, cunha de espuma ou outros dispositivos devem ser utilizados para manter os joelhos e os tornozelos separados.

Para Potter (2004), qualquer pessoa com mobilidade comprometida, que esteja restrita ao leito, deve ter um dispositivo que alivie totalmente a pressão sobre os calcanhares, usualmente deixando-os fora do leito. Isto pode ser feito simplesmente colocando-se travesseiros sob as pernas ou pode incluir dispositivos mais complexos, como as botas Multipodus.

TABELA 03- Distribuição dos profissionais das equipes dos PSFs quanto ao registro no prontuário do cliente e tomada de decisões sobre a prevenção e tratamento da UP. Formiga – MG, 2006.

| Questões | Enfermeiros | Técnicos de Enfermagem | Médicos | ACS | Total |
|---|-------------|------------------------|---------|-----|-------|
| Após a visita domiciliar ao portador de Úlcera de Pressão é realizado algum registro quanto à evolução clínica de seu quadro no prontuário que fica arquivado no PSF? | % | % | % | % | % |
| Sempre | 66,51 | — | 100 | 35 | 36,68 |
| Às vezes | — | 40 | — | 45 | 36,66 |
| Não | 33,49 | 60 | — | 20 | 26,66 |
| Os curativos nos clientes portadores de Úlcera de Pressão são realizados por: | | | | | |
| A) Auxiliares/Técnicos de Enfermagem | — | 25 | 50 | 30 | 26,66 |
| B) Auxiliares/Técnicos / Familiares e cuidadores | 33,34 | 25 | — | 25 | 23,33 |
| C) Enfermeiros/Técnicos de Enfermagem/Familiares e cuidadores | 66,66 | 50 | 50 | 40 | 46,66 |
| D) Enfermeiros | — | — | — | 5 | 3,35 |
| A decisão do tratamento das Úlceras de Pressão é feita por: | | | | | |
| A) Médicos | — | 25 | 100 | 15 | 20 |
| B) Enfermeiros e Médicos | 66,66 | 75 | — | 60 | 56,66 |
| C) Auxiliares/Técnicos de Enfermagem | — | — | — | 5 | 3,33 |
| D) Auxiliares/Técnicos de Enfermagem e Médicos | — | — | — | 10 | 6,66 |
| E) Enfermeiros | 33,34 | — | — | 15 | 13,35 |

Quanto à realização de registros no prontuário do cliente portador de UP, 36,68% dos profissionais relataram que, sempre, realizam algum registro, 36,66% que às vezes e 26,66% não realizam.

Todas as intervenções e resultados devem ser avaliados, monitorizados e documentados no prontuário (SILVA, 1998). Segundo 46,66% dos profissionais, os curativos dos clientes portadores de UP são realizados principalmente pelos enfermeiros/técnicos de enfermagem, familiares e cuidadores. Em relação à decisão do tratamento das UP 56,66% dos participantes do estudo responderam que a decisão do tratamento é realizada por enfermeiros e médicos.

Para Rangel (2004), a prevenção requer uma abordagem sistêmica que se inicia com a avaliação do paciente em risco para desenvolver úlcera de pressão e prossegue com a adoção de medidas preventivas apropriadas, o que envolve toda equipe de saúde.

Estudos (CALIRI; MIYAZAKI; PIPER, 2003; COSTA, 2003; RABEH, 2001) têm mostrado que a úlcera de pressão não é de responsabilidade única da enfermagem, pois a sua ocorrência envolve uma multicausalidade de fatores. Assim, concorda-se com os autores que, para a prevenção e tratamento da UP, é necessária uma abordagem multidisciplinar, com uma visão sistêmica do problema.

Quando questionados se os médicos realizam visitas domiciliares aos clientes portadores de UP, 76,66% dos profissionais responderam que as visitas são realizadas às vezes. Entre os médicos, 50% relataram que às vezes fazem as visitas e 50% que não as realizam.

4 CONCLUSÕES

Os resultados alcançados através da aplicação dos questionários permitiram uma identificação, análise e avaliação fundamentada sobre as ações dos três PSFs estudados quanto à prevenção e tratamento das úlceras de pressão.

Verificou-se que, durante as visitas domiciliares aos clientes acamados ou ca-deirantes apenas 30% dos profissionais pesquisados afirmaram sempre realizar a avaliação do risco para desenvolvimento de úlceras de pressão; percentual que pode ser considerado muito baixo, pois o pilar fundamental para o desenvolvimento de uma assistência voltada para a prevenção e tratamento das úlceras de pressão constitui-se nesse processo de avaliação, pois é através dele que serão identificados os pacientes propensos a desenvolver a doença e estabelecida a definição das medidas preventivas que deverão ser adotadas.

Em relação à sistematização da assistência de enfermagem, percebeu-se que as unidades estudadas precisam melhorar, pois 100% dos participantes da pesquisa relataram que não existe um protocolo para a prevenção e tratamento das úlceras de pressão dentro dos PSFs, e apenas 36,68% relataram realizar sempre algum registro quanto à evolução clínica do quadro do paciente no prontuário, procedimento que é

considerado como fundamental para realização de um processo de enfermagem adequado.

A literatura também realça que é de suma importância para o trabalho dos PSFs conhecer o número de ocorrências em sua área de atuação, pois através dessas informações é possível avaliar o trabalho preventivo que tem sido realizado bem como identificar a necessidade de intensificar as ações preventivas, de acordo com a intensidade das manifestações da enfermidade.

Em relação ao tratamento das úlceras de pressão, verificou-se que os curativos nos clientes portadores da enfermidade são realizados diariamente e que na grande maioria dos casos os enfermeiros realizam visitas a esses pacientes (90%), no entanto, 76,66% dos integrantes da equipe responderam que os médicos não realizam visitas domiciliares e 53% afirmaram que não é realizada avaliação nutricional dos clientes com potencial ou portadores de úlceras de pressão.

Ao realizar uma análise sobre os processos de orientação e supervisão para a prevenção e tratamento das úlceras de pressão dentro dos PSFs pesquisados, constatou-se que a maioria dos membros das equipes (66,67%) consideram que não existe uma preocupação e cobrança efetiva por parte de seus superiores em relação ao tema, e 50% relatam que os enfermeiros responsáveis pelos PSFs não realizam orientações a equipe sobre prevenção e tratamento das úlceras de pressão.

Esta realidade demonstra uma possível falta de conscientização dos profissionais dos PSFs em relação à importância das úlceras de pressão, pois diante da relevância de tal enfermidade, é necessário que seja realizado constantemente um trabalho efetivo de conscientização do público interno e externo, sendo estabelecidas metas a serem alcançadas e avaliações dos resultados quanto à prevenção e tratamento das úlceras de pressão.

Diante dessa realidade, é importante que os membros dos PSFs estudados se reúnam para realizar reflexões e discussões a respeito do número de ocorrências, prevenção e tratamento das úlceras de pressão em suas respectivas áreas de atuação, visando criar uma maior conscientização sobre o tema, identificar as falhas existentes no processo atual, estipular metas a serem alcançadas e elaborar estratégias de intervenção que proporcionem melhorias na qualidade da assistência prestada aos clientes em relação às úlceras de pressão.

Conclui-se que as unidades estudadas desempenhem um papel importante nas ações de prevenção e tratamento das úlceras de pressão em nível domiciliar, porém, foi identificado que esses PSFs podem e devem melhorar a qualidade da assistência prestada a seus clientes em relação às úlceras de pressão, sendo necessário investir no treinamento de seus profissionais, realizar ações de orientação e supervisão da equipe de forma mais efetiva e trabalhar na construção de protocolos para a avaliação, identificação dos clientes em risco e para nortear a escolha das intervenções preventivas e curativas adequada. Aos participantes foi apresentado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, garantindo sigilo e anonimato das informações.

REFERÊNCIAS

BERGSTROM, N.; ALLMAN, R. M.; CARLSON, C. E.; EAGLESSETEIN, W.; FRANTZ, R. A.; GARBER, S. L.; GOSNELL, D.; JACKSON, B. S.; KEMP, M. G.; KROUSKOP, T. A.; MARVEL, E. M.; RODCHEAVER, G. T.; XAKELLIS, G. C. **Pressure ulcers in adults: prediction and prevention clinical practice guideline**. Quick reference for clinicians. Rockville, Department of Health Device, Agency for Health Care Policy and Research, 1992.

BERGSTROM, N. et al. The Braden scale for predicting pressure sore risk. **Nursing Research**, v. 36, n. 4, p. 205-210, july/aug. 1994.

BRADEN, B., BERGSTROM, N. A conceptual schema for the study of the etiology of pressure sore. **Nursing Research**, v. 12, n. 1, p. 8-12, 1987.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n.º 196**, de 10 de outubro de 1996. Dispõe sobre a realização de pesquisas com seres humanos. Brasília, DF: CNS, 1996.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde da família: uma estratégia para a reorientação do modelo assistencial Saúde**. Brasília, DF: Secretaria de Assistência à Saúde, Coordenação de Saúde Comunitária, 1997.

BRYANT, R. A. **Acute chronic wounds: nursing management**. St. Louis: Mosby Year Book, 1992.

CALIRI, M. H. L.; MIYAZAKI, M. Y.; PIPER, B. Knowledge about pressure ulcers by undergraduate nursing students in Brazil. **Journal of Ostomy/Wound management**, v. 49, n. 3, p. 54-63, 2003.

COSTA, I. G. **Incidência de úlcera de pressão e fatores de risco relacionados em pacientes de um centro de terapia intensiva**. 2003, 133f. Dissertação (Mestrado) - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto - Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2003.

COSTA, M. P. et al. Epidemiologia e tratamento das úlceras de pressão: experiência de 77 casos. **Acta Ortopédica Brasileira**, vol. 13, n. 3, p. 124-133, 2005.

DECLAIR, V. Aplicação do triglicerídios de cadeia média (TCM) na prevenção de úlceras de decúbito. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, DF, v. 47, n. 1, p. 27-30, jan./mar. 1994.

HESS, C. T. **Tratamento de feridas e úlceras**. 4. ed. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso, 2002.

PARANHOS, W. Y.; SANTOS, V. L. C. G. Avaliação do risco para úlceras de pressão por meio da escala de Braden, na língua portuguesa. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 33, n. esp., p. 191-206, 1999.

POLETTI, N. A. A. **O cuidado de enfermagem a pacientes com feridas crônicas: A busca de evidências práticas**. 2000. 269f. Dissertação (Mestrado) - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto - Universidade de São Paulo, 2000.

POTTER, P. **Fundamentos de Enfermagem**. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.

RABEH, S. A. N. **Úlcera de pressão: a clarificação do conceito e estratégias para divulgação do conhecimento da literatura de enfermagem**. 2001. 172f. Dissertação (Mestrado) - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto - Universidade de São Paulo, 2001.

RANGEL, E. M. L. **Conhecimentos, práticas e fontes de informação para enfermeiros de um hospital sobre a prevenção e tratamento da úlcera de pressão**. 2004. 95f. Dissertação (Mestrado) - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, 2004.

SECRETARIA DE POLITICAS DE SAUDE. Departamento de Atenção Básica. Programa Saúde da Família. **Rev. Saúde Pública** [online], vol. 34, n. 3, p. 316-319, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003489102000000300018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 mar. 2008.

SILVA, M. L. S. **Fatores de risco para úlcera de pressão em pacientes hospitalizados**. 1998. 89 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1998.

YOUNG, T. Classificação das úlceras de pressão. **Revista Nursing**, v. 9, n. 107, p. 21, jan. 1997.



CIÊNCIAS HUMANAS

**A HUMANIZAÇÃO HOSPITALAR: UM OLHAR SOBRE O PROJETO
“LEITURA: ASAS DA LIBERDADE” NA SANTA CASA DE CARIDADE
EM FORMIGA-MG**

Tânia de Fátima Gontijo Fonseca¹, Paulo Henrique G. Fonseca²

RESUMO

Relato de experiência que mostra a biblioteca como instituição transformadora da sociedade, buscando novos serviços, sempre promovendo a construção e o fortalecimento da cidadania, utilizando-se da cultura e da informação. “Leitura: Asas da Liberdade” trata-se de um projeto de ação social que, com dinamismo e criatividade, promove a cultura e incentiva o gosto pela leitura, proporcionando entretenimento por meio de técnicas biblioterapêuticas em hospitais. Apresenta sua trajetória na Santa Casa de Caridade na cidade de Formiga-MG. Este artigo tem por objetivo apresentar a leitura como instrumento de humanização em hospitais.

Palavras-Chave: Leitura. Biblioterapia. Universidade. Humanização. Hospitalização.

**THE HOSPITAL HUMANIZATION: A LOOK AT THE PROJECT “READING: WING OF THE FREEDOM” IN THE SANTA CASA DE CARIDADE
IN FORMIGA-MG**

ABSTRACT

Experience report that shows the library as transforming institution of the society, searching new services, always promoting the construction and the reinforcement of the citizenship, using the culture and the information. “Reading: Wing of the Freedom” is about a project of social action that, with dynamism and creativity, promotes the culture and stimulates the taste for the reading, providing entertainment through library-therapeutic techniques in hospitals. It presents its trajectory in the Santa Casa de Caridade in the city of Formiga-MG. This article aims to present the reading as instrument of humanization in hospitals.

¹ Especialista em Administração de Sistema de Informação, Professora do Curso de Biblioteconomia do Unifor-MG, e-mail: taniagontijo@gmail.com

² Graduando em Biblioteconomia do Unifor-MG, e-mail: paulohenriquegf@hotmail.com.

KEYWORDS: Reading. Library-therapy. University. Humanization. Hospitalization.

1 INTRODUÇÃO

A hospitalização é um acontecimento que pode gerar em todos, sentimentos como medo, sensação de culpa e resultar em reações inadequadas durante a internação, pois esta situação está sempre associada à dor, ao sofrimento e à morte. Adams (1999, p. 10) tão bem traduz este evento:

Ser internado em um hospital é uma situação de extrema vulnerabilidade. Os pacientes e suas famílias foram (sem aviso prévio) colocados em um contexto onde o medo e a confusão deixam a maior parte das pessoas tensas e ansiosas. Vidas são desestruturadas ou mudadas para sempre.

Entende-se que a hospitalização gera no indivíduo efeitos que podem prejudicar o seu desenvolvimento psicológico e emocional. A realidade hospitalar pode ser nova e desconhecida, situação essa que dificulta o ajustamento neste ambiente e nesse novo clima de suspense e desinformação, geram-se fantasias e temores.

De acordo com Chiattonne (2003), assim como ocorre com adultos que estão hospitalizados, que enfrentam ansiedades e temores devido às suas doenças, e necessitam de um tratamento humanizado para que possam manter o equilíbrio psicofísico, a criança que adoece e precisa de internação, pode alterar a concepção de si mesma e de sua identidade. Isso devido à ruptura estabelecida com o seu cotidiano, pela hospitalização. Assim, ela necessita, ainda mais, de atenção especial para que se minimize este tipo de sofrimento, uma vez que ainda não tem amadurecimento psíquico para elaborar, adequadamente, todos os seus medos e angústias.

Observa-se que os hospitais, na sua maioria, não oferecem nenhuma atividade de lazer aos pacientes. Dessa maneira, ficam horas e horas inertes no leito, olhando para o teto, mergulhados na dor, em pensamentos e preocupações.

Neste contexto, Oliveira (2004) descreve a importância da presença de um acompanhante durante o período de hospitalização da criança, tendo como demonstração os resultados das reações físicas e emocionais apresentadas por ela.

Partindo deste pressuposto, as crianças hospitalizadas sem acompanhamento manifestam mais reações físicas (inapetência, taquicardia, insônia, vômito) e emocionais (irritabilidade e agressividade) do que as crianças acompanhadas.

Acreditando que os efeitos da hospitalização são realmente prejudiciais à integridade psicológica da criança, o uso do lúdico pode transmitir informações e esclarecer dúvidas e fantasias, melhorando a qualidade de vida neste período. A palavra brincar origina-se do latim *vinculum*, que significa união, laço, sendo uma atividade fundamental entre as crianças. Nas enfermarias pediátricas, onde há necessidade de integração entre os profissionais de saúde, a criança e sua família, o ato de brincar é

uma forma de fortalecer estes vínculos tão necessários ao bom andamento do tratamento. Ao alterar o ambiente hospitalar, aproximando-o do seu, verifica-se, então, um efeito positivo.

Vários autores consideram o uso do lúdico - por exemplo: o brincar, o uso da fantasia, histórias, entre outros - como a melhor escolha para a intervenção psicológica com crianças hospitalizadas. Adams (1999, p.11) conclui: “As histórias tornam-se instrumento poderoso em uma visita ao hospital[...] estabelece uma confiança, pois ninguém se sente em casa ou quer estar ali[...].”

A iniciativa de se criar um projeto de leitura, de forma inusitada e lúdica, para pacientes internados em um hospital, originou-se também da experiência de acompanhar, de perto, a dor e o sofrimento de pacientes da família durante o processo de hospitalização. Pacientes crianças, jovens, adultos e idosos sofrem, muitas vezes em silêncio, recolhidos na sua dor, angústia, desespero e incerteza diante da doença. O convívio com essa realidade nos fez repensar a necessidade de fazer algo que amenizasse a dor provocada pela hospitalização, seria, então, o projeto “Leitura: Asas da Liberdade”.

2 MATERIAS E MÉTODOS

Este estudo classifica-se como uma pesquisa-ação, que, segundo Lima (2008, p.37), corresponde a um:

Método que tem por característica principal, simultaneamente, o exercício da pesquisa à ação participante sobre a realidade, objeto da investigação. Parte do pressuposto de que o(s) pesquisador(es) e os atores envolvidos no processo investigatório são agentes complementares na medida em que são co-responsáveis pelas etapas que caracterizam a concepção do projeto de pesquisa, sua execução e a elaboração dos resultados alcançados.

Mediante o enunciado acima, torna-se relevante ressaltar também Severino (2007, p. 120), “ que afirma que a pesquisa ação, além de compreender, visa intervir na situação com vista a modificá-las. O conhecimento articula-se a uma finalidade intencional de alteração da situação pesquisada.

Com base numa metodologia crítico-reflexiva, utilizou-se para a elaboração deste relato de experiência a técnica de observação por parte do professor coordenador e dos estagiários, considerando-se um estudo de intervenção biblioterápica, na Santa Casa de Formgia-MG. Paralela à observação, optou-se por uma abordagem qualitativa que, conforme Minayo (1994, p.212):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, onde o universo de significados, motivos, aspiração, crenças, valores e atitudes, corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que são podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

É oportuno citar Lima (2008), que enfatiza a importância do relacionamento íntimo que se estabelece entre o pesquisador e o que é estudado, situação possibilitada pelas frequentes visitas ao hospital.

É um estudo exploratório, visto por Lakatos e Marconi (1991),

Como o primeiro passo de todo o trabalho científico. Este tipo de pesquisa tem por finalidade definir os objetivos ou formular as hipóteses de uma pesquisa ou, ainda, descobrir um novo enfoque para o estudo que se pretende realizar. Pode-se dizer que a pesquisa exploratória tem como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições.

De acordo com Gil (1991), o estudo de caso é caracterizado pelo estudo exaustivo e em profundidade, de forma a permitir um conhecimento amplo e específico do mesmo. A técnica de pesquisa adotada para a coleta de dados foi a observação participante, que de acordo com Lakatos e Marconi (1991), consiste na participação real do observador com a comunidade ou grupo, tornando-se um membro desse grupo investigado, o que lhe permite vivenciar a realidade observada, relatando, assim, todas as atividades realizadas e as reações dos pacientes, por meio de diários de campos semanais, após cada visita ao hospital.

O diário de campo ajuda na progressão da pesquisa para uma posterior análise por ser uma forma de anotação pessoal desenvolvida a partir da realidade e das vivências percebidas nas atividades teórico e práticas. Segundo Minayo (1993, p. 10), nele,

[...] constam todas as informações que não sejam o registro das entrevistas formais. Ou seja, observações sobre conversas informais, comportamentos, cerimoniais, festas, instituições, gestos, expressões que digam respeito ao tema pesquisado. Fala, comportamentos, hábitos, usos e costumes, celebrações e instituições compõem o quadro das representações sociais.

É realizada uma análise destes relatórios, identificando-se o alcance dos objetivos e as impressões dos sujeitos, por meio de depoimentos deixados em cadernos próprios. Torna-se importante salientar que se trata de depoimentos de pacientes e/ou acompanhantes, enfermeiros, funcionários do hospital e estagiários do projeto. Por fim, é importante salientar que o relato oral dos estagiários, a cada visita foi de suma importância para se chegar ao desejo e à decisão da realização deste estudo.

3 ASPECTOS GERAIS DO PROJETO “LEITURA: ASAS DA LIBERDADE”

O projeto “Leitura: Asas da Liberdade” é um projeto de extensão criado pelos professores do Curso de Biblioteconomia do UNIFOR-MG . O público atendido é diversificado, sem limites de faixa etária, situação econômica, social e cultural.

O projeto se iniciou em maio de 2002, com o desejo de melhorar a qualidade

de vida – através da leitura – de pessoas diferenciadas na comunidade. Pessoas estas que se encontram afastada do lar ou marginalizadas por seu comportamento ou desajustamento social. “Asas da Liberdade” é poderoso veículo de informação, levando o indivíduo a aprender a “ler” o mundo de forma lúdica e prazerosa. Utiliza como ferramenta principal a leitura, no desenvolvimento da biblioterapia no processo de humanização.

Trata-se de um projeto de ação comunitária que, além de incentivar a leitura, procura aplicar a biblioterapia - leitura com propósito terapêutico, a fim de ajudar na recuperação física, psicológica e moral de pessoas, promovendo assim, um processo de humanização em hospitais, creches, escolas, instituições com portadores de necessidades educacionais especiais e presídios da cidade.

Por ser um projeto de extensão universitária, busca favorecer a melhoria da qualidade de ensino, inserindo acadêmicos bolsistas nas comunidades periféricas, através de estágios, na perspectiva de, juntamente com esses, identificar os problemas existentes e procurar amenizá-los, utilizando-se da literatura aliada à biblioterapia. O estágio acontece de fevereiro a novembro de cada ano e apresenta os seguintes momentos: Treinamento/capacitação, Visitas, Avaliação.

O “Asas da Liberdade” é composto por uma equipe de 1 professora coordenadora e 5 estagiários, onde os mesmos desenvolvem atividades lúdicas, sempre procurando trabalhar as emoções do espectador. De segunda a sexta-feira, em horários pré-estabelecidos, os estagiários realizam visitas de acordo com um cronograma anual, desenvolvendo diversas atividades.

Num primeiro momento, optou-se por implantações de caixas-estantes - caixa de madeira, tipo estante, onde é colocado o material bibliográfico especialmente selecionado para o local em que irá servir. Comporta aproximadamente, 100 livros e tem rodinhas para se movimentar - mas, em face do aumento de demanda, houve necessidade de adaptar o projeto, desenvolvendo atividades inovadoras. Dentre elas, pode-se citar:

a) contação de histórias: utilizando os recursos lúdicos, como, cineminha, álbum seriado, fantoches, xilogravuras, teatro, tapetes de histórias, dentre outros. Distribuição de brindes confeccionados pela equipe, após a contação;

b) oficinas de reflexão: palestras e debates sobre temas relacionados à auto-estima;

c) oficinas de criatividade, como pintura, desenho, pintura de rosto, dobradura, colagem, etc;

d) intervenção oral e leitura mediada, distribuição de flores e mensagens, no caso de hospitais;

e) observação de hábitos, costumes, tradições e crenças da comunidade. Torna-se relevante mencionar Arnold Schoenberg apud GARDNER (1997 p. 58) , que completa, de maneira significativa, esse poder de observação e discriminação: “Procurar por si mesma, observar, comparar, definir, descrever, ponderar, testar, tirar

conclusões e utiliza-las. habilidades que são constantemente renovadas e aumentadas a partir da profundidade do conhecimento que é entendido.”

2.1 Trajetória do projeto “Asas da Liberdade” na Santa Casa de Caridade de Formiga-MG

Um estudante de Medicina dos Estados Unidos mudou, para sempre, o modo como muitos doentes são tratados em vários hospitais do mundo. Seu nome é Hunter Adams, mas ele é mais conhecido como Patch Adams. Onde os médicos viam apenas pacientes, Patch via pessoas. Ao prescrever remédios para curar as doenças, Patch Adams ministrava também boas doses de alegria.

Sua história foi contada no filme “Patch Adams - O amor é contagioso” (1998) que tem belas cenas que serviram para inspirar a idéia de um projeto a ser desenvolvido no hospital de Formiga-MG. Este filme tocou, profundamente, a professora da disciplina Usuários da Informação, do Curso de Biblioteconomia do UNIFOR/MG.

Durante algum tempo, questionou-se: Como o curso de Biblioteconomia poderia atuar com objetivo curativo em um hospital? Após várias alternativas e variáveis estudadas, optou-se, então, pela criação de um serviço de caixa-estante, na pediatria da Santa Casa.

Certos de estar fazendo algo de melhor pelos pacientes mirins da cidade, dirigiu-se até à direção do hospital para exposição dos propósitos e explicar o funcionamento da mesma. Já na primeira visita, nos foi passada a dificuldade em esterilizar o acervo desta caixa-estante, pois o hospital não dispunha de tecnologia para tal atividade, principalmente porque se tratava de livros. Triste e pensativa, retirou-se, pois sabia-se que dispúnhamos de um instrumento poderoso que era “a informação”.

Depois de pensar muito, surge, então, outra idéia: “Se é impossível levar livros, levaremos histórias.” Qual criança não gosta de histórias? Mas como levar histórias de uma maneira lúdica, mágica? Era preciso encontrar uma maneira que chamasse a atenção das crianças, as fizesse sonhar e se esquecer até mesmo da condição em que se encontravam.

Foi quando lembrou-se dos contos de fadas. Seria de praxe que, em todas as visitas ao hospital, os estagiários, estivessem devidamente caracterizados de acordo com os personagens das histórias, provocando o verdadeiro encantamento e magia nos corações e olhos dos pequenos pacientes.

Nova reunião foi realizada com a equipe da Santa Casa de Caridade. Após uma nova explanação sobre a nova proposta, ficou acertado que as visitas seriam às terças-feiras no período da tarde. A regularidade das visitas iria criar cumplicidade entre estagiários, pacientes e os profissionais da área da saúde, desenvolvendo relacionamento cooperativo entre os diferentes grupos profissionais da instituição hospitalar. Tendo como princípio a aceitação da criança, a caracterização, as rotinas prévias e a improvisação.

Inicia-se, assim, em maio de 2002, o projeto “Leitura: Asas da Liberdade”, cujo nome exprime o compromisso, enquanto profissionais da informação, de libertar muitos usuários da ignorância, solidão e das doenças que lhes afligem, da ausência da família, da carência afetiva. Houve um momento, durante o embasamento teórico sobre a contação de história, em que deparou-se com a biblioterapia - utilização de materiais de leitura selecionados como coadjuvante terapêutico na medicina e na psiquiatria: a orientação na solução de problemas pessoais por meio de leitura dirigida e o tratamento do mal ajustado para promover sua recuperação à sociedade. (MOOD; LIMPER, 1973 apud CALDIN, 2001) - e pode-se perceber que se estava trabalhando de forma intuitiva na escolha das histórias. Procurava-se levar histórias que administrassem sentimentos negativos, como medo, insegurança, dentre outros, e que as mesmas tivessem finais felizes. Mostrando assim, que é sempre possível encontrar saídas, construindo uma necessidade de flexibilização diante da doença.

A partir daí, a escolha da história passou a ser mais criteriosa e, após sua contação, uma intervenção biblioterápica era realizada, pois segundo Adams (1999), uma conversa relaxa e transforma o ambiente [...] é preciso ser bom ouvinte e compartilhar ternura. A biblioterapia faz uso de uma linguagem metafórica, que faz o indivíduo pensar livremente, projetar-se no outro, observando qualidades, sentimentos, desejos ou mesmo “detalhamentos” que ele desconhece ou recusa em si próprio.

[...] “A história é importante alimento da imaginação. Permite auto-identificação (sic) favorecendo a aceitação de situações desagradáveis e ajuda a resolver conflitos, acenando com a esperança. Agrada a todos, de modo geral, sem distinção de idade, de classe social, de circunstância de vida” (COELHO, 2001, p. 7).

Esta reflexão de sentimentos é terapêutica, podendo ser a fonte para mudanças de comportamentos e moderação das emoções. Relação esta confirmada pelos inúmeros estudiosos desta linha de pesquisa, dentre eles Caldin (2002, p. 4), que diz [...] “observa-se que o fator emocional é levado em conta na luta contra as enfermidades e a humanização vem revolucionando os antigos métodos de tratamento”.

Partindo deste pressuposto, utilizou-se das variadas técnicas de contação de histórias para conseguir o alívio da tensão diária causada por doenças, problemas pessoais e/ou psicológicos. Hoje, após oito anos de intenso trabalho, o projeto tornou-se parceiro na rotina hospitalar, visitando não apenas a pediatria, mas cada leito hospitalar. Isso se deve a pedido dos coordenadores e funcionários, que perceberam a eficácia do mesmo. Mais uma vez, Adams (1999) consegue sintetizar o valor destas visitas, afirmando que qualquer visita pode ser um remédio poderoso para paciente e visitante.

3 TÉCNICAS UTILIZADAS NA CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS EM HOSPITAIS

Arte é tudo que comove, emociona, desenvolve a sensibilidade. É importante porque celebra os momentos da alma ou algum acontecimento trágico ou especial na sua trajetória.

Como toda arte, a de contar histórias também possui segredos e técnicas e tem como matéria-prima a palavra, privilégio do ser humano. Depende, naturalmente, de certa tendência inata, mas pode ser desenvolvida, cultivada, desde que se goste de crianças e se reconheça a importância da história para elas.

Pensar a ludicidade de forma complexa é adotar estratégias de intervenções pedagógicas que possibilitem não apenas oferecer e oportunizar momentos lúdicos, mas extrair sua essência, de maneira a permitir interpretação do valor que as pessoas atribuem a estes momentos.

É recomendável ser bastante criativo no uso de recursos materiais. Não se prender a certos padrões, mas variar, de acordo com o conteúdo da história a ser contada ou apresentada. Para Chiattonne (2003, p. 56):

Brincando e conversando, as crianças conseguem exprimir seus medos, falar sobre a doença, sobre o tratamento, o hospital, a saudade da família, sobre a morte. Os acontecimentos e as condutas são elaborados, explicados exaustivamente, conseguindo-se quase sempre aliviar e esclarecer, além de trazer enorme alívio, dando condições a criança de agir por si na situação.

Algumas técnicas de contação são mais aceitas, ou melhor, mais eficazes quando se trata da pediatria, outras, quando se trata da área clínica, ou seja, nos leitos de adultos.

A música pode servir como um importante elemento no ambiente hospitalar, ao propiciar momentos alegres e descontraídos. Nas atividades de música, os pacientes podem tanto ouvir, quanto cantar, além de oferecer momentos de tranquilidade, tão necessária ao ambiente hospitalar.

Para crianças da pediatria, utiliza-se, com grande ocorrência, as xilogravuras, quadros de cenas das histórias, que são apresentados durante a narração. Realiza-se também a leitura de grandes livros, reescritos em cartolinas, por meio de desenhos, colagens, pinturas e, depois, encadernados. Teatro de fantoches é sempre bem-vindo. O baralho de histórias representa uma técnica interessante, que agrada dos pequeninos aos maiores por ser uma técnica diferenciada, podendo-se utilizá-la juntamente com a música.

A narrativa de histórias contadas ou simplesmente lidas deve ter uma duração média de 5 a 10 minutos para as crianças menores e de 15 a 20 minutos para as maiores. A repetição da história, se solicitada, deve ser sempre atendida. Outra história não deve ser iniciada sem intervalo. Uma conversa preparatória, que motive

para a nova vivência, é muito bem-vinda. Qualquer pessoa que saiba ler adequadamente e goste de trabalhar com literatura e pessoas - crianças e adultos - pode e deve participar dessa experiência.

A partir da leitura, do uso de fantoches e outros brinquedos, pode surgir a oportunidade de dramatizar, atividade muito apreciada pelas crianças, e que permite vivenciar e elaborar situações difíceis do cotidiano hospitalar. Atividades artísticas com o uso de lápis de cor, tinta guache, canetas coloridas são formas ricas de ajudar os pacientes a minimizar as perdas de laços afetivos, facilitando a verbalização e a elaboração dos seus sentimentos, em decorrência de longos períodos de internação

O uso da flanelogravura - quadro revestido de flanela ou feltro de cor lisa, sobre o qual se fazem aderir objetos ou figuras, fixadas ou removidas, segundo as cenas das histórias - pode ser uma boa opção para ilustrar uma história com vários assuntos e vários simbolismos.

A mediação de leitura deve ser sugerida aos pacientes de todas as idades, aos jovens e pais. É bom incluir essa ação cultural em situações cotidianas, em momentos transitórios ou livres da internação e do atendimento às pessoas nos hospitais. O Quaknin (1996, p.152) ressalta a importância da terapia do diálogo mediado pelo livro e pela interpretação:

O diálogo biblioterapêutico não é o simples diálogo, mesmo bem sucedido, em que cada um fala e escuta em atitude de respeito mútuo. A particularidade do diálogo é a presença entre os parceiros do diálogo, de um texto, de um livro, de um objeto de arte, de um objeto simplesmente a ser comentado e interpretado. De fato, em todo diálogo há um referencial comum sobre o que se fala.

Portanto, a leitura mediada pelo prazer que traz e pela situação de intimidade e proximidade afetiva que possibilita, reconstitui a vitalidade. Assim pode-se falar, pensar e sonhar com coisas que não se referem apenas à situação geradora de tristeza.

As atividades de origami são muito bem aceitas, aliadas à contação como, por exemplo:

a) Borboletinha: levar o origami da borboleta. Começar a contar uma estória sobre uma borboleta que resolveu sair do seu jardim e conhecer a cidade, mas que estava se sentindo muito sozinha, encontrando poucas flores e nenhuma outra borboleta. Pedir às crianças que continuem a estória. Ensinar a elas a fazer o origami da borboleta. Cada origami será um novo amigo da borboletinha. Fazer também corte e colagem montando flores. Com a ajuda das crianças, o quarto se transformará num lindo jardim. Cantar com elas a música Borboletinha, acompanhando no violão ou no CD;

b) Peixinho: trazer o origami do peixe e começar uma estória. “O pescador, o anel e o rei” de Bia Bedran. Ensinar a elas a fazer o origami do peixinho. Cantar a música do “Peixe Vivo”.

Nos leitos adultos os estagiários, desenvolvem várias atividades de intervenção. As mais frequentes são:

- acolhimento do paciente, contribuindo para a construção de uma análise reflexiva sobre sua trajetória no hospital;
- reflexão sistemática sobre o processo de adoecimento e formas subjetivas (dor, sofrimento) para enfrentamento deste processo;
- distribuição de mensagens de otimismo, fé, que, geralmente, tratam da aceitação e esperança diante da doença;
- distribuição de flores regadas à música com temas de espiritualidade, fé e alegria.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho desenvolvido na pediatria da Santa Casa de Caridade só comprova a frase do Dr. Patch Adams (1999, p. 20) [...] “os principais fatores para a saúde não estão nas últimas maravilhas tecnológicas, mas em coisas comuns como o amor, a compaixão, a amizade e a esperança.”

Os estagiários encontram crianças tristes e chorosas e, após a intervenção oral, acompanhada de contação de história, o quadro muda de maneira visível: a criança esquece a dor física e se interage completamente com os estagiários, participando, ativamente, dos questionamentos biblioterápicos. Essa interação mediada pela leitura facilita a integração das crianças e de sua família com a equipe do projeto e do hospital, proporcionando também alívio de tensões e fomentando mudanças nas ações e reações das crianças. Dessa maneira, é significativo que se ajude os pequenos pacientes a integrar as emoções geradas pelo imaginário, a fim de torná-las amigas, geradoras de energia.

A criança mostra-se feliz com a presença dos personagens caracterizados, sente-se segura e confiante, a ponto de facilitar o trabalho de enfermeiros. “É reconfortante ver a alegria das crianças que chegam até você sem medo, acreditando que você está ali para ajudá-las, e não para “judiar” delas – como em geral, veem os enfermeiros - que você é quem as ajuda a abrir as portas da imaginação e também a ver além das letras e das figuras. O que perpassa no momento em que se media a leitura de uma história é uma sensação de bem-estar” - assim relatam os integrantes do projeto.

As mães e/ou acompanhantes geralmente se sentem gratos pela presença da equipe do projeto. Temos casos de mães enviarem cartas agradecendo pela mudança de humor e comportamento do paciente, após a visita de nossa equipe. Segundo elas, as crianças levam para casa, após a alta, o desejo de ler e pedem que os pais

compre livros ou leiam estórias para elas, quando ainda não sabem ler.

Temos relatos de jovens, adultos e idosos que agradecem aos estagiários os momentos tão agradáveis que passaram no hospital nos dias de visitas. Oportunizou-se a esses pacientes a vivência de momentos alegres, descontraídos e divertidos, contribuindo, significativamente, para o alívio da tensão do ambiente hospitalar.

Há casos constantes de demonstração de emoção de homens e mulheres, por meio de olhares, sorrisos e mesmo choro durante o recebimento de flores e mensagens. Neste evento, não se pode deixar de mencionar, mais uma vez, Pat Adams (1999, p. 50), pois, segundo ele, [...] “flores sempre ajudam a curar pessoas doentes.”

A alegria de um senhor ao solicitar aos estagiários que os mesmos tocassem músicas sertanejas, e, mesmo acamado, cantou, emocionou imensamente a equipe do projeto.” A música realmente proporciona um clima agradável, onde os sentimentos podem ser compartilhados e questões relativas ao estado psicológico podem ser trabalhadas.

Enfim, todos os profissionais da Santa Casa aprovam a visita do projeto, relatam ser relevante para o aprendizado e humanização da atenção à saúde e confirmam alterações positivas no ambiente hospitalar.

5 CONCLUSÃO

A humanização pode ser descrita como a valorização do outro, respeitando-o como pessoa. Desta forma, o projeto “Leitura: Asas da Liberdade” é uma prova que o profissional da informação pode, através da leitura, desenvolver um trabalho de humanização de relevância, uma vez que se baseia não apenas em uma teoria que entende a contação de histórias como fator de transformação social, mas também em um conhecimento empírico. É certo que a contação de histórias e a caracterização de personagens é essencial em um hospital, pois ameniza muito o medo e a tensão do ambiente hospitalar.

A biblioterapia passa a ser uma nova oportunidade de atuação no campo de trabalho do bibliotecário. As atividades relacionadas a ela são ótimas para o desenvolvimento da criatividade, incentivo ao gosto pela leitura e pacificação das emoções.

O projeto, realmente, é um sucesso, devido às mudanças comportamentais causadas após as visitas. Percebemos a necessidade de desenvolvimento e pesquisa destas atividades, para levar a mensagem de humanização aos profissionais, acadêmicos e pacientes. Desenvolver esse projeto nos proporciona um novo olhar sobre outras formas de prestar cuidados e oportunidades de influenciar mentes para que, ao longo de suas existências, sejam pessoas mais felizes e saudáveis em seus pensamentos e hábitos de vida.

Cabe ao bibliotecário criar maneiras criativas, prazerosas e ir muito além da contação de história. Os pacientes clamam por solidariedade, por quem possa contribuir com o instrumento muito poderoso que é a leitura terapêutica. Enfim, “Leitura: Asas da Liberdade” é uma prova de que o profissional da informação pode, por meio da leitura, desenvolver um trabalho social de relevância, como é feita em todo projeto de ação comunitária.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, Patch. **Patch Adams: o amor é contagioso**. Rio de Janeiro: Sextante, 1999.
- CALDIN, Clarice Fortkamp. Biblioterapia para crianças internadas no Hospital Universitário da UFSC: uma experiência. **Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, n. 14, out. 2002.
- CHIATTONE, H. B. C. A criança e a hospitalização. In: ANGERAMI-CAMON, Valdemar Augusto (Org.). **A Psicologia no Hospital**. São Paulo: Thomson, 2003. Disponível em < http://susanaalamy.sites.uol.com.br/psicopio_n6_38.pdf >. Acesso em: 27 fev. 2010.
- COELHO, Teixeira. **O que é ação cultural**. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- GARDNER, Howard. **As artes e o desenvolvimento humano**. Porto Alegre: ART-MED, 1997.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- LAKATOS, Eva Maria.; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- LIMA, Manolita Correia. **Monografia: a engenharia da produção acadêmica**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

OLIVEIRA, Gislene Farias de.; DANTAS, Francisco Danilson Cruz .; FONSECA, Patrícia Nunes da. O impacto da hospitalização em crianças de 1 a 5 anos de idade. **Revista SBPH**, vol. 7, n. 2, p. 37-54. Disponível em: <http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php/script_sci_serial/pid_1516-0858/lng_en/nrm_iso>. Acesso em: 05 mar. 2010.

QUAKNIN, Marc-Alain. **Biblioterapia**. São Paulo: Loyola, 1996.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.



NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS

A revista *Conexão Ciência* do Centro Universitário de Formiga, de publicação semestral, é um veículo de divulgação da produção científica para toda a comunidade acadêmica, por meio de artigos, relatos de experiências, resumos de dissertações e teses, com proposta inter e multidisciplinar.

NORMAS EDITORIAIS

Os artigos enviados devem atender aos objetivos editoriais da revista, ser originais e se situar em uma das seguintes categorias:

- Trabalho de investigação científica (pesquisa): introdução, material e métodos, resultados e discussão, conclusão e referências;
- Relato de caso: introdução, material, resultados, discussão e referências;
- Artigos de revisão: introdução, revisão de literatura, discussão e referências;
- Resenhas: de livros, dissertações ou teses.

NORMAS DE APRESENTAÇÃO

O texto deve ser digitado no programa Microsoft Word, apresentado em duas colunas, entregue em duas cópias impressas em papel A4 e uma cópia em arquivo eletrônico. A extensão dos trabalhos deve ser de, no mínimo, 6 (seis) páginas e, no máximo, 15 (quinze) páginas.

Formatação

Fonte Times, tamanho 12 para o texto, 10 para as citações longas e notas de rodapé; espaço interlinear de 1,5 cm. Para o resumo usar espaço interlinear simples; margens: superior e esquerda 3,0 cm e inferior e direita 2,0 cm.

Texto

A primeira página do artigo deve conter: título e subtítulo do trabalho em maiúsculas, nome do(s) autor(es) com cargo e instituição onde atua listados em nota de rodapé, resumo, palavras-chave;

Título e subtítulo em língua estrangeira, abstract, keywords;

Segue-se o texto com as subdivisões numeradas e com seus respectivos títulos em maiúsculas e negrito;

Referências baseadas na NBR 6023:2002 – ABNT e ordenadas alfabeticamente pelo sobrenome do autor;

Anexos ou apêndices;

Agradecimentos: somente para órgãos fomentadores da pesquisa, quando houver.

Deve haver indicação se o trabalho consta de um trabalho de pesquisa, relato de caso, artigo de revisão ou resenha.

Os originais devem ser protocolados no CEPEP – Centro de Extensão, Pesquisa, Pós-graduação e Ensino a Distância do Centro Universitário de Formiga – UNIFORMG – MG, localizado na Av. Dr. Arnaldo de Senna, 328 - Bairro Água Vermelha, Prédio 2, 2º andar, Sala 43, de segunda a sexta-feira, das 08 às 11 horas e das 18 às 21 horas. Mais informações, pelo telefone: (37) 3329.1400, ou pelos e-mails: cepep@uniformg.edu.br ou conexaociencia@uniformg.edu.br.

O Conselho Editorial da Revista Conexão Ciência não se responsabiliza pelas opiniões expressas nos trabalhos.
